

# X CONGRESSO ESTADUAL DA APP-SINDICATO

07, 08 e 09 de Dezembro/2007

## CADERNO DE TESES

**APP-SINDICATO**



*Em defesa da Escola Pública*

# CONJUNTURA INTERNACIONAL

1

Interpretar a realidade, conhecer os mecanismos de funcionamento da sociedade e estabelecer uma estratégia que transforme a situação de exploração em que vivemos é, e continua sendo, o objetivo de nossas reflexões e ações para a superação do modelo capitalista e a conquista da emancipação da classe trabalhadora.

2

O cenário internacional continua, ainda, fundamentalmente determinado pela atuação dos EUA com vistas a ampliar, consolidar e perpetuar sua hegemonia mundial no interesse dos grandes grupos econômicos norte-americanos que dominam a economia globalizada. O Estado norte-americano, até agora, é o único Estado que tem a possibilidade real de ser representante, globalmente, de um poder também global, que emerge, entre outros, da escala planetária alcançada por seus processos econômicos, militares e, em certa medida, culturais. Isso ocorre porque os Estados Unidos, com o desmantelamento da União Soviética, deixaram de ter rivais militares à altura, ficando, praticamente, com o mundo inteiro a sua disposição para fazerem o que quiserem, sem maiores reações contra seu território a não ser atos isolados de terrorismo. O 11 de Setembro de 2001 serviu de pretexto para uma mudança abrupta tanto na política nacional como na internacional, impondo maiores restrições à política interna e alimentando a pretensão de redesenhar o mapa do mundo, a partir do Oriente Médio.

3

O processo de reprodução do sistema capitalista mundial é constituído pela alta burguesia dos Estados Unidos que aparece sob a forma das grandes empresas transnacionais, dos volumosos fluxos de capital financeiro que vão fazendo e desfazendo economias, e do Estado norte-americano, como articulador e cabeça do capitalismo mundial e como portador e avalista do interesse geral e dos valores, que,

sendo-lhes próprios, são apresentados e resguardados como universais. Por isso, as estratégias parciais de domínio e concorrência nos mercados e a política de Estado no terreno da segurança nacional mantêm uma coerência impecável em linhas gerais.

4

Com base neste contexto, os Estados Unidos buscam proteger a soberania, o território e a população; evitar a emergência de outros centros hegemônicos ou coalisões regionais hostis; assegurar o acesso incondicional aos mercados decisivos, ao fornecimento de energia e aos recursos estratégicos; dissuadir e, se necessário, derrotar qualquer agressão contra os Estados Unidos ou seus aliados; garantir a liberdade dos mares, vias de tráfego aéreo e espacial e a segurança das linhas vitais de comunicação.

5

A questão energética, tecnológica e ecológica está no âmago do poder mundial no século 21. Sabe-se que os Estados Unidos tem necessidade de garantir cada vez mais reservas de petróleo, pois já dependem da importação para a metade do seu consumo e essa proporção só tende a aumentar. Mas o petróleo, juntamente com o carvão, é finito, não renovável e se encontra em fase de esgotamento no mundo inteiro. A escassez de petróleo é a principal causa das guerras e intervenções norte-americanas no Oriente Médio, região que detém 80 por cento do petróleo restante do planeta. É que onde há petróleo que ainda move o mundo, os EUA invadem, se apropriam, com sua capacidade de matar. A reprodução da sociedade depende da energia. Nesta questão, portanto, não pode haver meio termo.

6

O controle do Afeganistão representaria um posto avançado para o controle das enormes riquezas naturais, inclusive petróleo, de imensas áreas que integram a ex-União Soviética. Com relação ao Iraque, a idéia era de que poderiam mudá-lo e obter um am-

plo controle do petróleo no Oriente Médio. O Iraque detém a segunda maior reserva de petróleo do mundo, perdendo apenas para Arábia Saudita. Livrar-se da excessiva dependência do petróleo saudita é um dos objetivos da política externa dos Estados Unidos, armada ou não. Mas é preciso lembrar que o objetivo não era apenas o Iraque e seu petróleo. O objetivo era intervir no Iraque para ir a Síria, possivelmente o Irã, para provocar a Coréia do Norte, Líbia e até mesmo a Venezuela de Chávez.

7

Mas atenção! O petróleo, assim como o carvão é finito, não renovável e se encontra em fase de extinção no mundo inteiro, além de ser poluidor e responsável pelo infortúnio do clima e o aquecimento da Terra. A alternativa da energia nuclear é muito cara e perigosa, pois as usinas nucleares podem ser alvos de ataques terroristas. Os estrategistas norte-americanos sabem que a única solução energética é a produção extensiva de álcool e óleos vegetais como fontes de energia que podem ser extraídas de qualquer lugar dos trópicos com o conúbio do sol e da água. Ao contrário dos combustíveis fósseis, a energia extraída da biomassa vegetal graças à fotossíntese não polui e é renovável, bastando plantar e replantar.

8

Surge no horizonte o novo colonialismo energético da biomassa vegetal. A cana-de-açúcar e de outros vegetais poderá tornar-se a energia vegetal com imensas plantations agrícolas multinacionais, imprescindíveis à reprodução social e econômica dos países localizados nas zonas frias e temperadas da Terra, os países do chamado Primeiro Mundo.

9

Nessa situação, os EUA planejam por todo o planeta a serviço da sua economia de sua política. Os objetivos econômicos, políticos e militares se entrelaçam numa trama complexa, que envolvem desde as bombas de napalm e urânio empobrecido até o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, passando pela propaganda do modo de vida americano. O objetivo supremo de toda essa trama é estender a globalização comandada pelos EUA, segundo a qual deve ser livre o comércio de todos os bens em que as empresas americanas tenham vantagens competitivas e

devem ser privatizadas, de preferência por empresas multinacionais americanas, todos os bens e serviços.

10

Para atingir fins tão grandiosos, todos os meios são justificáveis. E todos os países que se opõem em grau maior ou menor à globalização neoliberal, podem ser considerados maus, pecadores, necessitados de regeneração ou de conversão aos valores americanos.

11

Ainda que lhe falte mais de um ano para abandonar a Casa Branca, a situação atual de Bush é a de um presidente em estado terminal. O fustigamento parlamentar da oposição aumenta a cada semana, seus aliados republicanos vão o abandonando um após o outro. A bolha imobiliária continua a desinchar assinalando um futuro sombrio para a economia norte-americana e provocando sucessivas sacudidas globais. O seu companheiro de aventuras, Tony Blair, deixou o cargo de primeiro-ministro na Grã-Bretanha – o que em Washington gera crescentes temores acerca de um possível deslizamento dos ingleses em direção à União Europeia, enfraquecendo seus laços atlânticos e tomando distância da estratégia euroasiática dos falcões.

12

No conjunto do sistema de poder dos Estados Unidos já quase ninguém põe em dúvida o fracasso da aventura iraquiana e enquanto o setor mais extremista dos falcões sonha com algum "golpe de força" dentro do Iraque ou por meio de um ataque contra o Irã, o Império esboça recuos que lhe permitam preservar a sua presença no Oriente Médio. As vendas maciças de armas aos regimes amigos da região é um dos meios empregados. O governo estado-unidense acaba de acordar vendas de 20 bilhões de dólares aos estados do Golfo (incluídos 10 bilhões para a Arábia Saudita), 30 bilhões de dólares para Israel e 13 bilhões de dólares para o Egito. Combinando "interesses estratégicos" dos Estados Unidos e interesses comerciais das empresas beneficiadas com essas vendas, obviamente os funcionários envolvidos no negócio receberão as "recompensas" correspondentes (curiosa mistura de corrupção e fanatismo imperialista).

13

As duas bolhas imperiais estão a desinchar ao mesmo tempo: a bolha financeira centrada no mercado imobiliário (ainda que as suas consequências sejam muito mais amplas) e a borbulha militar apoiada nas guerras do Iraque e do Afeganistão (passo decisivo na delirante estratégia de conquista da Eurásia). A interação entre ambos os fracassos é evidente, surgem como os aspectos mais visíveis, por agora, da degradação geral da sociedade norte-americana que não pode ser compreendida senão na sua totalidade. Desse modo é possível explicar comportamentos setoriais (militares, políticos, financeiros e outros) aparentemente desmesurados, incoerentes, às vezes abertamente estúpidos, mas que integram uma dinâmica superior marcada pela decadência. E como os Estados Unidos constituem a espinha doente e a cabeça enferma do capitalismo mundial o seus tremores afetam (exprimem) o conjunto do sistema. É por isso que as interrogações sobre o seu futuro têm alcance planetário.

14

Neste contexto, têm crescido as resistências e aumentado as dificuldades do imperialismo estadunidense. É na América Latina que têm surgido os processos políticos capazes, a uma só vez, de questionar a ordem mundial imposta pelo imperialismo dos EUA na saída da "Guerra Fria"; e apontar para a superação do neoliberalismo, retomando a perspectiva pós-capitalista, socialista.

15

Nos quase duzentos anos em que nossa região tem vida como nações independentes, esta conjuntura é a mais alvissareira em termos de seu potencial emancipador. No primeiro ciclo (1810-30), nossos países conquistaram sua independência política "formal", mas ficaram presos à dominação econômica do imperialismo ascendente - o da Inglaterra. No segundo ciclo (1930-50), houve esforços pela industrialização, mas acabaram se esterilizando na estratégia do "desenvolvimento associado" ao imperialismo - fundamentalmente, o estadunidense. Houve ainda um terceiro ciclo aberto pela revolução cubana (1959), que, no entanto, não conseguiu superar o cerco de sangue e repressão que as oligarquias e os governos dos EUA impuseram à região através das ditaduras militares.

## Cenário novo

16

O cenário atual se desenvolve diante de um processo onde vários países latino-americanos ao elegerem governos progressistas, atuam para a superação do neoliberalismo. As principais economias da região (Brasil, Argentina, Venezuela) conduzem suas forças motrizes (governos, partidos, movimentos sociais) e compartilham um campo político comum. Como em outros momentos históricos similares, neste, há também um elemento econômico propiciador: a alta conjuntural dos preços de matérias-primas e recursos energéticos existentes na região. Há um forte sentimento nacional de que é justo que nossas sociedades se beneficiem mais dessa vantagem - o que não é possível sob o programa neoliberal e a dominação imperialista.

17

Falamos de uma conjuntura e um processo regional, mas isso não deve ocultar que estamos falando de países e processos nacionais que têm profundas diferenças (não estamos discutindo aqui o caso cubano, que vem do ciclo anterior, mas que está em estreita aliança com os atores principais do atual):

a) Brasil e Argentina são economias semi-industrializadas complexas e têm burguesias locais mais fortes e enraizadas que países como Venezuela, Bolívia e Equador, nos quais o Estado tem condições de controlar a principal atividade econômica (exploração de hidrocarbonetos, minérios, etc.), a qual suas burguesias parasitam.

18

Esses processos políticos tiveram diferentes pontos de partida. Em alguns - Brasil, Uruguai, Nicarágua -, foram vitórias eleitorais em um ambiente de normalidade institucional. Em outros - Venezuela, Argentina, Bolívia, Equador -, as conquistas nas eleições foram precedidas e pavimentadas por profundas crises institucionais.

19

Há casos em que as forças motrizes estão claramente lideradas por partidos políticos constituídos há tempos - Brasil, Uruguai, Nicarágua -, enquanto, em outros, a liderança do processo não é dos partidos - Venezuela, Equador e Argentina. Se analisarmos esses casos nacionais pelo viés das relações entre governo,

partido(s), movimentos sociais e participação popular, teremos outro tanto de diferenças. Também são diferentes as perspectivas do desenvolvimento de formas participativas de poder.

20

No Brasil, na Argentina e na Nicarágua, conquistou-se a presidência, mas não uma maioria no parlamento. Em consequência disso, a questão da governabilidade coloca o dilema de como conseguir maiorias legislativas. Na Venezuela, no Uruguai e na Bolívia, os setores progressistas conseguiram ambas. Junto com o problema da maioria eleitoral vem o da relação com as classes médias, conceito vago que abrange tanto profissionais liberais, empresários médios e pequenos e até setores da classe trabalhadora com melhores níveis de remuneração. Em processos anteriores (Cuba, 1959 e Chile, 1970), o imperialismo estadunidense manipulou amplamente o caráter ambíguo das classes médias (inicialmente democráticas, mostram pavor frente à emergência política dos setores populares mais pobres).

21

A tentativa - realizada simetricamente tanto por analistas conservadores como por setores esquerdistas - de "blocar" as experiências por meio de dicotomias do tipo "revolucionários X reformistas" ou "atrasados/populistas X modernos/adaptados neoliberais" impede a compreensão correta da situação e, se levada a sério, bloquearia o processo e não o desenvolveria.

22

Em todos os casos citados, observam-se melhorias nas condições de vida da população. Por isso, o eleitorado tende a propiciar sua continuidade (na esteira dessa tendência, Chávez e Lula foram recentemente reeleitos).

## Integração necessária

22

O elemento que reúne todos esses processos é a necessidade da integração regional. Somente a complementaridade entre todos esses países poderá criar as condições para que se desenvolva uma dinâmica de superação do neoliberalismo e da dependência,

para que se enfrente o imperialismo com chances de vitória, e se estabilize um projeto alternativo. A integração regional pode somar as capacidades técnicas e científicas dos setores de trabalhadores mais especializados, a base tecnológica e industrial construída nos períodos anteriores (sobretudo de Brasil e Argentina), a enorme disponibilidade de recursos naturais e energéticos, criando um bloco econômico e político em condições de afirmar uma política própria.

23

Defendemos que, para ser conseqüente, a luta pela superação do neoliberalismo e da dependência, bem como a luta para derrotar o imperialismo, têm de ter uma perspectiva socialista. Contudo, a maneira como essas dimensões vão se combinar dependerá de cada processo nacional, suas peculiaridades, suas forças motrizes, sua história.

24

A questão-chave para que o atual ciclo de lutas por emancipação nacional e social tenha êxito é a construção de um amplo movimento político e social em âmbito regional. Temos as ferramentas iniciais para isso, elas foram construídas no período anterior, na resistência. No plano político, desde 1990 temos observado a reunião de um amplo leque de partidos progressistas e de esquerda, que inclui todas as forças políticas que impulsionam os processos acima citados. No Fórum Social Mundial/Fórum Social das Américas, têm-se reunido também os mais diversos setores sociais (e parlamentares e autoridades locais) que rechaçam o neoliberalismo.

25

Em ambos os casos, no entanto, faz-se necessário ir além da cultura de fóruns, de funcionamento de tipo "espaços" (aberto, como o FSM/FSA ou delimitado), para um grau de aprofundamento dos debates, das convergências concretas e dos compromissos sobre um programa e uma agenda de lutas. Redes e movimentos continentais (Via Campesina/CLOC, Marcha Mundial das Mulheres, Aliança Social Continental/Campanha Continental contra ALCA, ORIT/Fórum Sindical das Américas, Foro de São Paulo, que reúne os Partidos de Esquerda na América Latina, etc.) apontam para essa direção.

26

Porém, devem-se descartar tentações que esterilizaram o internacionalismo no século passado. Não há nem deve haver “partido-guia” ou “país-farol”

A construção deve ser de uma direção política coletiva e compartilhada, respeitosa dos diversos ritmos e da diversidade político-ideológica que compõe esse ciclo.

## CONJUNTURA NACIONAL

27

A eleição de Lula em 2002 foi resultado do mal-estar social provocado pelo neoliberalismo no país. Mas, apesar dos avanços que representou, o primeiro mandato do presidente Lula não conseguiu desatar alguns dos principais nós que obstaculizam uma transição para o pós-neoliberalismo. Porém, essas dificuldades não encerraram a experiência.

28

Os avanços aconteceram em várias dimensões: a ação da política externa, as grandes potencialidades de políticas sociais e econômicas para a construção de um projeto pós-neoliberal; as políticas de inclusão social, redistribuição da renda, universalização do acesso ao crédito e à infra-estrutura básica, apoio à economia camponesa e a economia solidária, entre outras, foram marcas desse período. No entanto, as políticas conservadoras no plano monetário (juros altos) e fiscal (alto superávit primário para pagar a dívida pública interna) limitaram o raio de ação daquelas medidas e inibiram seu potencial impulsionador do crescimento econômico.

29

O primeiro governo Lula representou avanços, mas também expressou impasses políticos na trajetória da esquerda brasileira. As forças conservadoras apostaram, primeiro, no fracasso da experiência (que derivaria de uma suposta incapacidade administrativa, etc.) para depois tentar sua desmoralização.

30

Mas a estratégia da direita de “acabar com essa raça pelos próximos 30 anos” fracassou. Depois de dois anos de ataques diários em todos os meios de

comunicação de massas, as eleições de 2006 mostraram novos avanços das forças de esquerda – tanto em termos quantitativos, de número de votos, de espaços institucionais conquistados, como em termos qualitativos, do debate político travado no segundo turno entre Lula e Alckmin.

31

O Brasil tem um papel de destaque no desenho do novo cenário internacional. Com a combinação de lutas sociais através das mobilizações e de iniciativas do governo Lula, o país assumiu um perfil de rejeição à estratégia de unilateralismo militarista do governo Bush (repudiando a invasão ao Iraque em 2003), teve um papel fundamental para paralisar as negociações da ALCA e impedir sua implementação e adotou uma política externa que prioriza uma integração regional na América Latina e as relações com outros países do Sul do mundo, dentro de uma perspectiva contra-hegemônica frente à dominação dos EUA.

32

O Brasil se destacou quando da proposta criação do “Grupo Amigos da Venezuela” (Brasil, Portugal, Chile, Espanha e México), organizado para defender o Governo Chávez da oposição comandada pela elite financeira do país e por centrais sindicais ligadas aos patrões que têm colocado em xeque o governo popular venezuelano. A atuação inicial do governo brasileiro foi uma clara demonstração da disposição do Brasil de exercer uma liderança na América do Sul, não deixando que uma crise como a venezuelana, nas suas fronteiras, se agudizasse e chegasse a algum tipo de desenlace sem sua participação.

33

Em relação à exploração e comercialização das

reservas de petróleo e gás com a Bolívia, o governo brasileiro firmou novo contrato que assegurou a permanência da empresa brasileira naquele país em condições consideradas adequadas pelas duas partes – o governo aumentou a participação nos lucros, mas a atividade continua sendo rentável para a empresa.

34

No cenário dos países emergentes Brasil, Rússia, Índia e China compõem o BRIC. A expectativa criada em torno desses países, considerados a base de apoio da expansão da economia mundial tem os apontado, nos últimos cinco anos, como os prováveis candidatos a crescer de forma vigorosa, juntando-se ao clube dos países desenvolvidos nas próximas décadas.

35

A eleição de Lula para o segundo mandato presidencial abre uma nova conjuntura no país, tendo como agenda central a superação do neoliberalismo. O que define esse novo momento é o movimento geral de idéias e forças sociais desatado pela disputa eleitoral. Abre-se uma nova oportunidade para o projeto democrático e popular.

36

O confronto eleitoral, mais uma vez, revelou a intensa politização dos processos eleitorais no Brasil e reforçou a polarização social, como vem ocorrendo desde 1989. Esse processo ganhou clareza no 2º turno, com a contraposição simbólica de projetos para o Brasil. O país viu-se, de novo, frente a duas opções de desenvolvimento, ainda que abertas, dentro de cada uma, para definições (que ocorrerão no momento seguinte ao das eleições).

37

A candidatura Lula expressou as potencialidades de superação do neoliberalismo e, ao mesmo tempo, os limites da experiência de governo. Ela buscou colocar-se como portadora de um projeto alternativo ao neoliberalismo, como representante dos movimentos sociais e da população trabalhadora; e foi amplamente correspondida pelo voto popular. No entanto, ficou na defensiva na questão ética. Se entendermos essa questão como ética pública e não apenas como atributo dos atores políticos, estamos nos referindo ao conteúdo das transformações das instituições, à democratização do poder político. E, justamente

nesse ponto crucial, a experiência do governo Lula foi muito limitada, aquém dos processos de participação popular implementado nas várias experiências mais avançadas de governo. Essa dimensão reduzida de mudança política fez par com os bloqueios verificados na ordem econômica. A vitória permite recolocar como agenda a superação desse duplo limite.

38

A crise ideológica do neoliberalismo refletiu-se na candidatura do PSDB. É muito importante relacionar a derrota da candidatura tucana com o franco descenso do neoliberalismo na América Latina e lembrar, mais uma vez, que o Brasil faz parte desse processo internacional. Aliás, já em 2002, o candidato dessa corrente ideológica, José Serra, procurava responder a esse problema buscando renovar o projeto neoliberal (apresentando-se como “continuidade sem continuísmo”).

## Diferente de 2002

39

Esse quadro é muito diferente daquele de 2002. O primeiro governo do Presidente Lula impôs uma dura derrota eleitoral ao neoliberalismo, mas foi marcado por um processo desigual e limitado de transição para uma agenda de desenvolvimento, democracia e distribuição de renda. E, justamente por isso, caracterizou-se também por uma crise latente no interior do campo social responsável pela conquista da primeira vitória de Lula.

40

O núcleo dos conflitos foi a política econômica desenvolvida na maior parte do período de governo, que restringiu as políticas governamentais e levou o governo a chocar-se com interesses de bases sociais tradicionais, como os servidores públicos, com a reforma da previdência. O PT perdeu bases sociais e sofreu uma derrota política nas eleições municipais de 2004.

41

Essa orientação começou a ser mudada pela pressão social e pelo fortalecimento – dentro do governo, nos movimentos sociais e no debate pú-

blico – das posições que defendiam uma condução econômica alternativa. A luta pela superação desses elementos conservadores na política econômica precisa ser inserida dentro do debate que devemos travar agora, que é sobre os caminhos da superação do neoliberalismo a partir de bases sociais e políticas renovadas.

## Novo mapa político

42

Uma nova correlação de forças na sociedade deve emergir com o resultado político das eleições. Diferente das eleições de 2002, quando a eleição de Lula não foi acompanhada de conquistas expressivas de governos estaduais, desta vez, foram eleitos os governadores de Bahia, Pará, Sergipe, Piauí, Acre pelo PT, e ainda eleitos os governadores do PSB no Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Além disso, há governos com posição de aliança com o governo Lula no Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Amazonas, Mato Grosso e Maranhão.

43

Os governos estaduais podem e devem seguir uma estratégia que, partindo do balanço da experiência nacional e não incorrendo nos mesmos erros, incorpora a agenda de superação do neoliberalismo. E ainda que possam estar estrangidos pelas condições herdadas, há um campo vasto de realizações pela frente. A eleição de Jacques Wagner (Bahia) não só impõe uma dura derrota ao carlismo, mas conquista para a perspectiva democrática e popular um dos estados mais importantes do país, e projeta, junto com Piauí, Sergipe, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão, a conquista de hegemonia na região Nordeste. Assim como a vitória de Ana Júlia no Pará, derrotando 12 anos de governos do PSDB, abre a construção de um governo de participação popular e muda, junto com Acre e Amazonas, o mapa político da região Norte.

44

Em São Paulo e Minas Gerais, a votação obtida no segundo turno, forçando o recuo de Alckmin e colocando no patamar de 48% em SP e 65% em MG,

mostrou o potencial da disputa nos estados sob mais forte controle do PSDB.

45

O PSDB saiu derrotado nacionalmente. No segundo turno, perdeu a eleição, mas sobretudo, perdeu o debate político-programático (ao ser incapaz de defender “as realizações” do governo FHC e sua herança e de apresentar um perfil crível para um futuro governo). Desta feita, seu candidato e sua campanha mostraram-se desorientados e sofreram a desmoralização de obter no segundo turno menos votos que no primeiro (uma perda de 2,5 milhões votos e vendo Lula crescer cerca de 12 milhões de votos). O PSDB, no entanto, manteve os governos estaduais de Minas Gerais e São Paulo e conquistou o do Rio Grande do Sul. A necessidade de “reciclar” o programa neoliberal aliada à disputa para definir o seu próximo candidato presidencial são os problemas que tem pela frente. O PFL ficou reduzido ao Distrito Federal.

46

O PMDB dividiu-se entre os dois pólos da disputa nacional, aprofundando a sua crise de identidade e apresentando-se cada vez mais como uma frente de interesses regionais. As situações de aliança com o PT ocorreram em circunstâncias bastante específicas, com clara hegemonia do PT e voltadas para a conquista de maioria eleitoral. A participação do PMDB no governo de coalizão deve merecer maior clareza de seu projeto programático e a demarcação clara de suas posições políticas.

47

A campanha da candidata presidencial do PSOL teve um perfil fundamentalmente udenista, que fez com que disputasse votos da direita. Dentro dessa estratégia eleitoral, Lula foi atacado enquanto Alckmin foi poupado na maior parte do tempo. O PSOL, devido às divergências internas na coligação, sequer apresentou um programa de governo até o final da campanha, e se isolou completamente das bases dos movimentos sociais combativos ao adotar, no segundo turno, uma atitude sectária e autoritária. Entretanto, significativos segmentos do PSOL não acompanharam essa atitude da sua direção no 2º turno, e declararam abertamente o voto em Lula, contra o retrocesso neoliberal tucano-pefelista.

48

As forças e instrumentos da direita atuaram de maneira coordenada, como uma frente única contra o PT. A face mais visível dessa frente foi a grande mídia. É, no entanto, ingenuidade pensar que ela é a fonte de seu poder; ele deriva dos interesses econômicos internacionalizados, da influência dos interesses do EUA e do capital financeiro. Esse condomínio reacionário, depois da derrota, desenvolve a tentativa de condicionar o segundo mandato, impondo-lhe a agenda política e econômica.

## Nova conjuntura

49

O segundo turno significou uma relação diferente entre os movimentos sociais e a disputa política eleitoral. Até então, os movimentos sociais (com exceção da CUT, que tomou posição pública já no primeiro turno) oficialmente estavam “alheios” às eleições - ainda que uma parte de sua militância tivesse participação, sobretudo, em campanhas proporcionais. A possibilidade real de uma volta do PSDB-PFL ao governo e a mudança de tom da campanha de Lula no segundo turno (centrada agora na crítica às elites e às privatizações, ao lado da defesa da integração regional versus ALCA, da defesa do governo Evo Morales, da explicitação de que estamos em um país socialmente dividido e de que o governo tem que priorizar as políticas que atendam aos interesses dos pobres) fizeram com que acendesse, no conjunto de movimentos sociais reunidos na CMS (Coordenação de Movimentos Sociais) e na Assembléia Popular (articulada pelas pastorais da Igreja Católica, o MST/Via Campesina e outros), a vontade política de participar da disputa para reverter aquele perigo. No segundo turno, houve militância em níveis muito superiores aos até então verificados na campanha. O que agora está em pauta é como transformar essa conquista – de participação política dos movimentos na disputa eleitoral – em avanços dos próprios movimentos sociais para a maioria da população.

50

Estamos adentrando uma nova conjuntura política, com novas potencialidades, buscamos extrair do “espelho embaçado” mais do que constata-

ções eleitorais ou quantitativas. Deste momento, buscamos extrair uma compreensão ampla para as novas tarefas para a luta pelo socialismo.

51

Não raras vezes, a esquerda concentra sua visão nas tarefas e desafios do governo conquistado que tem a marca popular. Ainda que o governo seja a expressão imediata da vitória e que os desdobramentos da conjuntura dependam muito das iniciativas políticas que vier a tomar, é incorreto ver a conjuntura através do governo. Esse equívoco leva a subestimar a organização e a manifestação popular (em outras palavras, a luta de classes); os partidos de esquerda; e, implicitamente, leva a depositar na força do governante a expectativa de realizar, em nome do povo (e substituindo o povo) um programa progressista. É evidente que devemos lutar para que o governo expresse o máximo de mudanças que a presença popular na cena política impulsiona. Mas é preciso ver também que uma conjuntura favorável abre novas possibilidades de organização e de luta dos trabalhadores e do povo, e permite à esquerda recolocar na agenda a atualização da perspectiva socialista.

52

Ainda que tenhamos tido uma clara manifestação social e política, ela não produz, por si mesma, um processo imediato de auto-organização popular. Mas a nova conjuntura abre um cenário de conquistas populares que não devem partir apenas da lógica do governo. Aliás, nos dois momentos decisivos, em 2004/5 e em 2006 foi a presença da manifestação popular que fez a balança do governo pender para uma dinâmica de mudanças.

53

Assim como foi na campanha do segundo turno, também na construção e implementação do segundo mandato, é necessário que se combinem dois movimentos: de um lado, o governo deve acenar ativamente com uma plataforma de mudanças que dialogue com as aspirações dos movimentos sociais e das maiorias; de outro, os movimentos sociais devem politizar sua atuação construindo um bloco social e político que pressione na conjuntura pela superação do neoliberalismo. O papel dos partidos de esquerda é insubstituível para viabilizar esse salto nas condições para disputar os rumos da conjuntura nacional.

54

As considerações acima ganham um sentido estratégico se levamos em conta as condições atuais de organização das forças sociais dos trabalhadores e, de modo mais geral, a sua trajetória desde 1989. A ligação e mesmo a identidade das camadas populares com uma liderança é um aspecto muito importante do processo, mas é insuficiente para fornecer a força para a superação do neoliberalismo. Estamos a caminho da reorganização de um campo democrático e popular e do socialismo.

## O segundo mandato

55

A conquista da maioria da sociedade para um segundo mandato do Presidente Lula foi feita em nome de compromissos populares e de aprofundamento de mudanças iniciadas no primeiro mandato. O fato de essa vitória ter-se dado em contraposição explícita ao neoliberalismo, respaldada em uma forte base eleitoral popular e de vir acompanhada de importantes conquistas de governos estaduais coloca novas possibilidades para um governo hegemônico pela esquerda no Brasil.

56

Também não estamos frente a uma crise como a de 2002/3, que em grande medida funcionou como justificativa para os elementos de continuidade da política econômica. A situação econômica brasileira hoje é melhor em vários aspectos do que a herdada de FHC, mas um conjunto de constrangimentos ainda permanece (entre eles, o poder do capital financeiro em definir o ritmo de acumulação e de distribuição de renda) e tem funcionado como freio ao crescimento e distribuição de renda mais arrojados.

57

É a partir desse sentido geral que devemos imprimir nossa visão às tarefas políticas na nova conjuntura.

58

Lutamos para que o novo governo seja expressão do avanço das conquistas populares e defina uma plataforma de ações afirmativas da vitória popu-

lar. A partir das diretrizes do programa, devemos desenvolvê-la em cinco dimensões: política, econômica, social, ambiental e internacional.

59

A reforma política é uma das principais iniciativas que o governo deve enfrentar. Além dos elementos de democratização da política representativa (eleição por lista partidária, financiamento público, fidelidade partidária) devemos acrescentar o orçamento público participativo – na verdade, um programa de democracia participativa, que, em grande medida, não depende de mudanças na legislação e pode ser desencadeado pelo próprio executivo. Essa questão é decisiva para superar a visão de uma governabilidade em moldes tradicionais e ancorada na expectativa de maioria parlamentar com base em alianças contraditórias.

60

Desde 1989, vem se apresentando na cena política projetos opostos de nação. Por certo, há que diferenciar também projetos intermediários, possíveis de serem incorporados, em parte, à coalizão governamental. A condição de governo permite alargar alianças com hegemonia, mas tem de haver uma base programática comum e uma correlação com a construção da unidade das forças sociais e políticas que efetivamente sustentam o programa. E não se pode esquecer de uma outra condição a ser permanentemente verificada no andamento do governo: um padrão republicano na relação com o Estado.

61

A questão econômica central é a retomada do desenvolvimento com distribuição de renda. Uma nova política econômica deve partir de imediato da redução da taxa de juros e da ampliação do controle público sobre a gestão financeira do Estado (incluindo, naturalmente, o Banco Central), de modo a reduzir o poder do capital financeiro e das forças da globalização capitalista.

62

O plano social envolve mais que ampliar os programas sociais. Implica em reformas capazes de ampliar direitos e de mudar o quadro de desigualdade social e de concentração de renda e de poder. Assim, reformas como a agrária (que também tem um sen-

tido econômico), a urbana e a redução da jornada de trabalho, entre outras, são fundamentais.

63

Da mesma forma, embora seja um dos maiores sistemas de saúde públicos do planeta, e ter promovido a mais ampla política de inclusão social, no período pós-redemocratização do país, o Sistema Único de Saúde (SUS) ainda padece de sérios problemas, que são um entrave ao seu desenvolvimento. Entre eles, gostaríamos de concentrar em dois, que são estruturantes do atual modo de produção da assistência à saúde, quais sejam: a iniquidade no acesso aos recursos para a gestão do SUS, incluindo a força de trabalho; e a presença do capital via o alto consumo de procedimentos, promovendo uma extraordinária acumulação no setor, através de práticas assistenciais centradas no ato prescritivo e no baixo coeficiente de cuidado aos usuários.

64

Em termos de segurança pública, lutamos pela reforma e modernização do sistema de justiça e segurança pública, baseados em modelos científicos, democráticos, produtores e garantidores de cidadania plena.

65

Com o PAC, o Estado retoma seu papel de indutor e organizador de setores-chaves para a economia do país. Tem crescido a participação do governo nas políticas de desenvolvimento. Também se observa que as novas indicações nas pastas dos setores que definem a economia, trazem uma alteração significativa no perfil desenvolvimentista do governo. Porém restam ainda neoliberais rudimentares (como Henrique Meirelles no Banco Central) que têm bloqueado a implantação de avanços na política econômica. Ainda com relação ao PAC, o desenvolvimento pensado não incorpora a necessária dimensão social e ambiental que pode transformar a pauta do desenvolvimento integral com a diminuição das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente.

66

A participação democrática implica num novo contrato social com a natureza. Isto significa construir um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil, de forma a contribuir para o controle da crise ambiental

mundial, produto do capitalismo. O mercado globalizado, além dos impactos no mundo do trabalho, tem devastado também a natureza. O Brasil tem papel estratégico no enfrentamento da crise sócio-ambiental do capitalismo e pode crescer a partir de um modelo desenvolvimento sustentável e socialmente justo.

67

O espaço amazônico foi fortemente modificado pela política contraditória do modelo brasileiro de desenvolvimento, provocando o agravamento dos índices de marginalização sócio-econômica e político-cultural de expressivos segmentos tradicionais da população. O modelo de desenvolvimento para a Amazônia impõe limites nos padrões de apropriação dos recursos hídricos, de consumo, de relações de trabalho e de atitudes em relação ao meio ambiente. A Amazônia brasileira é um patrimônio do povo brasileiro, e em particular, dos povos que nela habitam. Se a floresta e os rios estão preservados quase na sua integridade, é pela história da sociedade e da cultura das populações tradicionais, que não vêem a biodiversidade como Banco Biogenético ou como possibilidade de transformação em bem de capital. A Amazônia é, para os povos amazônicos, cultura e realidade de vida.

68

A questão internacional está longe de ser tranquila ou de desdobramento automático. A construção da unidade sul-americana é também um processo conflitivo; e, se a Alca foi bloqueada, a relação com os Estados Unidos não está resolvida (hoje, é algo na linha do conflito e negociação, sempre com muitos riscos). O aprofundamento do rumo internacional anti-neoliberal é fundamental; do contrário, os conflitos e impasses definirão a política real.

69

Por fim, não podemos subestimar a luta pela superação do neoliberalismo. Não são “apenas” políticas a serem substituídas; elas representam interesses, construção teórica e programática, ideologia... De outro lado, há sempre o risco de se reorganizarem forças, dentro da coalizão vitoriosa, que busquem conter ou mudar o curso da dinâmica política e social surgida a partir da vitória eleitoral.

70

Desde um ponto de vista mais amplo, a idéia de superação do neoliberalismo exige ir além do enfrentamento do monetarismo concentrador. É preciso enfrentar e alterar a concentração de renda e da riqueza, o controle do poder e da propriedade, que vêm perpetuando o histórico quadro da desigualdade social brasileira. Mesmo considerando o desenvolvimento de políticas sociais importantes pelo governo, a hegemonia liberal continua se expressando na prevalência da lógica de mercado.

## A Participação Democrática

71

A luta pela democracia busca concretizar hoje o nosso projeto histórico de transformação socialista e democrática do Brasil. A participação democrática é um processo que combina o aprofundamento da democracia com as transformações na vida social do país. A consolidação de uma era de desenvolvimento com distribuição de renda e soberania nacional exige a construção de um novo Estado democratizado e universalizado em suas funções.

72

A participação democrática significa um processo permanente de alteração da correlação de forças em favor dos trabalhadores e do povo brasileiro. Lutamos para que esta mudança se expresse nas posições crescentemente conquistadas na institucionalidade democrática, no aumento da organização e da mobilização dos movimentos sociais e na evolução da própria cultura política do país, tornando-a cada vez mais receptiva aos valores do socialismo democrático.

73

As mudanças na estrutura do Estado são fatores fundamentais para o avanço da participação democrática e abrangem:

a) novas formas de controle e regulação da atividade econômica que articulem o desenvolvimento com os direitos dos trabalhadores e do povo brasileiro;

b) a reforma do sistema político-partidário, com a adoção do financiamento público das campanhas,

da fidelidade partidária, lista partidária democraticamente elaborada, definição nacional das alianças, proporcionalidade idêntica para todo o país na representação na Câmara Federal, entre outras medidas;

c) a construção de um sistema federal de democracia participativa nas discussões dos orçamentos públicos, no controle social das empresas estatais e na consolidação das conferências nacionais setoriais;

d) a intensificação e democratização na utilização dos instrumentos do referendun, das leis de iniciativa popular e das audiências públicas;

e) o combate à corrupção sistêmica que deslegitima a ação do Estado, reproduz sua ineficiência e desmoraliza a ética cidadã.

74

O aprofundamento da participação democrática exige a construção de uma estratégia de fortalecimento da economia do setor público – defesa e ampliação do papel do Estado nos setores estratégicos e dos serviços públicos básicos – controlado e gerido com procedimentos democráticos. Essa estratégia se articula com a expansão da economia nacional, dos microempreendimentos, da economia solidária, da agricultura familiar, e do cooperativismo.

75

A participação democrática deve combater a subordinação do Estado aos poderes do capital financeiro e rentista. O Banco Central deve subordinar-se às metas de desenvolvimento definidas pelo governo e pelos mecanismos democráticos da sociedade, rompendo sua relação íntima com o sistema financeiro.

76

A conquista das reformas democráticas-populares – em especial, a reforma agrária, a reforma urbana, a expansão dos direitos do trabalho, a reforma tributária progressiva, a gestão pública de setores que a democracia brasileira considerar fundamentais para o desenvolvimento nacional – são, por excelência, o chão de um novo protagonismo das classes populares na democracia brasileira. Sem este novo protagonismo não haverá aprofundamento das mudanças. Daí a importância da democracia participativa e dos movimentos sociais, em especial a CUT e a CMS.

77

Uma dimensão essencial da participação democrática é a participação na educação brasileira acompanhada de um projeto nacional de ciência e tecnologia voltado para o desenvolvimento.

78

O pluralismo de informação e opinião é um dos aspectos centrais da participação democrática. Além de uma regulação democrática das mídias, em especial nas TVs e rádios, cabe reforçar a constituição de um sistema público de comunicação com canal de rádio e TV aberta para todo o país. Serviço público, independência, programação de qualidade. É bastante complicado reunir e harmonizar esses três atributos. Somos obrigados a conviver com o fato de que no Brasil, no caso mais geral, a mídia eletrônica não tem conseguido lidar, mesmo separadamente, com qualquer deles. A televisão não oferece ao espectador uma programação de qualidade, não presta um serviço decente à sociedade (e na maioria das vezes presta um grande desserviço) e ainda por cima é altamente dependente tanto do Estado quanto das grandes corporações. Com a TV pública brasileira, acreditamos que a televisão deixa de ser um comércio ou um instrumento de propaganda para se transformar num serviço público.

79

A grande desigualdade na sociedade brasileira decorre também de relações sociais e preconceitos herdados do colonialismo, da escravidão e da sociedade patriarcal. Uma participação democrática passa por uma participação cultural e por mudanças nas relações sociais e de poder para promover a igualdade de gênero e raça. Essa dimensão civilizatória incorpora ainda a defesa da autodeterminação dos povos indígenas.

80

A instituição de políticas de valorização a segmentos historicamente discriminados no país tem sido uma marca do governo federal. A criação das Secretarias Especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e de Políticas para as Mulheres (SPM) reivindicadas pelos movimentos sociais é um exemplo desta intervenção. Esta opção tem recebido críticas e reações de setores da elite dominante brasileira. Um exemplo disto, é a campanha orquestra-

da na mídia contra o Decreto N°. 4.887, assinado pelo presidente Lula em 2003, que regulamentou o reconhecimento e a titulação de terras habitadas por comunidades remanescentes de quilombos. O PFL, atual DEM com o apoio da CNA-Confederação Nacional da Agricultura, apresentou no STF, ação direta de inconstitucionalidade, objetivando barrar as reivindicações despertadas pelo decreto em questão.

81

A realização de reformas de caráter nacional, democrático e popular envolvem a construção de maiorias e a formação de uma coalizão político-social ampla. Para que ela se configure de um modo coerente é fundamental o respeito ao programa da participação democrática e o fortalecimento da esquerda nesse campo de alianças.

82

A ampliação da participação da sociedade organizada na definição de políticas públicas específicas foi uma das importantes ações do Governo Lula. No último período foram realizadas: Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais de Saúde, de Promoção da Igualdade Racial, de Políticas para as Mulheres, de Educação, de Meio Ambiente, das Cidades, entre outras que estabelecem o debate e a participação democrática da população brasileira.

# CONJUNTURA ESTADUAL

*A bandeira vermelha se moveu  
É um povo tomando posição  
Deixe o medo de tudo pra depois  
Puxe a faca, desarme sua mão  
Fique muito tranqüilo pra lutar  
Desamarre a linha da invasão  
A reforma está vindo devagar  
Desembocar no rio da razão  
Disparada de vacas e de bois  
É o povo tomando posição  
É o povo tomando direção*

*Zé Ramalho – Sem Terra*

83

Para proceder a uma análise da conjuntura paranaense é importante recuperar alguns elementos históricos da formação do estado, no contexto brasileiro. Alguns apontamentos podem auxiliar na compreensão da realidade do Paraná e a inserção do mesmo no cenário nacional.

84

As terras que hoje formam o território paranaense eram habitadas ao tempo da colonização portuguesa pelos Índios Carijós, do grupo Tupi, pelos Caingangues do grupo Jê e pelos Xetás, estes extintos nos últimos 40 anos.

85

Apesar da tentativa de alguns historiadores negarem a escravização de negros no Paraná, e consequentemente, a presença de negros em nosso território, a participação negra aqui é relevante. Segundo Otávio Ianni há evidências de que em 1767, os escravizados (negros e índios) chegavam aproximadamente a 50% do total da nossa população.

86

Diferentemente de outras regiões brasileiras, onde praticamente todo o trabalho estava destinado

aos negros escravos, aqui no Paraná, os trabalhadores escravos conviveram com trabalhadores livres. Desde os primeiros tempos, junto com os bandeirantes brancos, vinham os negros escravos. Transportavam pesadas cargas, alimentos, ferramentas, armas, utensílios e tudo mais. Com o passar do tempo, passaram a ser empregados no trabalho das minas, criação de gado, exploração do mate, lavouras de subsistência, exploração de madeira ou nos serviços urbanos. Seus donos podiam alugá-los, visando os custos dos escravos. Os escravos não tinham direito a escola, saúde, participação política ou qualquer outro benefício.

87

Até pouco tempo, a sociedade paranaense não percebia aqui a presença de comunidades remanescentes de quilombos. Com a intervenção do movimento negro e da constituição do grupo de trabalho “Clóvis Moura” pelo governo do estado já foram identificadas mais de 86 comunidades negras tradicionais rurais e urbanas, sendo destas 90% de comunidades rurais. Destas, 37 já foram reconhecidas como comunidades remanescentes de quilombos pela Fundação Palmares. A APP-Sindicato foi uma das primeiras organizações a levantar uma campanha para a titulação das terras quilombolas. Na década de 90, a APP junto

à outras entidades organiza uma campanha de apoio À Comunidade Quilombola da região de Guarapuava, Paiol de Telha. Guarapuava.

88

Ao longo do século XVI, esta região não despertava interesse nos portugueses que vinham ao Brasil. Por sua vez os espanhóis fundaram alguns núcleos de povoamento que não se desenvolveram. No século seguinte (XVII), os bandeirantes descobriram ouro no Paraná e, para extraí-lo, tentaram escravizar e catequizar os indígenas locais. Com o descobrimento das Minas Gerais, o ouro de Paranaguá perdeu a importância. As famílias ricas, que possuíam grandes extensões de terras, passaram a se dedicar à criação de gado, que seria destinado ao abastecimento da população de Minas Gerais.

89

A partir de 1850, o governo provincial de São Paulo empreendeu um amplo programa de colonização. É nesse contexto que vieram para essa região os primeiros imigrantes europeus especialmente alemães, italianos, poloneses e ucranianos, que contribuíram decisivamente para a expansão paranaense e para a renovação de sua estrutura social.

90

Até 1853 o Paraná fazia parte da Província de São Paulo, quando se deu sua emancipação. Nesse período a produção de café atraiu milhares de imigrantes das províncias do sul, sudeste e do nordeste do país. No fim do século XIX, a erva-mate dominou a economia regional e criou uma nova fonte de riqueza para os líderes que partilhavam o poder. O surgimento das estradas de ferro, ligando a região das araucárias aos portos e a São Paulo desencadeou novo período de crescimento.

91

Entretanto somente no século XX o território paranaense foi efetivamente ocupado. Na década de 1920 toda a região centralizada pelas cidades de Tomazina, Siqueira Campos e Jacarezinho já estava povoada, o chamado Norte Velho/Pioneiro. Em 1927, uma companhia inglesa iniciou a colonização do norte novo. Fundaram-se diversas cidades entre as quais, Londrina (1931) e Maringá (1948). Descendentes de imigrantes italianos e alemães do Rio Grande do Sul,

a partir da década de 1940, subindo de sul para norte, ultrapassaram o Rio Iguaçu, avançando pelo oeste paranaense, ao longo do Rio Paraná, até encontrar os plantadores de café. O principal conflito ocorrido no Paraná foi a Guerra do Contestado (1912-1916), uma disputa pela definição das fronteiras com o estado de Santa Catarina.

92

A luta pela posse da terra, no sudoeste, tem um marco histórico: a Revolta dos Colonos em 1957, na região de Francisco Beltrão e Pato Branco. Neste ano de 2007, a Revolta dos Colonos completou 50 anos.

93

A realidade de estado agrícola (Celeiro de Grãos), será dominante no Paraná até meados dos anos 70. A grande geada do ano 1975 provocou enorme êxodo rural. Estima-se que 1 milhão de pequenos proprietários perdeu suas terras e emprego. Muitos agricultores tornaram-se bóias-frias, outros deixaram o estado rumo ao centro-oeste, à região norte e ao Paraguai.

94

Esse movimento acarretou o inchaço das cidades desprovidas das condições de oferta de trabalho, infra-estrutura e serviços públicos provocando um acelerado e tardio processo de urbanização.

95

Um fenômeno que se destaca no Paraná a partir deste período foi a construção de hidrelétricas sendo a maior delas a Usina de Itaipu. O processo de desapropriação de um enorme contingente de agricultores somado à concentração latifundiária levou às mobilizações que foi a gênese da formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Por essa razão é que o Congresso de Fundação do MST ocorreu em Cascavel no ano de 1984.

## ANOS 90

96

Para melhor compreender as profundas transformações ocorridas no Paraná na década passada é importante analisar o projeto nacional que motivou as

administrações Collor/Itamar/FHC, quando as elites voltam a ter um crescimento econômico (vínhamos dos anos 80 considerada a década perdida), que estaria associado à capacidade do país se tornar competitivo no mercado internacional. Para adentrar ao mundo da globalização o país estabeleceu como objetivo central a atração do capital produtivo transnacional. Nesta perspectiva é que se estabelece o plano de estabilização da moeda (Plano Real), a abertura do mercado, o agressivo processo de privatização, as reformas constitucionais, não apenas econômicas, como também sociais, ou seja, as chamadas políticas neoliberais.

97

Para a política neoliberal, a conquista da modernidade para o Brasil dependia de um duplo desafio: a inserção do país de modo competitivo na economia mundial e a incorporação da grande massa da população na sociedade e no mercado. A construção de um Brasil solidário, que distribua renda e garanta para todos o acesso à cidadania (educação, saúde, moradia, trabalho, previdência), estava vinculado à necessidade do Brasil tornar-se forte e competitivo no mercado internacional. Para tanto, se tornava indispensável a reforma do Estado associada a uma nova orientação econômica. Este processo na concepção da aliança PSDB-PFL (hoje DEM), traria a retomada do crescimento econômico do país. O resultado foi píffio. O Brasil estagnou nos anos 90, o PIB ficou na média de 2%, ocorreu o aumento da concentração de renda e a desigualdade social aprofundou-se terrivelmente.

## O GOVERNO LERNER

98

Estes mesmos pressupostos foram o norte para as duas gestões de Jaime Lerner frente ao governo do Estado (1995-2002). Para este governo não há possibilidade do Estado crescer a não ser associando a nova lógica da chamada 'globalização'. É em função desse entendimento que estabelece como prioridade a industrialização. Na prática, isto se deu na região metropolitana de Curitiba. Na visão lernista, o crescimento econômico do Paraná dependia de sua capacidade de atrair o capital produtivo. Portanto, o Estado no período Lerner foi instrumentalizado a serviço dos interesses do mercado, tornaram-no um indutor dos

interesses privados. É nessa perspectiva que se compreende a concepção lernista de administração realizada através de parcerias, concessões, isenções e dilação de impostos.

99

Essa política se manifestou claramente nos serviços públicos via terceirizações e privatizações. Um exemplo foi a privatização do anel de integração que une as principais cidades do estado. Essa política trouxe o pedágio para as rodovias até então públicas no estado, por onde circulam cerca de 60% do total do volume do tráfego do estado. Também foram privatizados a Ferroeste, o Banestado, a Telepar, parte do sistema de captação de água e o controle acionário da Sanepar. O caso da "venda" do Banestado desvelou um amplo processo de corrupção e lavagem de dinheiro. A mobilização popular foi decisiva no impedimento da venda da Copel. As parcerias com a iniciativa privada através da criação de Organizações Sociais para a prestação de serviços públicos trouxeram a Paraná Educação, a Paraná Previdência e o Paraná Urbano. A abertura de novos espaços para atuação do capital privado na tentativa de atrair investimentos mostrou-se totalmente ineficaz para a população que depende dos serviços, levando a uma precariedade de atendimento jamais vistas no estado.

100

A relação autoritária com os movimentos sociais foi uma das características do governo Lerner. No campo a luta pela Reforma Agrária agudizou-se com a tentativa do governo em criminalizar o MST. O estado permitiu o uso da violência e do aparelho militar contra os trabalhadores e omitiu-se quando os latifundiários se armaram e empregaram o uso da força contra centenas de famílias de trabalhadores sem terra. O auge desse enfrentamento ocorreu em 02 de maio de 2000 quando as forças repressivas do governo no afã de impedir as manifestações dos Trabalhadores sem Terra na capital, reprimiram violentamente os trabalhadores na divisa de Curitiba com Campo Largo. Nesse dia o agricultor Antonio Tavares foi assassinado.

101

O movimento sindical também foi alvo do autoritarismo de Lerner. Exemplo claro foram os cortes do repasse do desconto em folha dos sindicalizados

na APP-Sindicato e no Sindiservidores, o que gerou um grande endividamento às entidades sindicais e a extinção do sindicato dos servidores do estado. A política de desmonte do estado, o arrocho salarial, a violência e o descaso com os servidores geraram um grande sentimento de descontentamento que desencadeou grandes mobilizações.

## CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA

102

A partir da reeleição de Jaime Lerner (1998), ampliou-se um forte movimento de oposição no Paraná. Este movimento atuou basicamente em duas grandes frentes:

a) a primeira delas através do Fórum Terra, Trabalho, Cidadania e Soberania, do qual a APP-Sindicato participou ativamente. O Fórum foi um dos principais instrumentos de organização da resistência e ofensiva popular naquele período. A inauguração do monumento projetado por Oscar Niemeyer em homenagem a Antonio Tavares Pereira, em 01 de maio de 2001, às margens da Rodovia 277 Curitiba/Campo Largo, transcendeu sua simbologia e constituiu-se num marco da necessária unidade dos trabalhadores do campo e da cidade. Neste mesmo período o Fórum organizou em Curitiba o Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio onde através de dados da Comissão Pastoral da Terra denunciou que desde 1995 foram mortos 16 sem-terra; 488 foram presos; 324 foram feridos; 31 sofreram tentativas de assassinato e 45 foram ameaçados de morte. Este foi um dos momentos em que o Governo Lerner sofreu duro questionamento e as denúncias ganharam repercussão internacional. Também no Fórum Social Mundial de Porto Alegre os movimentos sociais e os sindicatos realizaram ato público com distribuição de cartilhas denunciando as arbitrariedades, o autoritarismo e a impunidade no estado do Paraná;

b) a segunda grande frente de resistência e lutas foi através dos sindicatos. Naquele período foram organizadas fortes mobilizações e greves de amplos setores do funcionalismo público estadual. As greves de 2000 e 2001 organizadas pela APP-Sindicato, com greve de fome e ocupação da Assembléia Legislativa; a greve dos servidores do judiciário; das universidades estaduais; dos agentes penitenciários e policiais civis;

a mobilização e enfrentamento das esposas de policiais militares, entre outras mobilizações demonstraram a capacidade de luta e resistência dos trabalhadores e trabalhadoras do Estado contra o projeto neoliberal. Todas essas mobilizações somadas a distensões e rachaduras no bloco governista resultaram em desestruturação e derrotas eleitorais significativas em 2000 nos municípios e em 2002 as urnas ratificaram o fim da era Lerner no Paraná.

## MUDANÇA NO CENÁRIO POLÍTICO PARANAENSE: ELEIÇÃO E REELEIÇÃO DO GOVERNO ROBERTO REQUIÃO

103

A vitória de Roberto Requião em 2002, inseriu-se no mesmo movimento de questionamento ao modelo neoliberal que em nível nacional elegeu o Presidente Lula. Já em seu mandato como Senador da República havia sido um dos críticos do modelo de gestão implementado por FHC e Lerner. Tanto que contrariando decisão nacional de seu partido, o PMDB, que estava na aliança com José Serra, Requião apoiou desde o primeiro turno a candidatura Lula. Tal movimento garantiu ao governador aglutinar um conjunto de forças progressistas e populares em torno de sua campanha no segundo turno daquela eleição. Contudo é necessário registrar que um amplo leque de setores burgueses e conservadores também encontraram em Requião sua legítima expressão.

104

A APP-Sindicato teve um importante papel na derrota do governo Lerner. Através da II Conferência Estadual de Educação realizou um amplo debate sobre o Plano Estadual de Educação, formulando propostas que foram apresentadas e debatidas com os candidatos. Embora não comparecesse ao debate o então candidato Roberto Requião produziu um documento intitulado "Carta Compromisso aos Educadores", onde assina importantes compromissos de nossa pauta de reivindicações e do programa proposto pelos educadores.

105

O governador Roberto Requião buscou desde o início de seu governo constituir simbologias que reforçassem o contraponto com o governo anterior. Buscou rapidamente recuperar a capacidade de intervenção do Estado – como agente importante na orientação econômica, ao rever os contratos da Copel, da Sanepar, da Ferroeste; na luta contra os transgênicos, no fechamento dos bingos, na briga pelo Porto Público de Paranaguá, na luta (não vencida) contra os pedágios. Essas ações marcaram seu governo.

106

Outras iniciativas buscaram interromper as políticas privatistas do governo anterior. Adotando um estilo populista, de caráter salvacionista, Roberto Requião apresentou um governo como de opção preferencial pelos pobres, invocando constantemente o programa da Carta de Puebla. As políticas da tarifa social da luz e da água e a adoção de 1 litro de leite para as crianças carentes são manifestações dessa característica.

107

Em relação ao “Compromisso com os Educadores”, o governo reconheceu e atendeu parte das reivindicações históricas da luta dos trabalhadores. Uma das medidas mais marcantes que o diferenciaram do governo anterior foi a suspensão das contratações via Paraná Educação com a promoção de concursos públicos em todas as áreas educacionais. Entretanto, vários compromissos estão em compasso de espera demonstrando a ausência de um Projeto Educacional de curto, médio e longo prazo para o estado.

108

O governo de Roberto Requião procurou estabelecer pontes com o movimento social – particularmente com os que enfrentaram o governo Lerner: o movimento sindical e o MST. Mas a partir de 2005 a relação com o movimento sindical se deteriorou. Ao se confrontar com as mobilizações protagonizadas pela APP-Sindicato, o governo iniciou um ataque sistemático à APP. As negociações foram suspensas. O governo tentou organizar uma nova fonte de negociação chamada CEDUC, que foi frontalmente combatido por toda a categoria, especialmente por militantes e dirigentes sindicais em todo o Estado.

109

No processo eleitoral da APP-Sindicato, o governo intervém com organização e apoio a uma das chapas concorrentes. Em seguida, após mobilização realizada na SEED em defesa dos/as funcionários/as demitidos, o governo ataca frontalmente a Direção Estadual, intervindo no processo de livre organização dos trabalhadores ao afastar oito dirigentes. Na sequência instaurou processos administrativos contra vários dirigentes.

110

O governador esforçou-se em construir uma imagem de governo de centro-esquerda, adotou um programa nacionalista e comprou brigas com fortes grupos econômicos presentes no Estado, entre eles o Agronegócio, as concessionárias de pedágio, as montadoras e a mídia local, particularmente o grupo RPC. Requião passou também a criticar abertamente a política econômica do governo Lula, fazendo críticas diretas a Palocci.

111

Ao mesmo tempo em que construía uma imagem nacional de esquerda, reforçada com sua aproximação com o MST/Via Campesina – pouco compreendida por parcela dos movimentos sociais – e Chávez, Requião construiu uma maioria esmagadora na Assembléia Legislativa, em aliança com o PT amarrando forças conservadoras, incorporando no governo figuras como Stephanes, Greca, Paulo Pimentel e Hermas Brandão.

112

O movimento social reconheceu o conteúdo político do governo do estado. Porém, suas críticas mais contundentes ficaram por conta do estilo de governar: autoritário, de pouco diálogo e centralizador. Some-se a prática de nepotismo, da cooptação e as tentativas de desqualificação de quem questionava o governo. Essa fragilidade – autoritarismo – do governador do Estado foi uma das questões, somado ao nepotismo, mais explorada pela oposição.

113

Por outro lado, Osmar Dias passando uma imagem de pessoa serena, aberta ao diálogo e amiga dos agricultores, escondeu o quanto pôde sua visão de Estado que se aproxima do ideário neoliberal. Tam-

bém procurou esconder suas fortes relações com o latifúndio, o agronegócio e com figuras conservadoras do estado. Não há dúvidas que Osmar Dias foi o candidato do latifúndio, do agronegócio, das concessionárias de pedágio, da grande mídia e de parte majoritária do grande capital paranaense. Por isso é que se pode afirmar que no Paraná as eleições colocavam em disputa projetos distintos.

114

A vitória de Requião(PMDB) nas eleições 2006 para o segundo governo consecutivo não foi surpresa. Surpreendente foi a forma como venceu o Senador Osmar Dias (PDT), com uma diferença de pouco mais de 10 mil votos num colégio eleitoral de mais de 7 milhões de eleitores. Foi na história do Paraná a disputa mais acirrada que já ocorreu. O governador, embora reeleito, chegou a questionar o resultado apertado em sua primeira entrevista, insinuando manipulação nas urnas eletrônicas e acusando a grande mídia paranaense de desqualificar todo o seu governo.

115

Embora o eleitorado paranaense tenha se dividido no segundo turno das eleições dificilmente haverá maiores seqüelas. A história política em nosso Estado revela uma rápida reacomodação das forças políticas. Os interesses clientelistas e o pragmatismo superam o conteúdo ideológico. É conhecido o movimento de prefeitos que estiveram do “lado de lá”, e que logo mudaram de lado. Não existe capilaridade para se alimentar um confronto político de longa duração, tudo rapidamente se acomoda.

116

O segundo turno das eleições 2006 no Paraná colocou frente a frente dois projetos para o estado. A vitória ainda que apertada de Requião simbolizou o poder de união dos movimentos sociais contra o ideário neoliberal representado pela direita paranaense (latifundiários, a grande mídia e o poder do capital) que sustentava a candidatura Osmar Dias/ Geraldo Alckmin.

117

As últimas eleições também reafirmaram que a política paranaense continua girando em torno de caciques políticos. O chamado “requianismo”, “diísmo” (os irmãos Dias) e o “lernismo”. Há tempos a política

paranaense apresenta sinais de esgotamento do “caciquismo”. Porém, surpreende a longevidade com que as mesmas figuras políticas dominam o mundo da política estadual. Mas a cada eleição que passa, a imagem dos “caciques” fica mais arranhada. Lerner está enfraquecido embora atue forte nos bastidores. Álvaro Dias se reelegera Senador com enorme dificuldade enfrentando uma novata – Gleisi Hoffmann - como principal concorrente. Requião, embora reeleito, revela altos índices de rejeição, o mesmo valendo para Osmar Dias.

118

O resultado apertadíssimo de “empate técnico” nas últimas eleições pode ser entendido pelo desgaste das figuras políticas já citadas que não mais entusiasma o eleitorado. A política paranaense ainda se faz mais pela negação do que pela afirmação, mais em torno de nomes do que de idéias. As pessoas votam mais contra do que a favor.

119

Contudo, seria um equívoco interpretar as eleições apenas a partir do componente do personalismo. A disputa se deu para além do personalismo, do temperamento e das características comportamentais dos candidatos. Se, por um lado, para grande parte da população a opção foi feita em função da imagem do candidato, para outra parte considerável, pesou o conteúdo político.

120

Há que se difundir e aprofundar o projeto político da classe trabalhadora conquistando hegemonia em todos os espaços sociais para a superação das velhas formas políticas instauradas, apresentando uma plataforma da classe trabalhadora que seja a expressão dos anseios populares. Nosso compromisso com os valores socialistas nos remete á construção da democracia participativa e a uma gestão democrática da coisa pública, assim como nos coloca a necessidade de combate à corrupção que grassa na sociedade burguesa. Que, aliás, verdade seja dita, é estrutural e constitutiva do capitalismo.

# OS DESAFIOS PARA OS MOVIMENTOS SINDICAL E SOCIAL

121

O período que se apresenta continua como no último Congresso que realizamos em 2004, bastante desafiador. Os atuais governos Lula e Requião exigem a capacidade de interpretar e agir coerentemente. No período Lerner/FHC a estratégia de luta era explícita, combater e resistir ao neoliberalismo e suas políticas de destruição de direitos acumulando forças. Neste atual período para além da resistência, iniciamos um movimento de recuperação de direitos com perspectivas de avanços. O atual governo, mesmo reunindo características tão contraditórias e expressando uma cultura política autoritária e populista, conseguiu aglutinar em torno de si um conjunto de forças progressistas e populares. As ações políticas de contraponto ao neoliberalismo, e o esforço que vem sendo realizado na construção do Fórum Social do Mercosul visando reforçar a integração latinoamericana, contribuem com a perspectiva de construção de um outro mundo possível.

122

Há espaços específicos no governo estadual para se avançar numa interlocução programática, desde que se construa um programa mínimo e unidade interna. Nesta perspectiva, as lutas contra o agronegócio e os transgênicos em favor da agroecologia,; pela ampliação de políticas públicas, pela integração latino-americana, podem ser fortalecidas em nosso estado. Contudo é sabido que um amplo leque de setores burgueses/conservadores tem grande influência no governo do estado, e que o mesmo busca estabelecer uma relação utilitarista com os movimentos sociais. Entretanto, os movimentos social e sindical devem estar vigilantes para não perder sua autonomia.

123

Este cenário exige dos movimentos social-populares e sindical toda a capacidade de direção, organização e mobilização da classe trabalhadora. Não há transformação socialista de um país se as propostas da esquerda não conquistam hegemonia na

classe trabalhadora e na maioria da população. Essa conquista da hegemonia, ou seja, do apoio ativo da maioria na luta contra a exploração capitalista, não acontece espontaneamente, deve ser organizada. A formação de consciência de amplos setores deve ser objeto de disputa. Neste sentido o sindicato é uma das ferramentas essenciais para essa luta pela hegemonia.

124

A APP-Sindicato tem sido reconhecida nacionalmente pela sua capacidade dirigente, seja na mobilização constante em prol dos avanços necessários, seja na reflexão e produção de documentos com importantes indicativos no sentido de avançar a qualidade da Escola Pública. Foi decisiva na derrota do projeto neoliberal no governo Lerner. E no atual governo, com todos os avanços importantes, frutos do acúmulo das lutas, não abriu mão da necessária pressão frente aos entraves que o atual governo apresentou.

125

Acertadamente temos ampliado juntamente com a CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação o movimento de formação política ao mesmo tempo em que se ajustam as pressões para avançar o atendimento da pauta de reivindicações. O próximo período continuará a exigir de todos nós enormes esforços de organização, luta, persistência e resistência.

# CONJUNTURA E AÇÃO SINDICAL

126

O movimento sindical sofreu violentos ataques durante o período neoliberal, com freqüentes perseguições a seus dirigentes e à sua organização. Novas formas flexíveis de trabalho, qualidade total, trabalhadores multifuncionais, terceirização e demissões marcaram o mundo do trabalho. Os direitos trabalhistas foram frontalmente atingidos para ampliar a possibilidade de extração da mais-valia. Essa reestruturação mexeu com a materialidade e com a subjetividade do trabalhador, e seus efeitos foram devastadores para o movimento sindical.

127

Foi um período de lutas e resistência para manter os direitos dos trabalhadores. Essa conjuntura levou a maioria dos sindicatos a usar estratégias de enfrentamento mais pontuais, como marchas e paralisações. A realização de greves por tempo indeterminado e até mesmo a unificação das lutas passou por momentos de grandes dificuldades, devido ao cenário defensivo criado pelo quadro de transformação e precarização do mundo do trabalho.

128

O que unificou a luta foi a resistência pela manutenção de direitos e um forte enfrentamento social para derrotar o neoliberalismo. Tanto o movimento sindical quanto as lutas populares e o MST, muito contribuíram para o novo momento político.

129

Assim, é possível afirmar que a conjuntura que estamos vivendo é resultado de uma acumulação política do campo democrático e popular na qual a CUT tem um papel destacado. As vitórias eleitorais em 2002 e 2006 foram também nossas vitórias. Porém, foram vitórias incompletas, reflexo de um contexto em que ainda não havíamos recuperado níveis suficientes de mobilização social e de rearmamento programático das forças progressistas na sociedade, após o vendaval neoliberal dos anos 1990.

130

O primeiro mandato do governo Lula começou em 2003, sob o signo da reforma da previdência social, que implicou em perdas para diversos setores dos trabalhadores do serviço público. Foi um símbolo negativo na “inauguração” do relacionamento do Governo Lula com os trabalhadores. Esse é um tema de grande importância para qualquer balanço do período. Porém, quando se analisa o quadro geral, há diversos outros pontos que também merecem atenção:

- a) aumentos reais do salário mínimo;
- b) a maioria das negociações coletivas resultaram em aumentos reais de salários;
- c) instalação de mesas nacionais de negociação;
- d) políticas como o “Bolsa-Família”, ao se desenvolverem como políticas de Estado, estão ajudando a libertar o povo pobre dos esquemas coronelistas nos grotões das regiões Norte / Nordeste;
- e) impacto positivo sobre o nível de vida com a combinação de redução do preço da cesta básica, aumentos reais conquistados nas negociações coletivas, baixa inflação e acesso ao crédito. Esse impacto positivo foi sentido mais intensamente nos setores de baixos salários;
- f) redução do desemprego e um crescimento do emprego formal, mas, em geral, em ocupações com baixa remuneração. Por outro lado, enquanto em alguns setores / regiões, algumas categorias tiveram um aumento expressivo de contratações, em outros (sobretudo de setores exportadores) por conta do câmbio valorizado, sofreram demissões.

131

Para o movimento sindical o resultado mais frustrante do primeiro mandato do Governo Lula é não ter realizado nenhuma mudança na estrutura sindical no sentido de avançar na liberdade de organização sindical.

132

Os fatos evidenciam que o primeiro governo

Lula impulsionou importantes avanços com um caráter popular, mas também é evidente que não se conseguiu ir adiante em mudanças estruturais fundamentais. Para que tal expectativa se concretize é necessário que a CUT e os demais movimentos sociais se mobilizem e pressionem no sentido da superação plena do neoliberalismo.

133

No 9º Concut, aprovamos uma resolução, apoiada pela imensa maioria da delegação presente, que definiu uma plataforma democrática da classe trabalhadora. Essa plataforma é orientada pela rejeição ao retrocesso neoliberal, representada pela candidatura tucana, e pela busca do desenvolvimento democrático e popular, representada pela candidatura Lula. Essa plataforma precisa ser dimensionada pelo sentido estratégico definido pelo Concut. Para nós, é necessário transformá-la na Plataforma da Classe Trabalhadora para o Desenvolvimento - com distribuição de renda, geração de emprego, inclusão social e democracia.

134

Hoje, o Brasil faz parte de um contexto Latino Americano em ebulição política. Pelas suas dimensões territoriais e sua capacidade industrial e produtiva é peça chave para que toda a região possa avançar para além da dependência ao imperialismo e superar a fase neoliberal. Mas aqui também as classes dominantes são mais fortes e os interesses do grande capital internacional estão mais profundamente arraigados. Derrotá-las eleitoralmente em 2002 e novamente em 2006 foi muito importante. Porém, se esses resultados indicam potencialidades, não se traduzem de imediato em mudanças de projeto para a sociedade. O desfecho dessa disputa dependerá da luta de classes, o que para a classe trabalhadora organizada significa, em primeiro lugar, que dependerá de sua capacidade de se mobilizar e angariar aliados para suas reivindicações imediatas e seu projeto de país. O cenário nacional expressa fortemente essa disputa em várias dimensões estratégicas para a vida e luta dos trabalhadores.

135

O veto de Lula à Emenda 3, bloqueando uma medida que abriria as portas para a generalização da fraude trabalhista e a perda de direitos, foi de grande importância. Porém, boa parte da “base parlamentar

do governo” votou a favor da Emenda 3 e está disposta a derrubar o veto. Precisamos mobilizá-lo para mantê-lo.

136

Durante o 1º Governo Lula ocorreu uma reestruturação dos serviços públicos com: a) concurso público em diversas áreas; b) aprovação de planos de carreiras para os servidores federais. Porém, a negociação coletiva no serviço público que já deveria ter sido regulamentada tem se arrastado. O PLP 001 (do PAC) coloca um limitador no gasto público com pessoal, impossibilitando nomeações de servidores, para substituição por aposentadoria, bem como impede reajuste dos vencimentos para garantir o seu poder de compra. E a proposta da AGU para regulamentar o direito de greve dos servidores é, na verdade, uma regulamentação anti-greve, que busca proibir o direito constitucional.

137

Na campanha eleitoral passada e no início do segundo mandato, Lula e porta-vozes do governo negaram a necessidade de uma nova reforma da previdência. Entretanto, no Fórum instalado pelo Ministério da Previdência se faz sentir novamente pressões pró-reforma, visando retirar direitos. Neste sentido, apoiamos a deliberação da CUT Nacional na Campanha “Nenhum direito a menos”, contra a retirada de direitos.

138

O governo negociou com as Centrais Sindicais seu reconhecimento legal, superando uma herança de décadas de proibição e não reconhecimento. Mas as regras acordadas (de representatividade e financiamento via imposto sindical) favorecem a fragmentação e burocratização e se constituem em novos obstáculos para a conquista da plena autonomia e liberdade sindical.

139

Com o PAC -Plano de Aceleração do Crescimento - o Estado retoma seu papel indutor e organizador em setores chave da economia – superando o paradigma neoliberal de que “o mercado decide”. E tem crescido a participação no governo de setores que defendem políticas de desenvolvimento para o país. Porém, restam neoliberais em postos-chave no

governo que bloqueiam a implementação de outra política econômica.

140

Além disso, o PAC não incorpora a necessária dimensão social e ambiental que pode fazer com que o crescimento resulte em desenvolvimento integral, com diminuição das desigualdades sociais e preservação do meio ambiente.

141

O desenvolvimento de energias alternativas com inovações tecnológicas é importante para um desenvolvimento sustentável. Porém, devem ser respeitados o meio ambiente e as relações de trabalho. Isso só será possível com uma ativa participação do Estado, subordinado ao controle social, que impeça que a lógica mercantilista e de maximização do lucro do grande capital e das transnacionais se imponha contra os direitos da população.

142

A inclusão de setores marginalizados nos programas de complementação de renda e o acesso a crédito mais barato foram avanços concretos. Além disso, houve um aumento real do salário mínimo. Mas não existem políticas de transformações estruturais da sociedade brasileira visando à distribuição mais equitativa da renda e da riqueza do país.

143

O Ministério da Saúde quebrou a patente de um dos remédios contra AIDS e apoiou – contra a Igreja Católica e demais forças conservadoras – o debate na sociedade sobre a descriminalização do aborto. A integração das políticas assistenciais e outras medidas têm melhorado o atendimento à saúde. Porém, parte importante dos recursos previstos constitucionalmente para a saúde tem outros destinos. E a precarização das relações de trabalho no âmbito do SUS é elevada e crescente, inexistindo planos de carreira do SUS.

144

O governo tem apoiado sistematicamente a agricultura familiar (ex. créditos de 12 bilhões de reais). Mas continua paralisada – por pressões das entidades de defesa do latifúndio – a decisão em matéria de atualização do índice de produtividade das terras para

efeitos de desapropriação e reforma agrária.

145

Nas comunicações, após quatro anos, o governo parece avançar no desenvolvimento de uma estratégia de comunicação de massas com a criação de uma TV pública de alcance nacional. Porém, continua crítica a situação de muitas rádios comunitárias perseguidas pela Polícia Federal.

146

A lista de avanços, contradições, e recuos poderia ser ampliada em todas as áreas, porém o mais importante é definir uma estratégia para a atuação do sindicalismo cutista. Nesse sentido, deve ficar claro que a CUT não aceitará ações que confrontem os interesses dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que trabalha rumo a uma agenda de ampliação de direitos para a classe trabalhadora.

## CLASSE TRABALHADORA, MOVIMENTO SINDICAL E A ESTRATÉGIA

147

Há uma crise do sindicalismo que não é de hoje nem do período recente. Tem raízes mais profundas na própria desestruturação da classe trabalhadora sob o impacto das políticas neoliberais dos anos 90 e na crise política e ideológica da esquerda de pelo menos quinze anos atrás. A questão é: como responder a essa crise estrutural nesta conjuntura.

148

A correlação de forças atual no movimento sindical repõe e potencializa velhos problemas. As campanhas salariais foram marcadas, por um lado, por ganhos históricos da maioria dos ramos (reposição da inflação e aumento real) e, por outro, pelo tensionamento vindo do sectarismo esquerdista e da falta de habilidade dos comandos das campanhas em negociar, em alguns casos.

149

Setores do movimento sindical não con-

seguiram se colocar como alternativa de organização e direção da classe trabalhadora e tem aprofundado sua vocação divisionista. Primeiro, ocorreu a criação da Conlutas, pelo PSTU. Em seguida, os setores ligados ao PSOL não conseguiram superar a cláusula de barreira do 9º Concut e formaram outra organização sindical, chamada de Intersindical, marcada por profundas dúvidas sobre o seu papel. O resultado das eleições presidenciais deste ano também impactaram estes setores com recentes rupturas internas, que denunciam o autoritarismo e a insuficiência destes projetos.

150

A direita partidária sofreu duro revés com o resultado das eleições. Sua agenda política tende a ser a sua recomposição. Não está claro se, para isso, utilizarão recursos ofensivos para defender seu programa, como a defesa de uma reforma trabalhista e a criminalização de movimentos sociais a partir de governos estaduais. Sua relativa fragilização tende a ser um fator positivo para o movimento sindical, mas não podemos interpretar que esteja passiva na conjuntura.

151

As dificuldades encontradas na atual legislatura para conquistar avanços para os trabalhadores e para o povo brasileiro tendem a se aprofundar. Houve uma ampliação considerável na composição da base de apoio ao Governo Lula, o que poderá trazer como consequência a acomodação destes “aliados” em espaços importantes para as pautas sindicais, seguindo o modelo da governabilidade conservadora.

152

Por causa disso, as forças conservadoras são capazes de se rearticular e retomar a ofensiva a partir dos meios de comunicação de massa, da maioria conservadora no Congresso Nacional, do Judiciário e até mesmo dentro do Governo

153

Para continuar avançando na conjuntura é fundamental bloquear as iniciativas conservadoras com a mobilização de massas e o embate político na opinião pública. É fundamental destacar as medidas do governo federal que apontam para a superação da dependência e do neoliberalismo. É necessário desde

os movimentos sociais organizados, avançar na discussão programática de superação do neoliberalismo, de mudanças estruturais, com uma perspectiva socialista.

154

Neste sentido, é importante resgatar o significado do trabalho na sociedade capitalista para não perdermos a centralidade de nossa luta, que reside na contradição fundamental que é o fenômeno da produção coletiva pelo trabalho e a apropriação privada dos seus resultados, em outras palavras, o caráter social do trabalho e o caráter privado da apropriação. Por mais que mudem as formas de gerenciamento do trabalho, este caráter contraditório permanecerá, enquanto não for superado o modo de produção capitalista.

155

Para tanto, é necessário que o movimento sindical consolide alianças com outros setores e organizações sociais com os quais têm identidade de classe. Essas organizações são as que fazem parte atualmente da CMS – Coordenação de Movimentos Sociais.

156

É possível também discutir com outros setores – para além da CMS – acordos de mobilização pontuais, baseados em pautas específicas e concretas. Porém, não devemos desconhecer as dificuldades dessa atuação unitária com setores cuja prioridade tem sido a deslegitimação e o combate à CUT.

157

Contudo, as mobilizações recentes demonstraram o protagonismo de nossa Central como construção do pólo social por mudanças estruturais e em defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo, apresentando suas reivindicações de melhores condições de vida e trabalho, mobilizando e pressionando o poder público e as organizações patronais, tendo como perspectiva a superação do modo de produção capitalista. É fundamental a unificação das campanhas salariais em torno às bandeiras do aumento real dos salários e pela redução da jornada de trabalho. Devemos pressionar para que a lógica da economia seja da distribuição da renda e que seja esse o pilar da retomada sustentável do crescimento econômico.

158

Articulada com as reivindicações trabalhistas, é fundamental buscar o fortalecimento das organizações sindicais. Para tanto devemos denunciar que um dos enormes déficits que a democracia sofre no Brasil é no mundo do trabalho, dentro das empresas, e nas relações capital/trabalho. A reivindicação do direito de organização da classe trabalhadora, deve ser tratada, para além de um problema sindical, como uma dimensão fundamental da luta política democrática nacional.

159

A organização no local de trabalho é basilar na mudança da estrutura sindical brasileira, assim, a luta pela ampliação dos direitos à organização sindical é dimensão fundamental da disputa de rumos que se desenvolve hoje no país.

160

Defendemos ainda um conjunto de propostas que apontam para a constituição de sindicatos por ramo de atividade, para estender o direito à organização a setores hoje carentes de verdadeiros sindicatos, para a unificação dos trabalhadores nos processos de negociação salarial, implementando o contrato coletivo de trabalho, para conquistar efetivamente o direito à negociação coletiva para os servidores públicos, e fortalecer o papel dos sindicatos na representação legal dos trabalhadores da base, garantindo a autonomia dos sindicatos frente ao Estado, entre outros objetivos.

161

Em decorrência às drásticas transformações ocorridas no mundo do trabalho na década de 90, o desemprego em massa e a precarização do trabalho passaram a fazer parte da paisagem social brasileira. Enormes contingentes foram expulsos do mercado de trabalho assalariado e da vida sindical. A estratégia sindical deve responder a essa situação reforçando duas linhas de atuação:

a) fortalecer os vínculos com outros movimentos sociais que organizam, em função de agendas não sindicais, segmentos importantes de trabalhadores/as que hoje se encontram fora dos sindicatos. Essa é a tarefa principal que temos na Coordenação dos Movimentos Sociais;

b) apoiar e organizar alternativas econômicas

autogestionárias de trabalhadores, pressionando para que o poder público apóie essas experiências, sua implementação e disseminação.

## ATUALIZAR A PROPOSTA:

162

Colocados os desafios diante da nova conjuntura, reafirma-se uma enorme responsabilidade para os Trabalhadores/as. Está em jogo a chance da classe trabalhadora brasileira alcançar conquistas que alterem a estrutura da exploração do trabalho e da opressão sobre as maiorias populares. Ao possuir um papel central na intensificação da luta de classes no país, o movimento sindical precisa se colocar à altura dos desafios, redimensionando as ações desenvolvidas.

163

O eixo pelo qual o movimento sindical deve se orientar é o da busca da mais legítima representatividade da classe trabalhadora. Em outras palavras, necessitamos construir uma ofensiva para aprofundar e consolidar a representatividade junto às massas de trabalhadores e trabalhadoras. Para tanto, algumas apostas fundamentais devem ser atualizadas.

164

Sobre o aspecto da formação política devemos orientar o perfil das políticas construídas com o objetivo de responder à necessidade do fortalecimento da concepção e prática sindical cutistas. Para defender e colocar em prática o projeto e os princípios cutistas não existe outra maneira senão a formação de militantes sindicais com este propósito, formados ideologicamente para a luta de classe, fornecendo os subsídios necessários para organizar a classe trabalhadora de forma unitária, democrática e combativa.

165

Para garantir-se enquanto o principal símbolo das lutas pela emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras, precisamos ser ofensivos na visibilidade das nossas conquistas, da nossa história e na demonstração da nossa capacidade de convocação. A sociedade brasileira e a classe trabalhadora em particular precisam reconhecer o vínculo de seus interesses imediatos e históricos. A comunicação sindical tem potencial para exercer essa tarefa, dando maior visi-

bilidade às nossas ações e bandeiras de luta. É estratégico redimensionar a comunicação no movimento sindical se quisermos disputar a hegemonia na sociedade. Isto quer dizer criar ferramentas concretas de contra-hegemonia à grande mídia.

166

A inovação nas formas de organizar a classe trabalhadora está na gênese do projeto de emancipação. Essa capacidade de reinventar os espaços de representação urge ser recuperada neste momento. Isto significa dar respostas às massas de trabalhadores desempregados e aos reféns da informalidade, que estão excluídos de direitos. As concepções tradicionais não são capazes de responder a esta demanda. São necessárias tanto a organização popular quanto do movimento com a responsabilidade histórica de representar estes segmentos, organizando-os em sua luta rumo à inclusão social.

167

Finalmente, uma mudança de postura é requerida também na relação com os demais movimentos populares do nosso país. Temos a responsabilidade pela reorganização do campo democrático e popular, sua convocação e sua presença no cenário político nacional. Para tomar corpo e enraizamento social, as agendas construídas a partir da CMS devem contar com a combatividade militante dos sindicalistas cutistas. Em outro aspecto, ao percebermos que houve a construção de laços entre a candidatura Lula e uma ampla camada do povo pobre trabalhador, devemos instigar a discussão sobre a reorganização das próprias organizações populares com vistas a garantir o redimensionamento destes laços, hoje estritamente eleitorais, para um projeto de sociedade.

## AÇÕES PARA ESTA CONJUNTURA:

168

Influenciar o sentido da agenda do desenvolvimento ora em pauta para o segundo mandato do Governo Lula, propomos que sejam definidas bandeiras estratégicas, que organizem mobilizações que podem pressionar por mudanças. Trata-se de bandeiras a serem priorizadas pela CUT e todo o movimento sindical no próximo período, já iniciado:

a) a aprovação de uma política nacional de val-

orização do salário mínimo;

b) a redução da jornada de trabalho sem redução de salários (para 40 horas semanais e com regulamentação das horas extras);

c) a formalização do trabalho - retirar milhões de trabalhadores da informalidade, sem alterar o padrão de direitos já conquistados;

d) alterações constitucionais para garantir a liberdade de organização sindical;

e) instituição de mecanismos de Democracia Participativa;

f) saúde do Trabalhador;

g) democratização dos meios de comunicação;

h) uma nova relação dos governos com os servidores públicos.

## NO PARANÁ:

169

Como se sabe, o Governo Lerner caracterizou-se pela implementação de políticas neoliberais, que acompanhavam toda a política nacional voltadas, de modo geral, para o desmantelamento do Estado, a terceirização e privatização dos serviços públicos, a supressão de direitos historicamente conquistados e a flexibilização das relações de trabalho dos servidores. No balanço político as ações estão detalhadas.

# CONJUNTURA EDUCACIONAL NACIONAL

170

O primeiro mandato do governo Lula, apesar de não ter resultado em políticas efetivas para a Educação brasileira, abriu espaço para diversos debates, produto da luta e das reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras em Educação. Passados oito anos sem qualquer oportunidade de diálogo, durante a gestão FHC, com os movimentos sindicais e acadêmicos, o governo reabre o debate e inicia a construção de espaços institucionais consultivos com as representações sindicais.

171

Apesar dos avanços, as políticas educacionais do governo Lula mantêm travadas políticas do governo anterior, como a permanência do veto ao Plano Nacional de Educação (PNE; 10/01/01), que previa a aplicação de 7% do PIB em Educação (em contraposição aos atuais 4,3%).

172

Outra característica que se mantém é a dos mecanismos de avaliação (Prova e Provinha Brasil, SAEB, ENEM, ENADE etc.). Estas avaliações tornam-se improdutivas não só por aferir o óbvio, mas por não servirem para a tomada de medidas sistêmicas que contribuam para a melhor formação/valorização/qualificação dos/as educadores/as, além das condições físicas de trabalho.

173

Os resultados da Prova Brasil ou SAEB somados aos dados do Censo Escolar, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O IDEB, segundo o ministro Fernando Haddad (site do MEC), "vai mostrar as condições de ensino do Brasil". O primeiro índice, divulgado dia 26 de abril do corrente, aponta a nota média de 3,8 nos anos iniciais do ensino fundamental; 3,5 nos anos finais; e 3,4 no ensino médio. O Paraná apresentou média de 5,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 3,3 nos anos finais; e 3,3 no ensino médio.

174

O IDEB demonstra ser uma avaliação de massa e de produto. É preciso considerar outros elementos participantes da qualidade do ensino (infra-estrutura do ambiente, formação inicial e permanente, salários, gestão democrática). É preciso superar o fundamento meritocrático e de ranking das avaliações.

175

Não desmerecemos a importância de conhecer o rendimento dos/as alunos/as bem como a taxa de repetência e evasão. Nossa preocupação aponta para as formas de garantia da qualidade do ensino a partir deste índice. A alternativa apresentada pelo governo vincula-se ao projeto "Todos pela Educação". Lançado pelo Decreto nº. 6094 de 24/04/07, o "Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação" diz no primeiro artigo que o Plano "é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica."

176

Serão "contemplados" com recursos extras, os municípios que aderirem ao termo de compromisso Todos pela Educação que obriga a realização da Prova Brasil e o envio da frequência escolar dos alunos beneficiários do Bolsa Família, além de apoio técnico e pedagógico do MEC para superação das dificuldades com a instituição de um Projeto Pedagógico na Escola.

177

Entendemos que a política educacional setorializada do primeiro governo Lula, abre novas perspectivas, neste segundo mandato, com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado dia 24 de abril de 2007. Como pontos positivos do PDE, podemos indicar a inserção do debate da Educação na agenda social e política do país, produto das lutas históricas da organização dos/as trabalhadores/as em Educa-

ção. Vemos ainda positividade na ênfase para com a Educação Básica, na adesão local e regional das metas, na extinção do analfabetismo, entre outros.

178

O Programa Brasil Alfabetizado, agora incorporado ao PDE, prioriza a alfabetização através das instituições e dos/as educadores/as públicos/as, o que também representa maior garantia de continuidade dos estudos pelos/as alfabetizados/as. Sabemos que um governo não pode ser considerado democrático se não prioriza o acesso básico ao conhecimento, que só pode realizar-se a partir da alfabetização, para todos e todas, particularmente àqueles/àquelas que tiveram esse direito negado em idade apropriada.

179

Contudo, há que se considerar o caráter fragmentário do Plano - por não tratar de questões estruturais, mas de ações conjunturais, focalizadas e meritocráticas. Dentre os 40 subprogramas do PDE, que engloba desde o FUNDEB até a Provinha Brasil, não há nenhum que priorize a gestão democrática da Escola pública, um princípio assegurado pela Constituição e pela LDB.

180

A gestão democrática, associada a um projeto de escola que radicalize a democracia, com participação de alunos/as, professores/as, funcionários/as, pais e mães e toda a comunidade escolar é premissa para a Educação Pública universal, a partir do controle público da administração da escola. E mais, não pode estar dissociada da gestão democrática a eleição direta para dirigentes escolares, algo que ainda não ocorre em todos os estados da federação.

181

O PDE foi apresentado sem a participação das Entidades representativas dos/as trabalhadores/as em Educação. O ponto alto será o debate das políticas educacionais na I Conferência Nacional da Educação Básica, a realizar-se em abril de 2008.

182

O PDE também corrobora a já existente estrutura descentralizada e autônoma dos sistemas de ensino que comportam, atualmente, 26 sistemas estaduais, um do DF e 5.561 municipais. Há necessidade

de formação do Sistema Nacional de Educação com implantação de regime de colaboração efetivo entre os sistemas de ensino estaduais e municipais, tendo como um dos instrumentos o financiamento da Educação. Este é o tema central da Conferência de Educação.

183

Para a regulamentação do regime de colaboração entre União, Estados e Municípios, destacamos o estabelecimento de mecanismos de fiscalização e controle que assegurem o cumprimento da aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino; e de instrumentos que promovam a transparência na utilização dos recursos públicos pelos sistemas de ensino e pelas escolas, para toda a comunidade local e escolar.

184

Neste sentido, a sanção do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) em 20/06/07, vem ao encontro de algumas das principais reivindicações da nossa categoria, ao assegurar o financiamento não só do ensino fundamental e da educação especial, que já havia, mas agora também da educação infantil, do ensino médio e da educação de jovens e adultos; ou seja, de toda a Educação Básica.

185

Apesar de não atender a toda expectativa dos trabalhadores da Educação, o novo fundo é um avanço em relação ao antigo Fundef, que criava uma discriminação entre os níveis de ensino e, conseqüentemente, entre os/as educadores/as e educandos/as.

186

Os aspectos positivos do Fundeb se pautam no aumento de 15% para 20% na alíquota dos impostos que compõem este Fundo, além de acrescentar novas fontes vindas de outros impostos. É obrigatória ainda a aplicação de pelo menos 25% do montante geral de impostos seja dos Municípios, dos Estados ou da União. Torna-se agora necessária a nossa pressão, como sociedade civil organizada, para que se garanta a fiscalização pública da aplicação destes recursos.

187

Entendemos que o Fundeb por si só, não é suficiente para garantir a universalização da oferta de vagas, nem a permanência do/a aluno/a na escola com a conseqüente conclusão dos estudos. Além disso, se o Fundo sozinho não garante uma Educação Básica de qualidade, pode ser um dos caminhos que, aprimorado, pode, no mínimo, assegurar mais recursos para a manutenção da estrutura educacional e a remuneração dos/as trabalhadores/as em Educação. Para isso, é fundamental que todos/as se envolvam e se comprometam com a construção de uma Educação e de uma escola melhor, para um mundo melhor. Assim, nos tornamos sujeitos e não “sujeitados/as” nesse processo.

188

Há vazios, reivindicações que não foram contempladas e que continuam sendo objeto de luta. A valorização dos/as profissionais da Educação, por exemplo, com 60% dos recursos do Fundeb destinados à remuneração só será real quando for aprovado o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN).

189

O Projeto de Lei Nº. 619/2007 do PSPN tramita na Câmara dos Deputados desde o dia 2 de abril deste ano. Histórica luta das Entidades de representação dos/as Profissionais da Educação, a iniciativa deste projeto é mais um fruto das lutas protagonizadas pela sociedade civil organizada, representada pela CNTE. O Projeto enviado pelo governo estabelece o piso salarial de R\$850,00 para 40 horas de jornada de trabalho aos/às profissionais do magistério público.

190

Ainda que o PL Nº. 619/2007 se configure como uma importante conquista, ressaltamos que sua cobertura é insuficiente, pois essa seria a oportunidade para a criação de um piso salarial nacional para todos/as os/as profissionais da educação básica. Reconhecemos que a ação pedagógica é e deve ser desempenhada por todo o conjunto dos/as trabalhadores/as presentes nas Escolas e não apenas por professores/as. Ou seja, o piso deverá ser extensivo a todos/as os/as funcionários/as da escola.

191

A proposta da CNTE contempla todos/as os/as

trabalhadores/as em Educação. O piso proposto é de R\$1.050,00 para o nível médio e R\$1.575,00 para o nível superior, para 30 horas/semanais e 30% de hora-atividade.

192

O primeiro substitutivo do Deputado Federal Severiano Alves (PDT-BA), de julho de 2007, apresentava R\$900,00 para o nível médio e R\$1.100,00 para o nível superior, para 25 horas/semanais e 30% de hora-atividade.

193

No final de agosto, o deputado relator da matéria na Câmara dos Deputados, Severiano Alves, leu o novo relatório aos integrantes da Comissão de Educação e Cultura da Câmara com várias mudanças em relação ao substitutivo anterior. Neste substitutivo o piso passou para R\$ 950,00 para o nível médio e retirou o piso para o nível superior. Além disso, criou uma regra de transição. Em 2008 e 2009 seriam incorporadas gratificações e vantagens ao salário com jornada de trabalho de 40 horas. Somente em 2010 essas gratificações incorporadas seriam consideradas vencimento inicial e a jornada de trabalho reduzida para 30 horas.

194

Para nós as mudanças não só preocupam como provocam certa confusão porque criam duas jornadas de trabalho. A CNTE mantém a proposta aprovada por suas instâncias deliberativas para criação de pisos diferenciados aos/às Profissionais de Educação em geral, com jornada de 30 horas semanais, sendo R\$ 1.050,00 para os/as profissionais com nível médio e R\$ 1.575,00 para os/as que têm curso superior. Mesmo assim, a Confederação vai trabalhar na construção de um entendimento para que a votação seja favorável aos interesses dos/as trabalhadores/as em Educação. A CNTE e a APP-Sindicato acompanharão atentamente este processo e se pronunciarão propondo emendas ao projeto, a fim de resgatar a proposta construída pela categoria. A Educação de qualidade passa necessariamente pela remuneração condigna dos/as Profissionais da Educação. Uma lei de piso salarial profissional nacional é um passo fundamental para a imprescindível melhoria da Educação Pública no Brasil.

195

Outro Projeto de extrema importância para os avanços educacionais é o Projeto de Lei N° 6206/05 que torna todos/as os/as Educadores/as em Profissionais da Educação. O Projeto tramita na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados. Precisa de aprovação unânime, sem destaques, pois caso contrário terá de submeter-se a outra votação em plenário. O relator do projeto, deputado Carlos Abicalil (PT-MS), emitiu parecer favorável à matéria e conta com a sua aprovação. O projeto de autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO) foi aprovado por unanimidade no Senado e agora poderá ser concluído em uma única votação na Comissão de Educação da Câmara.

196

Também tramita no Congresso Nacional o projeto de Lei N° 1592/03 que institui Diretrizes de Carreira para todos os Profissionais da Educação Básica nas redes de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os planos de carreira especificarão em capítulo próprio as funções de magistério, os direitos previdenciários e as regras de aposentadoria e de pensões, incluindo os deveres do Poder Público, os descontos remuneratórios e os benefícios dos segurados, ficando vedado o uso dos recursos de impostos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino para pagamento de proventos dos aposentados e pensionistas oriundos da carreira de educação. O pagamento de proventos dos/as aposentados/as são oriundos dos fundos de Previdência e o Tesouro dos Estados e Municípios, mantendo-se a paridade dos salários.

197

O Governo Federal vem realizando um trabalho de valorização dos Funcionários de Escolas. O MEC, através do CNE – Conselho Nacional de Educação criou a 21ª Área Profissional que compreende, dentre os/as Trabalhadores/as em Educação, os/as funcionários/as de escola. Na seqüência o MEC implementou o Curso Profissional Técnico em Educação – Profuncionário.

198

O programa Profuncionário consiste em capacitar os/as educadores/as que exercem funções administrativas nas escolas das redes públicas estaduais e municipais de Educação Básica. O Paraná foi um dos

primeiros estados a aderir ao programa. Atualmente 43 turmas do Profuncionário estão em andamento no Paraná. O programa oferece habilitação, para os/as funcionários/as que já concluíram o Ensino Médio, em quatro áreas: Alimentação Escolar, Gestão Escolar, Meio-Ambiente e Infra-estrutura Escolar e Multimeios Didáticos. Os/as 1200 alunos/as já concluíram o Bloco Pedagógico e partem agora para a Formação Específica. No total, o curso tem 1.260 horas/aula, distribuídas da seguinte maneira: 360 horas de formação pedagógica; 600 horas de formação específica; 300 horas de prática supervisionada.

199

Para a APP-Sindicato, o impacto do programa na atuação dos funcionários das escolas é enorme. Além de formar novas lideranças na área da educação, que estarão atuando de forma profissional no interior das escolas, estes cursos ajudarão que estes/as trabalhadores/as também participem da discussão do projeto político-pedagógico, na gestão democrática das escolas, tendo em vista que as unidades passarão a contar com novos/as profissionais.

200

Neste sentido, é forçoso que seja assegurada a participação de todos os segmentos da Educação na I Conferência Nacional da Educação Básica, que acontecerá de 15 a 18 de abril de 2008. O documento de referência da I Conferência aponta para avanços na construção da Educação pública que desejamos: construção do sistema nacional de ensino, garantia da democratização da gestão e da qualidade social da Educação básica, assim como as condições adequadas e necessárias para o trabalho dos/as docentes e funcionários/as; o debate do tema da diversidade, o financiamento da educação, entre outros.

201

Quanto à participação dos diversos segmentos da Educação, repudiamos a distribuição não-paritária dos/as delegados/as que participarão da Conferência. Para os/as trabalhadores/as da Educação Básica Pública o percentual de participação é de 17%. Porém, os/as gestores/as estaduais e municipais públicos perfazem, juntos, um total de 30% de participação. Nos preocupa um possível caráter de interesses que não correspondem à luta e às reivindicações históricas da nossa categoria.

202

É importante ressaltar mais uma vitória da organização dos/as trabalhadores/as em Educação: o ensino fundamental de nove anos. Acreditamos que é um movimento positivo em busca da qualidade na Educação que almejamos. Ainda que não haja garantia de vaga em creches e escolas de educação infantil para todas as crianças, esperamos que os recursos do Fundeb sirvam à gradativa ampliação das vagas escolares para as crianças pequenas, nos três próximos anos de implantação. É luta e objeto de discussão da APP-Sindicato a reformulação curricular e a discussão com os órgãos que criam e implementam as diretrizes curriculares para a educação infantil e para o ensino fundamental, ao considerarmos que as políticas públicas brasileiras para a Educação, desde a década de 90, têm sido direcionadas aos resultados da aprendizagem a fim de privilegiar a demanda do mercado capitalista e não a formação intelectual dos cidadãos/as brasileiros/as.

203

Acreditando que a organização curricular e pedagógica da escola deva estar centrada no processo de ensino e de aprendizagem, a implantação do ensino fundamental de nove anos leva-nos a repensá-lo em seu conjunto – saberes, tempos, métodos, sujeitos; ou seja, currículo como forma de encaminhamento e organização escolar, e não somente como listagem dos conteúdos disciplinares. Para receber essas crianças, a escola precisa reorganizar sua estrutura, seus conteúdos, suas formas de avaliação, suas práticas pedagógicas, aprofundar a formação dos Profissionais. Enfim, a organização, como um todo, do trabalho pedagógico.

204

É importante lembrar que o conteúdo do 1º ano do ensino fundamental de nove anos não deve ser o conteúdo trabalhado no 1º ano/1ª série do Ensino Fundamental de oito anos, pois não se trata de realizar uma adequação dos conteúdos da 1ª série do Ensino Fundamental de oito anos. Faz-se necessário elaborar uma nova proposta curricular coerente com as especificidades não só da criança de 6 anos, mas também das demais crianças de 7, 8, 9 e 10 anos, que constituem os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental. Essa nova proposta curricular deve, também, estender-se aos anos finais dessa etapa de ensino.

205

No propósito de avançar neste debate para a continuidade do ensino fundamental, do 2º ao 9º ano, precisamos aproveitar o momento para apresentar propostas às Secretarias de Educação do estado e dos municípios, sobre a forma e o conteúdo desta implementação, para que se garanta a participação ativa dos trabalhadores e trabalhadoras em educação, como intelectuais formadores e não somente tarefeiros – utilizando a expressão de Arroyo. Prática esta que reduz a Educação ao ensino, onde o professor passa a ser um mero transmissor de conteúdos e o burocrata dos livros de chamada.

206

Na primeira gestão do governo Lula houve uma preocupação em diminuir e/ou eliminar as desigualdades raciais, étnicas, religiosas, de gênero e outras. Por esse motivo a política foi voltada para ações afirmativas que são medidas especiais e temporárias tomadas pelo Estado, como a aprovação da Lei Nº 10.639/03 que inclui o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica em todas as escolas e redes.

207

Vários Programas foram instituídos; entre eles o PROUNI- Programa Universidade para Todos, o PEC-G Programa Estudante convênio de Graduação, o Programa de consolidação das licenciaturas, Programa de modernização e qualificação do ensino superior, Programa de recuperação e ampliação dos meios físicos das instituições de ensino superior, além de projetos e políticas em diversas áreas são lançados.

208

Dessas ações com maior repercussão destaca-se o PROUNI, que tem por finalidade regulamentar através de critérios transparentes de renda e rendimento escolar a concessão de bolsa de estudos integrais ou parciais a estudantes de baixa renda em cursos de graduação, a seqüência de formação específica em instituições privadas de educação superior, oferecendo em contrapartida a isenção de tributos àquelas que aderem ao programa.

209

O PROUNI também prevê a criação de novos campi e Universidades Federais, ampliando o número

de vagas na educação superior, interiorização da educação pública gratuita e combate às desigualdades. Prevê o aumento até 2010 de pelo menos 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos na educação superior, que hoje está restrita a 12%. Outro destaque é o sistema de cotas, onde estabelece-se cotas para estudantes de escolas públicas, negros, indígenas e outros.

210

Tanto o PROUNI como o sistema de cotas geram bastante polêmica e debate. No PROUNI questiona-se o investimento na iniciativa privada, alegando que o dinheiro que o governo deixa de arrecadar daria para investir na construção de mais universidades,

mas isso se daria a longo prazo e a política pretende obter resultados mais rápidos. Questiona-se também a qualidade dos cursos ofertados pelas IES privadas, que podem aligeirar e/ou baratear a formação.

211

Em relação às cotas enquanto ações afirmativas, não devem ser ações pontuais nem transversais de governo, mas integrantes de um projeto político complexo que partindo de projetos de reparações, assuma o combate político às desigualdades, produzidas por quatro séculos de escravidão. No entanto, sabemos que não bastam medidas de caráter provisório.

## CONJUNTURA EDUCACIONAL ESTADUAL

*Não estamos alegres,  
é certo,  
mas também por que razão  
haveríamos de ficar tristes?  
O mar da história  
é agitado.  
As ameaças  
e as guerras  
havemos de atravessá-las,  
rompê-las ao meio,  
cortando-as  
como uma quilha corta  
as ondas.  
Maiakovski*

212

Passados quase sete anos do Governo Requião, muitas coisas mudaram, mas outras tantas ainda estão pendentes. A herança da velha política não foi totalmente superada e são muitos os desafios do momento atual.

213

A escola é um espaço da construção de sujeitos de direitos, espaço da contradição e do conflito,

espaço da multiplicidade e da diversidade, espaço da rebeldia e da experimentação, contrário, portanto, ao universo cujo objetivo é formar sujeitos para a hierarquia e manutenção da ordem.

214

A nosso ver o Estado não constituiu um Projeto Educacional estratégico com metodologia e concepção definidas. As propostas são organizadas a partir de vários programas, a maioria deles ainda descon-

exos e distanciados do envolvimento dos Educadores e do chão da escola. As políticas educacionais devem avançar no sentido da construção de uma Educação classista, pública, inclusiva, democrática, de qualidade social.

215

A construção de um novo modelo de desenvolvimento para nossa sociedade passa pela concepção de Educação e pelo projeto educacional que se quer implementar. O enfrentamento conseqüente dos problemas educacionais deve criar as condições necessárias para as transformações que resultem em novas políticas e na materialização das medidas fundamentais para a superação da herança herdada ao longo dos últimos anos. Devem ter como eixo central o atendimento aos direitos sociais – universalizar a Educação em todos os níveis e modalidades. Esse desafio requer a priorização da Educação nos planos de governo e o aumento das verbas para a Educação.

216

Defendemos uma escola de Educação integral, que garanta o caráter unitário do conhecimento – articulando os saberes científicos, tecnológicos e sócio-históricos, tendo como pressuposto fundamental a construção de um referencial que reflita as necessidades do mundo do trabalho em contraposição ao mercado de trabalho. Uma escola contrária ao individualismo, envolvida na busca do desenvolvimento humano e na perspectiva do engajamento social e político. Tal escola se opõe àquela que vincula a Educação às prerrogativas mercadológicas globalizantes - com o intuito de formar indivíduos pretensamente consumidores e competitivos.

217

Nessa dimensão, a escola se redefine como espaço democrático de elaboração de valores, de tolerância e respeito às diferenças, de produção e disseminação de conhecimento e de convivência humana, social, cultural e política. Levando sempre em consideração a realidade das relações sociais e de trabalho. Portanto, essa visão concebe os sujeitos como portadores de direitos sociais, cuja formação tem por objetivo proporcionar graus sempre crescentes de cidadania e humanização.

218

Devemos considerar que nossa sociedade não tem sido solidária à infância e à juventude, sobretudo das camadas mais pobres da população. Isto se dá também porque ainda que todos os dados estatísticos apontem o/a jovem como vítima da violência, ele/a é sistematicamente tratado como réu, como o causador da violência.

219

Além do mais, nós, Educadores ainda não nos apropriamos devidamente do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma lei que é referência internacional na proteção à criança e à juventude. Uma lei que é conquista da sociedade brasileira é tratada pela política educacional com indiferença. Além do aumento exponencial do encarceramento de jovens, as estatísticas demonstram também um aumento alarmante de 88,6% no número de vítimas jovens dos crimes de homicídio.

220

Nossas principais preocupações se dividem em quatro eixos: Organização do Sistema, Currículo, Gestão Democrática e Valorização Profissional – formação e carreira.

## ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA

221

A ausência de um efetivo Sistema Estadual de Educação configura a forma fragmentada e desarticulada do projeto educacional vigente. Um sistema nacional deverá articular os graus, níveis, séries, modalidades de ensino e mecanismos democráticos de passagem de uns a outros, em regime de co-responsabilidade entre as instâncias gestonárias e as esferas de poder. Um sistema pautado nos seguintes princípios básicos: a Educação como um direito de todo cidadão, visando sua formação integral; o dever do estado na garantia da escola pública, gratuita, laica, unitária e de qualidade social; a igualdade de condições para o acesso e permanência.

222

Nesse sentido, entendemos que concluir e implantar o Plano Estadual de Educação (PEE) é uma necessidade e uma oportunidade política ímpar na

definição da Política Pública de Educação. Como o nome diz, trata-se de um plano, um projeto com intencionalidades. A APP-Sindicato, junto com o Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública investiu na construção do Plano Estadual de Educação. Construímos uma proposta completa para a Educação paranaense e entregamos ao Governo Requião. Na seqüência, participamos da construção do PEE do Estado. Por tratar-se de uma oportunidade para avançarmos na definição legal de um projeto de Educação para o Estado que garanta princípios, diretrizes e metas, pautadas na democracia da Educação para a promoção da igualdade social, entendemos que muitos são os desafios para que o PEE não se torne mais um documento burocrático e/ou promessas de campanha. Por isso temos discutido a efetivação do Plano Estadual de Educação que queremos.

223

A APP e o Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública criticaram o método fragmentado e desconexo no qual o PEE foi se constituindo. É urgente que o debate chegue no interior de todas as escolas e que seja realizado por completo, pois construir um Projeto de Educação é para além de um Governo, é um Projeto para toda a sociedade.

224

Este ano não houve nenhuma manifestação da SEED sobre a continuidade dos debates. Falta também a elaboração da Lei de Sistema, que antecede o Plano, pois lhe dá os limites de atribuições e abrangência. Portanto, ainda há uma caminhada a ser cumprida, antes de apresentar o Plano à sociedade e levar à Assembléia Legislativa, para votação e aprovação definitiva.

225

Por isso, é importante que seja aprovada uma Lei de Sistema que regulamente o funcionamento do Sistema Estadual de Ensino, consoante com um Sistema Nacional. A Lei de Sistema Estadual de Ensino vai definir o financiamento, a abrangência, as responsabilidades do Sistema Estadual e toda a aplicação das diretrizes e metas aprovadas no Plano Estadual de Educação. Por esse motivo, Plano Estadual e Lei de Sistema devem ser concebidos e estruturados conjuntamente.

226

A gestão democrática e participativa das escolas encontra-se ainda insuficiente. Há desarticulação das ações entre os níveis e modalidades de ensino. A formação continuada nos cursos de capacitação não está articulada com os problemas e as reflexões cotidianas da escola; o porte das escolas não foi alterado. Um dos processos de inviabilização do pedagógico continua sendo o descompasso entre o discurso e as condições concretas de trabalho.

227

Entendemos que sem o financiamento qualquer iniciativa de educar com qualidade torna-se inviável. Assim, reforçamos nossa reivindicação de que o Fundeb seja implantado em sua plenitude e que o Governo paranaense assegure o investimento de 30% dos recursos na Educação Básica.

228

Como resultado da ausência de políticas articuladas, vários programas causam preocupações. Um deles refere-se à Patrulha Escolar. Escola não é lugar de polícia! Temos a presença cada vez mais naturalizada da polícia na escola, sobre a qual temos de fazer uma abordagem mais cuidadosa do que as simplificações que não pensam a origem das polícias militares na sociedade brasileira e seu papel no processo de militarização dessa sociedade. O que precisamos refletir é sobre o fato de que a Patrulha, mesmo adjetivada com o termo “escolar”, mantém o caráter de “policialização” de políticas públicas, sobretudo para a população jovem, pobre, negra e de periferia.

229

É inegável que as Patrulhas Escolares cumprem um importante papel de Segurança Pública quando atuam no entorno da escola. Tanto em ações de investigação como na proteção dos alunos nas imediações da escola onde roubos e agressões costumam acontecer. Neste contexto, a ação policial vem no sentido de proteger nossas crianças e jovens.

230

O Programa Paraná Alfabetizado, é um aspecto positivo da política educacional paranaense, em consonância com o Programa Federal Brasil Alfabetizado. A campanha tem como objetivo transformar o Estado do Paraná em Território Livre do Analfabetismo

até o ano de 2010. Para tanto, a meta é alfabetizar 100 mil jovens e adultos neste ano e 330 mil entre 2008 e 2010. Para atingi-la, a Secretaria de Educação do Paraná buscou o envolvimento de diversos segmentos da sociedade paranaense. Além do Governo Federal, participam da campanha secretarias de governo estadual, municípios, poder judiciário, Assembléia Legislativa, Conselho Estadual de Educação, igrejas, movimentos sociais, centrais sindicais, sindicatos, entre outros. A APP- Sindicato assinou a "Carta Compromisso pela Superação do Analfabetismo no Paraná".

231

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativos aos indicadores da Educação no Paraná apontam que o estado deverá superar o analfabetismo até 2010, de acordo com as metas estabelecidas pelo Programa Paraná Alfabetizado. Conforme os números da Pnad 2006, a taxa de analfabetismo caiu de 7,87% em 2002 para 4,88% em 2006, o que significa uma redução de 38% neste período. Na comparação absoluta o número de analfabetos caiu 11%, passando de 571 mil em 2002 para 508 mil em 2006.

232

A criação de uma Comissão de Acompanhamento da implementação da Lei Nº. 10.639/03 na rede pública estadual, uma das reivindicações da APP-Sindicato, atendidas pela Secretaria de Educação, com representantes do coletivo do sindicato e integrantes dos departamentos de ensino da SEED, resultou em políticas efetivas. Apesar do muito que foi feito compreendemos que muito há ainda por fazer para que a Lei se torne prática curricular em todas as escolas e promova alterações no imaginário, nos valores e na superação do preconceito que formam e conformam a sociedade brasileira de tradição escravocrata e patrimonialista.

233

No entanto, se bem as políticas sobre igualdade racial avançaram, não podemos dizer o mesmo sobre o debate de gênero que ficou relegado ao esquecimento até agora. Apesar da realização pelo governo federal de duas Conferências Nacionais sobre Políticas Públicas para Mulheres, a SEED não deu encaminhamento dessa temática nos seus programas de

formação continuada. As relações de gênero e sua problemática seguem sendo um assunto invisível na Educação do Paraná. Essa é uma luta fundamental na construção de uma sociedade igualitária, justa, socialista.

234

A construção de um Sistema Nacional de Educação articulado, assim como o regime de colaboração entre os entes federados serão discutidos ativamente nas Conferências Nacional e Estadual de Educação Básica, da qual a APP-Sindicato faz parte da comissão organizadora, a realizar-se entre os dias 19 e 21 de novembro do corrente. Além da Conferência Estadual, serão realizados 18 Seminários Regionais.

## CURRÍCULO

235

Há uma retomada por parte da SEED das questões pedagógicas, porém há limites. Um dos limites localiza-se na dificuldade em reorganizar e implementar um novo pensar pedagógico. Portanto, faz-se necessário intensificar ações no sentido de tensionar para mudanças na defesa das concepções progressistas, superando visões neoliberais ainda existentes.

236

Para a Educação emancipadora o desafio permanente é a reflexão sobre as práticas e a resignificação destas práticas, tendo como pressuposto que seu principal objetivo não é "ajustar" os alunos à sociedade existente. Nem ajustar e nem transformá-los em meros espectadores do que acontece, mas fazê-los participantes.

237

Para tanto, destaca-se a importância de políticas educacionais progressistas, que realmente partam do cotidiano concreto das escolas, que garantam condições dignas de trabalho e de participação dos trabalhadores da Educação em sua formulação e efetivação, assim como espaço de estudo e reflexão no dia-dia da escola com formação continuada e por local de trabalho.

238

O esforço da SEED em construir novas Diretrizes Curriculares é importante, inclusive com grandes

investimentos em cursos envolvendo muitos professores, com leituras de textos, palestras, debates e construção de textos. Estes apresentam propostas inovadoras inclusive na autonomia dos professores.

239

Acreditamos que faltaram, para a SEED, alguns elementos que consideramos pontos de partida para a discussão curricular. Em primeiro lugar, faltou discutir com mais profundidade o projeto social e de Educação, a concepção de escola, e, conseqüentemente, do que aprender, para que aprender, que currículo, para qual escola. Outro elemento que deveria ter sido trabalhado é a organização pedagógica, que envolve os tempos (ciclos, ano letivo, duração das aulas); os espaços escolares e as formas de trabalho (que tipos de projetos, com temas geradores, com trabalhos interdisciplinares, etc.).

240

Na concepção de escola unitária, o ser humano é concebido como ser ativo, crítico, construtor de sua própria cultura, da história e da sociedade em que vive. Para tanto, é imprescindível seu acesso a uma escola que, além de formação ampla, desenvolva valores e atributos inerentes à cidadania.

241

Recriar a escola, extinguindo os pilares que sustentam a exclusão e se materializam na organização curricular tradicional, é nosso desafio. Hoje sabemos o significado do currículo na reprodução do status quo, por isso é imprescindível fazer algumas rupturas. Não há como educar para a autonomia, criatividade, autoconfiança, numa escola moldada na disciplina autoritária secular e na simples memorização dos conteúdos. É preciso superar na escola as formas tradicionais de relação com o conhecimento, superar a absorção passiva de conteúdos que não interagem com a realidade dos/as alunos/as, para que possa emergir uma escola que garanta a aprendizagem e seja uma instituição produtora e reprodutora do conhecimento científico e que seja alavanca de um projeto de desenvolvimento social e soberano para o país.

242

No entanto, não podemos falar de currículo sem condições de trabalho. Sabemos que temos limites e definimos nosso trabalho dentro das possibilidades materiais que temos (nossos e da escola). Por

isso lutamos sempre para melhorar essas condições, exigindo do governo: salário, carreira, jornada, formação e condições materiais. Não conseguiremos implementar um currículo se os/as educadores/as não se sentirem sujeitos de sua ação, fundamentando o trabalho docente, que é a ação intelectual intencional sempre em conjunto com companheiros/as trabalhadores em Educação, alunos/as e comunidade.

243

Antes de qualquer discussão e implantação curricular é necessário o entendimento de que Trabalhadores/as em Educação são todos/as aqueles/as que atuam na Educação: professores/as, funcionário/as, pedagogos/as considerando que trabalham para o desenvolvimento das redes públicas Estadual e Municipais do Estado do Paraná.

## GESTÃO DEMOCRÁTICA

244

A escola deverá ser o local por excelência do aprendizado da convivência humana. Entre sujeitos se estabelecem relações de horizontalidade, de igualdade. Jamais de verticalidade, de imposições. Por isso continuamos defendendo as formas coletivas de organização e de definição política. As políticas educacionais continuam verticalizadas e, cabe à escola, "cumprilas".

245

A concepção de Gestão Democrática deve estar associada ao projeto de escola, de Educação e sociedade, buscando a radicalização da democracia. Na descentralização do poder, na eleição direta de dirigentes, na elaboração de projetos, permeando assim um processo de organização e avaliação que materialize o controle do poder público pela sociedade visando a garantia da Educação Pública de boa qualidade para todos e todas.

246

O princípio da gestão democrática das escolas públicas, assegurado pelo artigo 206 da Constituição Federal e pelo artigo 14 da LDB, ainda não está efetivado nas escolas. Uma das dificuldades é que o caráter formal instituído nas legislações não é objetivado e nem conta com as especificidades necessárias

para colaborar na sua implementação.

247

A gestão democrática da Educação paranaense deve ter como preceito a instituição completa da democracia, que se traduz no caráter público e gratuito da Educação, na inserção social, nas práticas participativas, na descentralização do poder, no direito à representação e organização dos trabalhadores/as, na eleição direta dos/as dirigentes, na socialização dos conhecimentos e na tomada de decisões de forma colegiada. Imbuídos desses princípios é que a APP-Sindicato busca avaliar, debater e propor políticas públicas que tenham como princípio a gestão democrática e participativa de toda a sociedade na perspectiva de construção coletiva e de avanços das políticas educacionais dos governos.

248

Nosso intuito é que os trabalhos se dêem de forma autônoma e constante, intervindo no sentido da construção de um efetivo Sistema Estadual de Educação regido segundo a gestão democrática.

249

Por isso, é necessário fortalecer os diferentes mecanismos de gestão democrática da Educação, tais como: Fóruns, Conferências de Educação, Constituintes Escolares, fortalecimento dos Conselhos Escolares como órgão máximo das definições político-educacional-administrativa e financeira das escolas com representatividade de professores/as, equipe pedagógica, funcionários/as, alunos/as, pais, mães e comunidade, fortalecimento dos Grêmios Estudantis, Associações de Pais e Mães e, principalmente, efetivação de espaço e tempo nas Escolas para o debate, além da proposição e avaliação das políticas. A democratização da composição do Conselho Estadual de Educação também faz parte desta luta pela ampliação da participação da sociedade nos rumos da Educação.

250

As definições das políticas educacionais devem ser discutidas em grandes Conferências de Educação, com a participação de representantes das várias regiões do Estado, escolhidos de forma democrática pelas escolas. As Conferências devem ser instâncias de debates, proposições, avaliação e deliberação das

diretrizes para a ação educacional no Estado. Outra ação de democratização é o Orçamento Participativo, que pode ser posto em prática no âmbito dos gastos da SEED, dos NREs e das escolas.

251

Avançamos com a conquista da Lei Nº. 14.231 de novembro de 2003, para a eleição de diretores/as como importante instrumento de democratização da gestão, embora compreendamos que não pode ser o único. Deve estar associado a outros para eliminar práticas hierárquicas e ampliar o exercício da autonomia dos sujeitos escolares. Não nos iludamos com a falácia, muitas vezes embutida no discurso democrático das eleições, que ela por si só simplesmente, elimine o autoritarismo e a falta de participação de professores/as, funcionários/as, pais/mães e alunos/as nas decisões.

252

O período eleitoral deve explicitar o debate de projetos de Educação, sociedade, sujeito, de que forma deve ser a gestão, os encaminhamentos da escola e não uma reprodução do que reprovamos das eleições gerais em nossa sociedade. É um momento de superação! Continuamos na defesa que a eleição para diretores seja estendida para todas as Escolas do Paraná e que o mandato seja de três anos com uma reeleição.

253

Julgamos o Conselho Escolar como o maior órgão da gestão escolar porque tem como funções discutir, aconselhar, deliberar e normatizar as questões mais importantes do cotidiano escolar.

254

O Ministério da Educação lançou, em 2004, o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, com a participação de várias entidades. Nos cadernos editados para o Programa, o MEC defende que: "Os Conselhos Escolares contribuem decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar, no qual a escola e a comunidade se identificam, no enfrentamento não só dos desafios escolares imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade brasileira". (Caderno 1- Democratização da escola e construção da cidadania. MEC, Brasília/DF, novembro de 2004, p.37).

255

Da mesma forma, A SEED se propôs, também a partir de 2004, a discutir um novo Estatuto para os Conselhos, através de encontros, principalmente com diretores e equipes pedagógicas. A Resolução Nº. 2124/05 da SEED, publicada em 15/08/2005 orienta construção dos novos Estatutos para os Conselhos Escolares. O desafio nas escolas é criar uma cultura democrática e participativa, com pessoas que tenham representatividade no seu segmento, disposição para exercer a função e, sobretudo, compromisso com a Educação pública.

256

O Conselho Escolar não pode e não deve ser o local de referendo das decisões do/a diretor/a, as decisões são coletivas. Também é necessário que haja a garantia de que os/as representantes dos Conselhos Escolares sejam escolhidos/as por seus pares, assegurando a paridade entre os segmentos da escola e que os/as eleitos/as tenham permanente relação com os/as representados/as, inclusive com reuniões periódicas, incorporando ainda na estrutura de decisão e no planejamento escolar as Assembléias Comunitárias, como forma de ampliação e democratização das decisões.

257

Outro objeto de nossa discussão é a APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários. A SEED reestruturou as APMFs com encontros e cursos. Porém, persistem alguns problemas que há tempos temos criticado: a APMF é considerada uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que gere recursos públicos e por vezes angaria e gerencia outros recursos para a escola.

258

O problema central é a função que destinou-se às APMFs, de ser o órgão jurídico responsável por uma parte dos recursos que a escola recebe. É essa lógica que queremos inverter: o gerenciamento financeiro por parte das APMFs. Essa é uma tarefa para o Conselho Escolar, onde pais e mães também participam, assim como professores/as, funcionários/as, equipes pedagógicas e alunos/as.

259

A atual gestão do governo estadual não modi-

ficou o caráter das APMFs. Continuamos defendendo a idéia de “Associação de Pais e Mães”, sem a tutela da escola/SEED na organização deste segmento, que deve estar representado no Conselho Escolar e tem um papel muito mais significativo na definição das políticas escolares.

260

Outro órgão colegiado de extrema importância é a organização estudantil, através dos Grêmios Escolares. Estes ganharam nova atenção por parte da SEED na gestão passada. Houve um grande encontro em novembro de 2004 - a Oficina de Grêmios, em Faxinal do Céu. Também no Portal Eletrônico há uma página para os grêmios onde estão disponíveis uma série de documentos para a sua organização (modelo de atas, de estatuto, de criação de chapas etc.).

261

No entanto, encontramos problemas que aparecem já na definição dada pela SEED: “o Grêmio é uma organização sem fins lucrativos, que representa os interesses dos estudantes e que tem fins cívicos, culturais, educacionais, desportivos e sociais”. Na definição, não aparece a palavra “política”, nem faz nenhuma alusão à participação do Grêmio na gestão da escola; fala-se em “cooperar” com a escola. O Grêmio estudantil deve ser concebido como um espaço coletivo, social e político, de organização, de participação e de construção de novas relações de poder dentro da escola. Os/as alunos/as organizados/as têm mais chances de questionar as relações hierarquizadas. O que devemos cuidar é que a organização dos/as estudantes não seja tutelada por nenhum segmento. A autonomia e independência do movimento estudantil em nosso país é um patrimônio histórico e dele não podemos abrir mão.

262

A construção do PPP deve ser realizado com tempo para discussão na escola, com condições para se efetivar a gestão democrática e participativa, articulado com uma política de formação continuada a partir da realidade da escola. O PPP não pode ser mais um documento a ser preenchido e que a escola, burocraticamente, escreva conforme um modelo, sendo certamente aprovado pelo Núcleo Regional de Educação.

263

Da mesma forma, a gestão dos meios, nos órgãos administrativos e também na escola pública, deve ser reformulada e adequada de modo que seja submetida à natureza educativa e específica da escola pública. Por esta razão, em nenhuma hipótese, deve ser administrada e organizada de forma empresarial, portanto com racionalidade meramente financeira e sim que atenda as necessidades educativas.

## VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL: FORMAÇÃO E CARREIRA

264

A valorização dos/as trabalhadores/as em Educação, entendida na perspectiva social e posta no nível de política pública, há de ser tratada como direito, superando o estágio das iniciativas individuais para aperfeiçoamento próprio. Compõe, juntamente com a carreira e a jornada de trabalho e a remuneração, elementos indispensáveis à implementação de uma política de valorização profissional. Deve ser pensada como processo inicial e continuado e é definida como direito dos profissionais da Educação e dever do Estado, garantindo as condições para esse processo formativo.

264

No campo das políticas educacionais, as questões referentes à formação, desenvolvimento profissional e valorização dos trabalhadores em Educação (professores/as e funcionários/as) sempre estiveram de alguma forma presentes na agenda de discussão, mas, possivelmente, em nenhum outro momento histórico tal questão tenha merecido tanta ênfase como nas últimas décadas.

265

Nessa perspectiva, a questão da formação e profissionalização, por perpassar quase todos os demais temas, tem gerado inúmeros debates no cenário educacional, desencadeando políticas, assim como a mobilização dos diversos agentes, na tentativa de construir uma Educação pública de qualidade para todos/as. Nesses debates, tem ficado evidente que as duas facetas – formação e valorização profissional – são indissociáveis.

266

A luta dos trabalhadores e das trabalhadoras em Educação, fortemente atacada durante todo o Governo Lerner, se fez ouvir pelo novo governo. Da nossa histórica reivindicação, resultou o Plano de Carreira dos/as Professores/as que, considerando os avanços, ainda necessita de ajustes, tais como: o PDE - Programa de Desenvolvimento Educacional que envolve a formação e promoção; a avaliação de desempenho que requer um novo conceito e uma proposta que significa pensar o quê, para quê e como avaliar. Avaliar as instituições (SEED-NRE-Escola), o sistema e as políticas implementadas, as condições de trabalho e também os/as profissionais; a efetivação da ampliação do cargo de 20 para 40 horas.

267

Um grande desafio é implementar o Plano de Carreira para os Funcionários e Funcionárias das Escolas, como também diminuir as distâncias no interior das escolas com a participação efetiva dos/as funcionários em todos os espaços de formulação, debate e decisão.

268

Ao aprovar apenas o Plano de Carreira para os/as professores/as, o Governo do Estado comprometeu-se em viabilizar estudos para a implementação de um Plano de Carreira para os Funcionários das Escolas Públicas Estaduais. Para tanto, instituiu a comissão paritária SEED/APP-Sindicato, nomeada pela Resolução Nº. 443/04, da Secretaria de Estado da Educação. A comissão, ao final dos trabalhos, concluiu pela necessidade premente da instituição do Quadro de Carreira dos Funcionários de Escolas vinculado à Educação.

269

Neste sentido, é imprescindível a alteração do Artigo 61 da LDB, por meio da aprovação do Projeto de Lei Nº. 6206/05 da senadora Fátima Cleide, promovendo mudança no texto que trata dos/as funcionários/as de escolas, incluindo-os/as na categoria de educadores/as.

270

É fundamental que o/a trabalhador/a que atua na Educação seja funcionário/a de carreira, lotado/a em quadro próprio da Educação, com formação e

qualificação específica, voltadas ao atendimento das necessidades educacionais. A Educação, enquanto serviço público, desenvolve-se e aperfeiçoa-se mediante formação continuada dos/as profissionais que nela atuam. Para tanto, é indispensável que não apenas os/as professores/as, mas também os/as funcionários/as tenham vínculo estável com a rede pública através de Plano de Carreira no quadro da Educação.

271

A formação através do Profuncionário teve ação decisiva da APP-Sindicato. A coordenação do Profuncionário composta por representantes da SEED, APP-Sindicato e Conselho Estadual de Educação, reafirmou com a SEED o compromisso de profissionalizar pelo menos 50% do segmento funcionário com abertura de 335 turmas, a partir de março de 2008 até agosto de 2010, formando cerca de 10.350 trabalhadores e trabalhadoras da Educação.

272

Infelizmente, o Plano de Carreira dos/as Professores/as vem sofrendo, sistematicamente, retrocessos por ações da própria SEED. As progressões e promoções (avanços) sofreram alterações que dificultam a ascensão normal na carreira: o acesso ao nível III, por meio do chamado PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional.

273

Da mesma forma, as políticas para progressão e promoção na Carreira que a SEED implementou estreitou e dificultou a condição para se atingir os 30 pontos para o avanço de 02 classes, além dos 15 pontos necessários no desempenho, onde deve-se atingir nota 10 nas 4 avaliações.

274

A SEED assumiu o compromisso de participar de debates para realizar alterações nas Resoluções de progressão, quanto para o PDE. Para o Sindicato, este debate possibilitará avanços na construção de uma proposta que inclua a maioria dos/as professores/as e que permita a todos/as chegarem ao final da carreira. Entre os objetivos está o de formulação de lei complementar que garanta a continuidade do PDE para além dessa gestão governamental.

275

Neste debate os pontos levantados pela APP-Sindicato para o PDE são: a necessidade de um número maior de vagas e mudanças na forma de ingresso; o aproveitamento dos mestrados e doutorados; a reformulação da Progressão na Carreira; a validade dos certificados para além da Rede Estadual; a possibilidade dos Grupos de Trabalho em Rede (GTRs), composto por até 37 professores, serem realizados em outros dias que não somente os sábados.

## ESTRUTURA ORGANIZATIVA

276

Esse é um novo eixo que trazemos para análise, pois trata-se, fundamentalmente, das condições de trabalho. Alguns temas tornam-se centrais para a melhoria da Escola pública. Além do salário, o número de alunos/as em sala, a substituição dos/as professores/as, pedagogos/as e funcionários/as, a questão da saúde, a necessidade de contra-turno para todas as disciplinas, o aumento da hora-atividade e do número de professores/as e funcionários/as.

277

Além do número de alunos/as por sala, as condições de trabalho, para implementação de um currículo de qualidade exigem ainda: material didático, condições dos laboratórios, livros e revistas, fotocópias, filmes, pesquisas de campo e visitas (o que exige ônibus para transporte, pessoal para acompanhar e garantir a segurança), computadores com programas variados e adequados, salas de aula e instalações de qualidade, mobiliário adequado à idade dos/as alunos/as, entre outros.

278

O governo Requião utiliza-se da Resolução Nº. 1150/02 do governo Lerner para tratar do Porte das Escolas. Essa é uma Resolução insustentável, pois naquele período já havia uma defasagem de mais de 250.000 horas e até agora nada foi realizado para mudar essa situação. A falta de funcionários/as hoje está sobrecarregando de trabalho os poucos que estão nas escolas. As equipes pedagógicas fazem o trabalho de cuidar do portão e dos/as alunos/as no pátio. O encaminhamento dos projetos pedagógicos continuam sem debates e sem tempo. Realizar a orga-

# Balanço Político

279

Em 26 de abril deste ano, a APP-Sindicato completou 60 anos de história. Uma trajetória repleta de sonhos, desejos, entusiasmo, ousadia e de muita luta. Em torno da APP, milhares de professores/as/as e funcionários/as/as cotidianamente efetuam uma caminhada de lutas, esperanças, tristezas, alegrias, e acima de tudo, de muitas conquistas. Caminhada em direção à construção de uma escola pública e de um mundo melhor.

280

A ação de educar é em sua essência, uma ação transformadora. Apenas uma Educação sólida, de qualidade pode propiciar aos nossos/as estudantes a autonomia intelectual necessária para o entendimento do mundo e das complexas relações presentes em nossa sociedade. Desta forma, a luta pela valorização dos/as profissionais da Educação e da Educação Pública é uma ferramenta importante para a concretização de uma nova sociedade pautada por relações igualitárias, justas e de solidariedade.

281

Os 60 anos de história de nossa entidade nos trazem um importante ensinamento: todas as conquistas são frutos da luta e da intervenção da categoria organizada pela APP-Sindicato. Foi assim que em mobilizações e greves históricas ( mesmo na época da ditadura) conquistamos o regime estatutário, os concursos públicos, os reajustes salariais, o Estatuto do Magistério, o Estatuto dos Servidores Públicos, os avanços, as férias, o décimo – terceiro salário, os quinquênios, as licenças- prêmio, a aposentadoria especial, a isonomia salarial, entre outras.

282

Fiel a esta trajetória, no último período a APP-sindicato tem se configurado como um dos agentes sociais mais importantes para o avanço das lutas sociais em nosso Estado. Os educadores paranaenses ti-

veram um papel de destaque no combate às políticas neoliberais implementadas no país e no Paraná, especialmente pelos governos Collor, Fernando Henrique e Lerner. E em seguida, na construção de um novo patamar de ação e de intervenção política junto ao Estado, a fim da recuperação e de conquistas de novos direitos para a categoria. Entendendo este novo momento de organização política do Estado, dentro dos limites e contradições próprias do estado capitalista.

283

Para enfrentar a ofensiva neoliberal foi necessária muita resistência, luta e envolvimento da categoria na pauta sindical. O neoliberalismo, face atual do capitalismo, entre outras, visa à redução do Estado, a diminuição dos recursos destinados às políticas sociais, o enfraquecimento dos sindicatos, a redução de direitos trabalhistas e previdenciários, bem como a instituição da lógica do mercado, do lucro e da competição também no setor público. Esta lógica tem o objetivo de garantir um Estado a serviço do mercado e dos grandes interesses econômicos e ideológicos do grande capital.

284

Os anos do auge neoliberal foram marcados por uma avalanche de ataques aos direitos dos/as educadores/as. As lutas e a resistência da APP-Sindicato em conjunto com outros/as trabalhadores/as foram fundamentais para evitar uma catástrofe maior. Em nível nacional, além da realização de mobilizações denunciando as reformas da previdência e administrativa em 1997 e 1998 (fechamento da Ponte da Amizade e ato por ocasião dos jogos Mundiais da Natureza, em Foz do Iguaçu), encaminhamos diversas caravanas à Brasília para cobrar dos parlamentares o voto contra as reformas.

285

No Paraná, travamos uma verdadeira guerra

para a manutenção de direitos conquistados durante a história da APP-Sindicato. Realizamos paralisações, atos públicos, ocupação de praça de pedágios, de prédios públicos e greves; sendo duas greves de fome. Desta maneira, derrotamos a proposta de plano de carreira do governo da época ( PLADEPE), o Projeto de Lei N°. 411/01 que estabeleciam o fim do regime estatutário e, a terceirização dos/as funcionários/as/as de escolas, a municipalização de quinta a oitava séries, as aulas de 60 minutos, o fim dos avanços, entre outros. Com nossas lutas e a intervenção de outros setores da sociedade o projeto de Lerner foi derrotado.

286

A resistência, a crítica às políticas neoliberais e a construção de proposições de políticas para a melhoria da carreira dos/as professores/as/as e funcionários/as/as de escolas e para a ampliação da qualidade da Educação pública, efetuadas pelo sindicato fizeram com que iniciássemos um dos períodos mais profícuos da história do sindicato. Nossa visão e nossas propostas vieram a fazer parte dos debates e programas das candidaturas ao governo do estado do Paraná nas duas últimas eleições. Em 2002 e em 2006 realizamos dois importantes debates com os candidatos a governador. Desta forma, a categoria conseguiu colocar na ordem do dia, todas as proposições dos/as educadores/as, debatidas e definidas nas Conferências e Congressos da APP-Sindicato.

287

A partir do capital político conquistado nas lutas de resistência ao projeto neoliberal iniciamos um novo ciclo de lutas e conquistas. A realização de um intenso calendário de mobilização (audiências Públicas na Assembléia Legislativa, oito paralisações, atos públicos, debates com a comunidade), de negociação e de debates com a categoria garantiram a melhoria das condições de trabalho dos/as professores/as/as e funcionários/as/as paranaenses.

288

Em 2002, um/a professor/a – licenciatura plena - em início de carreira recebia por 20 horas de trabalho R\$385,04. Hoje, incluindo o auxílio transporte recebe R\$778,59. Uma professora com pós-graduação (classe 1) recebia por 20 horas R\$ 442,80. Atualmente contabilizando o auxílio transporte recebe

R\$ 929,28. Neste período, o salário do/a professor/a pós-graduado/a (classe 11) passou de R\$721,27 para R\$1.403,11. As lutas também garantiram melhores salários para os/a funcionários/as/as de escolas. Em 2002, um/a funcionário/a de serviços gerais recebia como salário base R\$ 156,01. Hoje recebe R\$ 599,37. Uma funcionária do administrativo recebia R\$ 269,58. Hoje recebe R\$ 899,06.

289

Em abril de 2004 conquistamos o Plano de Carreira dos professores/as, o que permitiu avanços e a correção de várias distorções na carreira. Com o Plano obtivemos:

- a) reposição salarial;
- b) auxílio transporte para todos professores/as;
- c) equiparação do valor das aulas extraordinárias às aulas do padrão;
- d) adicional de 5% ano para as professoras após 25 anos de trabalho;
- e) incorporação das gratificações de diretor e diretor auxiliar, ensino especial e as aulas extraordinárias na aposentadoria;
- f) incorporação do adicional de período noturno na aposentadoria;
- g) manutenção do regime estatutário;
- h) garantia em Lei do cargo de 40 horas;
- i) promoção retroativa a data do protocolo do requerimento;
- j) hora aula de no máximo 50 minutos;
- k) 30 dias de férias e 30 de recesso.

290

Além das conquistas obtidas com o Plano para os professores/as, neste período avançamos significativamente na pauta de reivindicação dos/as professores/as/as e funcionários/as/as paranaenses. Vários itens da nossa pauta foram consolidados, entre estes:

- a) a implantação de 20% de hora-atividade;
- b) o retorno do ensino profissionalizante e do magistério (modalidade Normal);
- c) o retorno do ensino fundamental noturno;
- d) a realização de concursos públicos para professores/as e funcionários/as;
- e) suspensão da contribuição previdenciária dos/as aposentados/as;
- f) eleições de diretores (Lei N°. 14.231 de 26/11/03);
- g) regularização da situação do/a professor/a do Fundinho, QUP e regionalistas;

- h) garantia da aposentadoria integral para o RDT;
- i) pagamento de 1/3 de férias no mês de janeiro;
- j) reposição salarial para professores/as e funcionários/as;
- k) o acréscimo de jornada para a/o pedagoga/o ;
- l) enquadramento de aposentados/as com pós-graduação obtida antes da aposentadoria no Nível II;
- m) o direito a avanços na carreira aos professores/as concursados/as mesmo em estágio probatório - desde que tenham três ou mais anos de trabalho;
- n) fim das terceirizações de funcionários/as de escolas;
- o) a possibilidade de o/a professor/a fazer a transposição;
- p) a não municipalização das escolas de quinta à oitava série;
- q) a obrigatoriedade do ensino da Educação física em todos os turnos (Lei Federal N°. 1079/03);
- r) a obrigatoriedade da inclusão das disciplinas de filosofia e sociologia no ensino médio;
- s) licença remunerada durante tramitação do processo de aposentadoria;
- t) matriz curricular de no mínimo 25 aulas;
- u) a implantação do Profucionário;
- v) o retorno do debate pedagógico nas escolas;
- x) a manutenção da isonomia entre aposentados/as e ativos/as;
- w) o fim da obrigatoriedade da reposição de aulas para licença médica de 03 a 15 dias;
- z) avanços para os/as professores/as que concluíram especialização em Jaboticabal, Batatais, Assis, Fátima do Sul, entre outras.

291

Sem sombra de dúvidas foram várias as conquistas. Além das mobilizações da categoria, e a inteligência nas negociações, a concepção de valorização do caráter público do Estado presente no atual governo contribuiu para a consolidação destes avanços. No entanto, a relação política entre a categoria e o governo foi marcada por uma série de dificuldades e instabilidades. Foram muitos os embates. No ano de 2005, o governo Requião inicia um ataque sistemático à nossa organização sindical. As negociações são suspensas. O governo tenta interferir no processo eleitoral da APP-Sindicato com a organização e apoio a uma das chapas concorrentes. Na seqüência, após a realização de uma manifestação na SEED contra as demissões de celetistas, dirigentes da APP-Sindicato

sofrem processos administrativos e oito têm liberações cassadas, tendo que retornar para a sala de aulas.

292

Em virtude da falta de interlocução com o governo, a APP-Sindicato leva as duas principais reivindicações da categoria, em forma de projetos de Lei para a Assembléia Legislativa: o N°. 149/06 (equiparação salarial) e o N°. 150/06 (plano de carreira dos funcionários/as). Para a sua aprovação e implementação foi efetivado um intenso calendário de mobilização, com paralisações, vigília, debates; destacando entre elas, a realização da terceira marcha dos/as educadores/as de Ponta Grossa até Curitiba. Apesar de aprovados pelos parlamentares, os Projetos de Lei N°. 149/06 e N°. 150/06 foram vetados pelo governador. Veto mantido na seqüência pela assembléia legislativa.

293

As negociações e o diálogo efetivo só foram restabelecidos durante o debate do segundo turno das eleições para governador em 2006. Pressionado pela conjuntura, Requião assume uma série de compromissos com as reivindicações da categoria e suspende o processo de perseguição aos dirigentes da APP-Sindicato. De lá para cá, as negociações tem acontecido de forma mais sistemática. Conquistamos a reposição de 17,04% para os/as professores/as e 3,34% para os/as funcionários/as (índices correspondentes às defasagens inflacionárias de cada segmento), a realização de novos concursos, a ampliação dos recursos constitucionais para a Educação pública de 25% para 30% (Emenda 21), a aprovação e implementação da Lei da Readaptação e alterações na Lei Complementar N°.108 que trata dos contratos temporários.

294

Retomamos também o debate efetivo para a consolidação do cargo de 40 horas e do Plano de Carreira dos funcionários/as. Destaca-se também a atuação do sindicato e do governo em bandeiras nacionais importantes para a classe trabalhadora, como a campanha contra a Emenda 3, a campanha para a superação do analfabetismo, o apoio à anulação da privatização da Vale do Rio Doce, ao Piso Profissional Nacional Salarial, entre outros.

295

Os desafios para o próximo período não serão menores. A mobilização, a autonomia sindical, a unidade da categoria e a disposição, habilidade, inteligência para as negociações serão fundamentais para avançarmos em direção a melhores condições de trabalho e de vida dos milhares de professores/as e funcionários/as presentes em todo o estado do Paraná. Temos como principais desafios: a equiparação salarial, a implantação do Plano de Carreira dos funcionários/as e do cargo de 40 horas para o/a professor/a, a redução do número de alunos/as por turma, a ampliação da hora-atividade, a ampliação do porte de escolas, a redução gradativa da jornada de trabalho, a melhoria do atendimento da saúde dos trabalhadores em Educação, a aprovação do Plano Estadual de Educação e da Lei de Sistema Estadual de Educação, entre outros.

296

Outra ferramenta importante de nossa atuação está sendo desenvolvida no campo da formação continuada, através do programa de formação político-sindical proposto pela CNTE. A APP-Sindicato juntamente com o Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná estruturaram a proposta em atividade de extensão universitária, no formato de jornada pedagógica. Desta forma, temos hoje aproximadamente 1200 participantes e turmas em cada um dos 29 Núcleos Sindicais. O programa, com duração de 3 (três) anos, é um processo de reflexão amplo a partir da relação entre as contribuições acadêmicas, a prática pedagógica concreta, os desafios colocados para a escola pública e a militância política no atual contexto de transição e superação do neoliberalismo.

297

A saúde tem se constituído como um dos principais temas de preocupação da categoria. A qualidade do atendimento dado à saúde dos professores e funcionários de escolas, na maioria das regiões do Estado ainda é muito precário. O modelo atual de atendimento à saúde dos servidores (os hospitais recebem valor único por beneficiário independente se prestam ou não o atendimento) contribui para que a categoria tem dificuldade a acessar os serviços de saúde. Para o próximo período precisaremos mudar esta situação fortalecendo a nossa reivindicação histórica de reativação do IPE-Saúde. Queremos um

atendimento à saúde de qualidade, sólido e presente em todos os municípios do Paraná.

298

Além da questão do atendimento, urge a necessidade da instituição de uma política estadual de prevenção e tratamento às doenças decorrentes do exercício profissional dos educadores. O número de trabalhadores da educação que estão se afastando das atividades profissionais por desgaste físico e emocional ocasionados pela exaustão do trabalho tem aumentado de forma assustadora. Desta forma, é fundamental a melhoria das condições de trabalho dos professores e funcionários, bem como a imediata implantação pelo governo de uma política estadual de saúde para os servidores públicos do Paraná.

299

Em nível nacional, Junto à CNTE e a CUT precisaremos estar atentos para lutar contra qualquer medida ou reformas que venham retirar direitos dos/as trabalhadores/as. Ao mesmo tempo, participar dos debates nacionais para avançar e consolidar novos direitos.

300

A APP - Sindicato tem se consolidado como uma das entidades representativas do movimento sindical e social brasileiro. Respeito conquistado em muito, pela sua capacidade de intervenção política e pela sua organização e democracia interna.

301

Para o próximo período, um dos desafios será a continuidade à política de fortalecimento da estrutura política, organizativa e financeira da nossa entidade. Para tanto, algumas ações devem ser realizadas:

- a) ampliar e potencializar as condições de trabalho e atuação política dos núcleos sindicais da APP – Sindicato;
- b) modernizar o atendimento dado aos sindicalizados tanto nos núcleos sindicais como na sede estadual da entidade;
- c) consolidar um Plano de Investimento na estrutura física da APP - Sindicato, tendo em vista a melhoria e a ampliação do patrimônio da sede estadual e dos núcleos sindicais;
- d) instituir comissão estadual para estudar propostas de adequação de municípios a núcleos sindicais;

ais, a serem apresentadas para aprovação do Conselho Estadual da APP-Sindicato;

e) viabilizar a construção ou aquisição de uma nova sede estadual para a entidade;

f) manter o investimento na formação (política,

sindical e pedagógica) e informação à categoria, bem como fortalecer em cada núcleo sindical coletivos de estudos e trabalho sobre temas de importância para a categoria e para os movimentos sociais.

## PLANO DE LUTAS

302

Um novo ciclo político democrático deverá ser consolidado no país com vistas à construção de um bloco político e social, capaz de dar sustentação a um modelo de desenvolvimento alternativo ao projeto neoliberal. O processo desenvolvido até agora tem contrariado interesses como os daqueles setores “que lucravam e apostavam na contínua submissão do Brasil aos interesses do imperialismo e da globalização”, bem como dos que “controlavam os recursos públicos e privatizavam o Estado e que repudiam as políticas sociais de inclusão e do reconhecimento dos direitos dos trabalhadores”.

303

Esse novo bloco social e político deve apontar para a execução de três tarefas históricas: o desatrelamento definitivo do modelo do Consenso de Washington, a promoção de uma profunda reforma do Estado com a ampliação de direitos sociais e de uma reforma política, e consolidação de altos níveis de crescimento com a distribuição de renda e riqueza, além da ampliação dos direitos dos trabalhadores, inclusão social, sustentabilidade ambiental e fortalecimento da economia nacional.

304

A Agenda dos Trabalhadores/as pelo Desenvolvimento concentra ações em quatro âmbitos problemáticos: a desigualdade e concentração de renda; o desemprego e o mercado de trabalho; a capacidade do Estado em promover o desenvolvimento; e a democracia e participação social.

305

A superação das contradições dos quatro eixos indicados na Agenda dos Trabalhadores deverá ser

inserido no contexto de politização da concepção de Educação e do papel dos/as trabalhadores/as da Educação. Afinal, “tanto no plano da sociedade em geral, quanto no plano da escola, tornar mais efetiva a democratização, por exemplo, depende necessariamente da capacidade de organização, mobilização e pressão dos diferentes segmentos que participam do dia-a-dia da escola, bem como daqueles que vêm no acesso ao conhecimento sistematizado uma condição de participação e usufruto da riqueza social, não apenas sob seu aspecto econômico, mas como resultado do trabalho humano em todos os campos.”[1]

306

Juntamente com a democratização do local de trabalho (unificação de professores/as e funcionários/as como trabalhadores/as em Educação), temos que travar um combate igualmente importante no campo da organização do saber escolar. Combinar qualidade com quantidade, ou seja, garantir o acesso e permanência a todos/as, para a conquista necessária da formação humana, é um dos nossos maiores desafios. Não devemos esquecer de aliado a isto exigir condições de trabalho com uma escola equipada com materiais, aulas de reforço, contra-turno, bibliotecas, etc.

307

Portanto, reafirmamos a sociedade como cenário de trabalho e luta em prol da reversão do processo neoliberal de desmonte dos direitos sociais, sendo a escola o local específico das batalhas a serem desencadeadas. Para a consolidação de um novo ci-

---

[1] GONÇALVES, Maria Dativa de Salles e TAVARES, Tais Moura. Algumas condições para a gestão democrática da Educação. Caderno Pedagógico nº4, APP-Sindicato, Curitiba, 2007

clo democrático, cabe à APP-Sindicato participar das ações em níveis nacional e estadual, como internacional, sindicais ou políticas identificadas no sentido de fortalecer e ampliar direitos.

308

Reafirmamos os princípios e ações apontadas em todo o temário da Tese que visam a construção de uma outra sociedade e a emancipação humana dos sujeitos.

309

Quanto ao plano das lutas imediatas, a APP-Sindicato não aceitará qualquer iniciativa que vise a redução ou revisão de qualquer direito já conquistado pela categoria, sendo intransigente na defesa das conquistas e determinada na luta por novas conquistas, procurando ir sempre além das questões corporativas, no interesse da Educação e da sociedade como um todo.

310

Nesse sentido, nossas ações e estratégias devem-se pautar de forma a:

1. Garantir a liberdade, autonomia e unidade da classe trabalhadora;

2. Defender o socialismo: a construção de uma sociedade em que a emancipação humana seja o princípio fundante como alternativa e combate ao capitalismo;

3. Buscar a solidariedade nacional e internacional, estreitando relações nacionais e internacionais de solidariedade no campo da luta de classes. A saída para os trabalhadores é internacional;

4. Defender a integração dos povos latino-americanos, afirmando nossa identidade política, cultural, social, na construção de uma consciência de cidadania regional em cada um dos países. Defesa do Mercosul como um bloco estratégico no procó. Defender os direitos sociais e os serviços públicos universais, gratuitos e de qualidade; isso de inserção do nosso país e dos países que compõem o bloco no cenário mundial;

5. Defender os direitos sociais e os serviços públicos universais, gratuitos e de qualidade;

6. Defender a Reforma Agrária e Urbana, com política agrícola e habitacional sob o controle dos trabalhadores;

7. Lutar por uma política pública federal, es-

tadual e municipal sobre cultura, esporte e lazer, que estejam voltados para os interesses das classes populares;

8. Lutar por melhores condições de saúde, habitação, saneamento básico e transporte;

9. Defender a utilização do meio ambiente de forma auto-sustentável e lutar contra a biopirataria;

10. Defender as riquezas naturais nacionais como patrimônio nacional estratégico e luta contra toda tentativa de fragmentação ou privatização deste patrimônio, seja ele: água, sementes, florestas ou outros recursos naturais;

11. Lutar contra toda forma de violência, opressão, exploração e discriminação de gênero, étnicos-raciais, orientação sexual, geração ou deficiência;

12. Intensificar a pressão aos Deputados para que aprovelem a PEC Paralela da Reforma da Previdência, preservando o princípio da paridade, as regras de transição e garantindo a formalização do emprego, bem como a inclusão previdenciária;

13. Lutar pelo controle social da mídia, em especial rádio e TV. Acompanhar as políticas para o setor no que se refere à concessão: prazos, critérios, etc. Lutar para que a mídia seja democratizada e o acesso à informação e a liberdade de imprensa seja de fato uma realidade. Que esse direito que hoje é das oligarquias seja estendido e tenha o controle social do conjunto dos/as trabalhadores/as;

14. Participar com representação efetiva, nas discussões da Reforma Política do país;

15. Defender a utilização do meio ambiente de forma auto-sustentável e lutar contra a biopirataria;

16. Buscar a unificação das lutas, participando de forma concreta e efetiva das campanhas e mobilizações definidas e encaminhadas pela CUT Nacional, e pela Coordenação dos Movimentos Sociais, constituindo um amplo movimento de massas da classe trabalhadora;

17. Defender irrestritamente a aplicabilidade da Lei N.º 11.340/06 (Lei Maria de Penha) como instrumento vital para a contenção da violência contra as mulheres e a impunidade;

18. Defender os direitos constitucionais e sociais dos/as trabalhadores/as;

19. Lutar por redução da jornada de trabalho sem redução de salário e distribuição de renda e riqueza;

20. Defesa da liberdade de organização da

classe trabalhadora, utilizando todos os instrumentos legitimados pela categoria, através de assembleias, congressos, seminários, entre outros;

21. Defender a concepção de sindicato classista, democrático, autônomo, independente e de lutas, organizando o ramo de atividade dos trabalhadores em Educação e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fortalecendo e lutando contra qualquer forma de divisão e/ou destruição da CUT;

22. Aprovar lei que discipline liberação de dirigentes sindicais, garantindo a vinculação do número de dirigentes liberados ao número total de sindicalizados da Entidade;

23. Lutar pela melhoria das condições de saúde do trabalhador e trabalhadora, garantindo condições de trabalho;

24. Lutar pela revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal, realizando debates com a categoria;

25. Lutar pela ratificação das convenções da OIT;

87 - Liberdade e Proteção do direito Sindical:

98 - Direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva;

100 - Igualdade de remuneração entre homens e mulheres;

111 - Eliminação de toda discriminação de emprego e ocupação;

135 - Proteção e facilidades aos representantes dos Trabalhadores na Empresa;

151 - Proteção ao direito de sindicalização e procedimentos para definir as condições de emprego no Serviço Público;

154 - Promoção de negociação Coletiva;

156 - Igualdade de oportunidade e de tratamento para homens e mulheres;

158 - Proteção contra a dispensa imotivada.

26. Participar com representação efetiva, nas discussões da Reforma política do país;

27. Defender a Escola Pública universal, gratuita, laica, democrática e de qualidade, com o uso das verbas públicas somente para a escola pública;

28. Lutar pelo aumento do percentual do PIB destinado à Educação, para 10%, conforme o PNE da Sociedade Brasileira;

29. Lutar pela aprovação do PSPN – Piso Salarial Profissional Nacional - para todos os profissionais da Educação;

30. Lutar pela manutenção do direito irrestrito

de greve e respeito total à organização dos trabalhadores;

31. Implementar e aprofundar o trabalho de base e a organização nos locais de trabalho;

32. Democratizar as relações de trabalho no serviço público e no local de trabalho, aprofundando a discussão do assédio moral e pressionando para que a punição de tal prática seja regulamentada em lei estadual;

33. Priorizar o trabalho de prevenção de acidentes e doenças do trabalho e a implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, fazendo a devida pressão junto ao governo para que assuma sua responsabilidade em relação a estes projetos;

34. Garantir mobilizações constantes para a ampliação de direitos para os/as trabalhadores/as;

35. Defender a construção e consolidação de um Sistema Nacional de Educação Pública na perspectiva dos/as trabalhadores/as;

36. Garantir a Educação pública, gratuita e de qualidade para as crianças, jovens, adultos, idosos e deficientes, proporcionada pelo Estado, aparelhando as unidades escolares, adequando-lhes os espaços e pessoal devidamente qualificados, em todos os sistemas públicos de Educação e em todos os níveis e modalidades de ensino;

37. Lutar contra a precarização de contratos de trabalho CLT, ParanaEducação, PSS etc., garantindo a totalidade de seus direitos e a isonomia de salários e demais benefícios, como dos trabalhadores/as da Educação concursados, enquanto todo o quadro funcional do Estado não for totalmente preenchido pelos concursos, o que é imprescindível e prioritário;

38. Manter o sistema de rateio solidário de despesas de transporte para assembleias, atos públicos e congressos estaduais entre todos os núcleos sindicais da APP-Sindicato;

39. Constituir, democraticamente, com legitimidade e funcionalidade os Conselhos Escolares como órgão máximo de discussão e deliberação da gestão escolar;

40. Desenvolver política de assessoramento e apoio aos trabalhadores em Educação municipais e estadual, principalmente no que diz respeito ao investimento e fiscalização do Fundeb. Propiciar debates sobre a composição e o papel dos Conselhos do Fundeb sob a ótica do controle social;

41. Defender o engajamento na proposição do

Projeto Político-Pedagógico envolvendo a escola com a comunidade. Garantir a gestão escolar democrática e da eleição direta para diretores;

42. Defender o direito e apoio à livre organização dos estudantes, nos diferentes níveis e modalidades, por meio de entidades representativas e autônomas. Incentivar sua participação como representação do segmento estudantil nos conselhos escolares, bem como nas demais instâncias decisórias;

43. Defender as políticas e atuar no Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, Fórum Paranaense de Educação de Jovens e Adultos, Fórum dos Servidores Públicos e Fórum Permanente de Acompanhamento e Fiscalização do Fundeb;

44. Lutar pela garantia de ampliação do chamado “porte das escolas” sem redução dos trabalhadores em Educação, ao contrário, luta constante para o aumento desses profissionais para um melhor atendimento e qualidade da Educação, assim como pela preservação da saúde dos profissionais;

45. Assegurar o direito de término do ano letivo ao aluno da primeira à última série, independente da ocorrência de redução do número de alunos matriculados no decorrer do período letivo;

46. Lutar pela garantia de limite máximo de alunos em sala de aula, sendo até 20 na 1ª série, até 25 de 2ª a 4ª séries, até 30 de 5ª a 8ª séries e até 35 no Ensino Médio, através do projeto de lei da Deputada Luciana Rafagnin (PT-PR) em tramitação na Assembleia Legislativa. Este número deve ser compatível com o espaço físico e com as condições de segurança de cada escola e cada sala de aula;

47. Engajar cada vez mais os funcionários das escolas no debate e construção do processo pedagógico e da gestão escolar. Cobrar da SEED a participação efetiva de todos os funcionários e funcionárias de escola na semana pedagógica e nas demais atividades de formação e capacitação organizadas pela Secretaria da Educação;

48. Consolidar na sede da APP-Sindicato e nos núcleos sindicais coletivos e/ou grupos de estudos sobre os assuntos educacionais, formação política, étnicas e de gênero, aposentados, funcionários, saúde, deficientes e outros, intensificando o debate com todos os demais educadores e com a comunidade escolar;

49. Intensificar debates e formação a fim de garantir a implementação da Lei Nº. 10639/03, que trata da inserção da temática “Cultura Afro-brasileira e

História da África,” nos currículos escolares;

50. Defender o ingresso na carreira através de concurso público de provas e títulos;

48. Instituir comissão que debata e regulamente o PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional), levando em consideração uma política de formação continuada que dê condições de todos/as Educadores/as chegarem ao final da carreira;

51. Fiscalizar e cobrar a aplicação da Emenda Constitucional nº 21 que amplia de 25% para 30% a destinação de recursos oriundos da receita decorrentes de impostos para a Educação paranaense;

52. Lutar para garantir aposentadoria para os/as educadores/as com doenças graves e invalidez;

53. Lutar pela Universalização e oferta da EJA nas escolas da Rede Pública de forma gratuita e mantida pelo Poder Público, com limitação da idade de 18 anos para o ingresso;

54. Defender a Educação do campo, a Educação indígena e quilombola, entendendo o direito a uma Educação plena;

55. Manter o debate sobre a questão da violência e da indisciplina nas escolas, buscando uma maior compreensão sobre as causas desta violência, sobre a política de progressiva criminalização da pobreza e sobre a produção de uma “cultura do medo”. Apontar as possibilidades de ação no âmbito da comunidade escolar com políticas públicas mantidas pelo estado, buscando construir novas e democráticas relações no chão da escola;

56. Lutar pela garantia de capacitação dos/as trabalhadores/as que atuam em escolas onde tenham alunos com deficiência auditivas, visuais, motoras, etc, assegurando cursos de capacitação em Libras, Braille, dentre outros acessíveis a todos que atuam em escolas que apresentem estas necessidades especiais;

57. Lutar por um maior envolvimento dos segmentos sociais na orientação e na Educação das crianças e adolescentes no tocante aos valores humanos, tais como: respeito, disciplina, companheirismo, solidariedade, etc, discutindo mais profundamente o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente);

58. Defender a implementação da Escola Integral para o Ensino Fundamental, onde sejam garantidas atividades diferenciadas, de caráter cultural (teatro, música, dança, línguas etc.), com profissionais qualificados e remunerados;

59. Avançar no debate do Ensino fundamental de 9 anos, na perspectiva de pensar uma nova orga-

nização curricular e pedagógica da escola, centrada no processo de ensino e de aprendizagem, considerando as concepções de mundo, de homem e mulher, de cultura, de Educação, de sociedade, de poder, enfim, de vida que desejamos;

60. Lutar pela extensão dos benefícios do cargo de Professor/a para os ocupantes da função de Pedagoga/o, como a hora-aula e a aplicação da Lei N.º 11.301/06, que trata da aposentadoria especial para professores/as, diretores/as e pedagogas/os;

61. Lutar incessantemente pela consolidação das propostas da Pauta de Reivindicação:

## PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

311

01. Equiparação dos salários dos professor/as com os agentes profissionais

O salário de ingresso de um professor/a com dois padrões é de R\$1.030, além do auxílio transporte de R\$300. Um agente profissional, que também precisa ter formação em curso superior, recebe o piso de R\$2.088 pela jornada de 40 horas. Para que ambos tenham salários equivalentes, é necessário incorporar o auxílio transporte e reajustar os salários do magistério em 56,94%. Esta distorção pode ser resolvida com o Projeto de Lei N.º 149/06 que tramita na Assembléia Legislativa propondo a incorporação do auxílio transporte e reajustes de 28,47% em junho e 22,16% em dezembro. O projeto sofreu veto do governador do Estado e foi mantido pela Assembléia Legislativa.

02. Aprovação e implementação do Plano de Carreira dos funcionários/as

O Plano de Carreira dos funcionários/as das Escolas foi uma promessa não cumprida pelo governo. Uma comissão paritária entre a APP-Sindicato e a Secretaria da Educação foi formada para negociar o anteprojeto. Concluído o debate, o projeto foi levado pelo sindicato no Palácio Iguazu. Diante da omissão do governo, o sindicato apresentou a proposta à Assembléia Legislativa, onde tramita como Projeto de Lei N.º 150/06. O projeto sofreu veto do Governador do Estado e ainda não retornou à Assembléia Legislativa.

03. Regularização e regulamentação de itens do

Plano de Carreira dos professor/as

O PDE precisa de nova regulamentação, por meio de lei negociada com a APP-Sindicato e que possibilite o acesso universal do/a professor/a ao nível III da carreira. Outros itens que precisam de regulamentação são a licença para estudos e pós-graduação. O pagamento da promoção a partir do momento em que o/a professor/a apresenta o diploma de conclusão precisa ser respeitado.

04. Aumento do valor e da abrangência do auxílio-alimentação

O valor de R\$50 de auxílio alimentação para os/as funcionários/as é absurdo. Não paga dez almoços. Precisamos que seja reajustado para pelo menos R\$150. Sua abrangência deve ser ampliada a todos/as os/as servidores/as que recebem até 10 salários mínimos.

05. Regularização do Auxílio transporte

O hábito do governo de atrasar o pagamento do vale-transporte tem causado transtorno aos funcionário/a de escola. Para ir ao trabalho, estes pagam as passagens de ônibus em dinheiro do próprio bolso. Como em muitos casos, a exemplo de Curitiba, o vale é pago com créditos no cartão transporte, depois de muito tempo o/a funcionário/a fica com cartão lotado de créditos sem ter onde utilizá-los e sem poder vender para restituir o que gastou. Sua abrangência também precisa ser ampliada a todos/as.

06. Implementação do cargo de 40 horas

Esta reivindicação foi amplamente debatida e negociada com a Seed. É promessa do governo e até o momento não foi implantada.

07. Concursos públicos que supram todas as necessidades reais das escolas

O governo realizou concurso para os funcionários/as de serviços gerais. É preciso que sejam supridas todas as necessidades das escolas. Também são necessários novos concursos para professor/a, pedagogas/os e funcionários/as administrativos, pois o número de trabalhadores/as é insuficiente.

08. Ampliação da hora-atividade

Nossa reivindicação histórica para a hora-atividade é de 50%. Queremos sua ampliação imediata para 30% e assim progressivamente. A hora-atividade

tem que ser aplicada conforme a Lei N°. 103/04, a todos/as os/as professores/as da rede, ou seja, para todos/as os/as professores/as da Educação especial e do ensino de 1ª a 4ª séries.

#### 09. Direitos trabalhistas aos contratados pelo PSS

A APP-Sindicato está propondo uma nova lei para o Processo Simplificado de Seleção (PSS), que estabeleça restrições para que o governo não o utilize indiscriminadamente. Na forma da Lei 108/05, só os trabalhadores/as sofrem restrições, recebendo menos que os servidores estatutários e com a proibição de novo contrato antes de 24 meses. Isto tem que acabar. Só pode ser permitida a utilização do PSS em casos de extrema urgência, de forma transitória, até a realização de concurso público para essas vagas.

#### 10. Pagamento dos valores em atraso do enquadramento dos/as funcionários/as de escolas

O governo atrasou a implantação das promoções e progressões nas carreiras dos/as funcionários/as das escolas. Por alguns meses, estes deixaram de receber seus direitos e os valores que deixaram de ser pagos precisam ser ressarcidos.

#### 11. Parana Previdência pública e democratizada

Queremos que a Parana Previdência deixe de ser um ente privado, tornando-se público. É preciso também que sua gestão seja democratizada, com a participação paritária entre Estado e os servidores em todos os organismos de direção e fiscalização

#### 12. Garantia de formação continuada para professores/as e funcionários/as por meio de universidades públicas

Viabilizar programas de formação continuada de professor/a e funcionário/a com as universidades públicas do Paraná. Estes programas devem atingir a organização da escola e prever tempo para debates e para fazer a reflexão permanente nas escolas sobre os métodos de ensino-aprendizagem dentro da jornada de trabalho.

#### 13. Implementação dos cursos de profissionalização de funcionário/as

É preciso ampliar o Profuncionário e implantar na rede pública estadual os cursos profissionalizantes para agentes de Educação, atendendo as necessi-

dades da área profissional 21, que reconhece a função educativa dos funcionários/as das escolas.

#### 14. Atendimento de qualidade a saúde no modelo IPE-Saúde

O governador Requião prometeu adotar o modelo IPE-Saúde no atendimento à saúde dos servidores públicos. O atual Serviço de Atendimento à Saúde (SAS) não atende às necessidades dos servidores públicos e é um grande ralo público. O governo repassa um valor fixo aos hospitais privados independente do servidor utilizar o serviço ou não. Para o hospital, compensa receber o dinheiro e evitar o atendimento. O pagamento deve ser feito por serviço prestado.

#### 15. Implementação da lei que fixa o número máximo de alunos/as por turma

O projeto que limita o número de alunos/as por sala de aula foi vetado duas vezes pelo governador. Proposto pela APP-Sindicato e apresentado pela deputada Luciana Rafagnin (PT), o projeto propõe como limites máximos 20 alunos/as por sala no Ensino Infantil e 1ª série; 25 alunos/as nas turmas da 2ª a 4ª séries; 30 alunos/as da 5ª a 8ª séries; e 35 alunos/as no Ensino Médio. Estabelece prazo de três anos para ser implementado. Esta meta é viável, pois, segundo a Seed, a média de alunos por turma no Paraná é de 31,78 no ensino fundamental e 33,77 no Ensino Médio.

#### 16. Avanço para o nível II de todos os /as aposentados/as que estavam no PE-5 em 25 de abril de 1996

É direito dos/as aposentados/as que estavam no último nível da carreira que sejam enquadrados no nível correspondente quando ocorre mudança de tabela. A APP-Sindicato tem ganho todas as ações que pleiteiam estes reenquadramentos. Se a Justiça reconhece, queremos que o governo implemente este direito imediatamente a todos e não permaneça aguardando as demais decisões.

#### 17. Enquadramento correto dos/as funcionários/as de escolas aposentados/as

Os/as funcionários/as de escolas estatutários que estavam aposentados em 2002 foram enquadrados de maneira errada na criação do QPPE. Quem estava no último nível da carreira, deve ser enquadrado no último nível, na mudança de tabela. A Lei 15.044/06

propôs correção desta injustiça, mas fez de maneira parcial.

18. Implantação de avanço para os professores/as que concluíram especialização

O governo deve implantar as promoções para professor/as/aes que realizaram especializações em faculdades reconhecidas pelo MEC. A Justiça está determinando os avanços para os professores/as que concluíram especialização em Jaboticabal, Batatais, Assis e outros. O pagamento deve ser feito de forma retroativa.

19. Respeito ao direito à aulas extraordinárias para os/as educadores/as em licença médica ou licença-maternidade

Professores/as que costumeiramente já têm aulas extraordinárias não podem ser preteridos na distribuição de aulas se estiverem em licença médica ou licença-maternidade. Ao sair da licença eles têm o direito de assumir sua jornada de trabalho completa.

20. Revogação da instrução 01/04, que obriga o professor/a a repor o dia de trabalho quando se afasta até três dias para tratamento de saúde

As leis complementares N°.100/03 e N°.103/04, o Estatuto dos funcionários/as Públicos e as Constituições Estadual e Federal garantem que nenhum servidor tenha que repor dia de trabalho, se tiver se afastado por atestado médico. A APP-Sindicato já ganhou na Justiça ação de professor/a que levou falta por se recusar a repor. É um direito.

21. Efetivação de professores/as com deficiência aprovados no concurso de 2004

A perícia médica vetou a contratação de professor/a com deficiência. Alegou que estes não optaram pela cota que assegura 5% das vagas. A cota é instrumento para assegurar o mínimo de vagas, não o máximo. Alguns dos aprovados no concurso foram efetivados, mas como o Estado impôs dificuldades para as contratações, eles assumiram seus cargos mais tarde, sendo prejudicados na carreira. É preciso corrigir esta discriminação, assegurando a esses professores/as os mesmos direitos de quem passou no mesmo concurso.

22. Implementação da hora-aula para professor/a, pedagogas/os, como estabelece o Plano de Carreira dos professores/as

Professores/as e professoras/es-pedagogas/os fazem parte do mesmo Quadro de Carreira e têm os mesmos direitos à aposentadoria especial, férias, e cumprimento da hora-aula. Portanto, professoras/es-pedagogas/os não podem ser discriminados na jornada de trabalho.

23. Assegurar os direitos aos /às professores/as readaptados/os

Professores/as readaptados/as de função por questões de saúde devem manter os mesmos direitos e vantagens salariais de quando eram regentes de classe, incluindo os valores referentes às aulas extraordinárias. A APP-Sindicato aprovou a Lei N°. 12/06 que garante esses direitos que deve ser aplicada pelo governo.

24. Revogação da Resolução N°. 11/06

A Resolução N°. 11/06 dificulta a inclusão das gratificações de direção, de período noturno e as aulas extraordinárias na aposentadoria. É preciso aplicar o que prevê o Plano de Carreira e a legislação que trata da aposentadoria.

# POLÍTICAS PERMANENTES

## POLÍTICAS PÚBLICAS PARA APOSENTADAS/OS E IDOSAS/OS:

01

O momento atual exige tomada de consciência e uma ação mais incisiva frente a realidade que nos incomoda devido ao ataque e descaso dos governos em taxar os/as aposentados/as, culpabilizando-os/as pelo peso na folha de pagamento.

02

Os/as aposentados/as que serviram à comunidade escolar durante toda a sua vida vivem o risco de se aposentar com um salário achatado ou diferenciado com os/as da ativa.

03

A APP-SINDICATO desenvolve um papel fundamental através de seu coletivo e sua militância ao apresentar as bandeiras legítimas de igualdade e paridade entre aqueles/as que se aposentaram e os/as da ativa.

04

O Coletivo Estadual de Aposentados/as promove, assessora e acompanha os Coletivos Regionais de Aposentados/as com atividades para mobilizar e conscientizar cada vez mais este segmento e incluí-los/as na pauta sindical. Necessita de um amplo debate e um Encontro Estadual para aprofundar as discussões sobre suas necessidades específicas e divergências de pauta.

05

O Brasil está deixando de ser um país jovem e se transformando em um país de idosos/as, em função do crescimento da faixa etária acima de 60 anos. Estu-

dos realizados apresentam projeções de crescimento da população de idosos/as. Torna-se necessário que saíamos do campo das preocupações para uma ação mais efetiva na defesa dos direitos e a conquista de políticas públicas que venham atender aos/as aposentados/as e idosos/as.

06

Cabe à APP-SINDICATO, através de sua Secretaria de Aposentados desenvolver um trabalho de formação objetivando divulgar os direitos dessa parcela significativa da população, cobrando do poder público um espaço na mídia para a realização de um trabalho educativo sobre o processo de envelhecimento. Discriminar, desdenhar, promover qualquer forma de humilhação aos idosos/as é crime. O processo de envelhecimento deve ser tratado à luz dos direitos fundamentais da pessoa humana, criando laços de solidariedade entre as gerações. É preciso repensar a cidade, a economia e a política para garantir a inclusão social de toda a população numa perspectiva socialista. Urge ampliarmos a luta, buscando a organização e o fortalecimento dos/as aposentados/as e idosos/as na conquista de seus direitos e no resgate de um tratamento sem discriminação.

07

É necessário que Secretaria Estadual de Aposentados implemente um programa de formação junto às Secretarias de Aposentados Regionais, visando a apropriação do conhecimento do processo de envelhecimento, dos direitos contidos no Estatuto do Idoso e no acompanhamento da constituição dos Conselhos de Idosos/as nos municípios.

## LUTA E ORGANIZAÇÃO DOS/AS TRABALHADORES/AS APOSENTADOS/AS:

08

As perdas com a aplicação das políticas neoliberais, no caso de trabalhadores/as aposentados/as, se configuram em salários sem reajuste, na falta de extensão de benefícios e na taxaçoão previdenciária, entre outros ataques. Os/as idosos/as carecem de políticas públicas específicas, tais como saúde, lazer, educação, convívio, dentre outros, que possam suprir suas necessidades. Na plenitude de seus conhecimentos, o/a aposentado/a é descartado/a, desconsiderado/a, sem políticas públicas específicas. Sem investimentos dos governos na área social, o Estatuto do Idoso, aprovado pelo atual governo federal, torna-se letra morta.

09

É necessário que sejam oferecidas alternativas de ação sindical, valorizadas a participação e a experiência do/a aposentado/a. Deve ser encontrada a melhor maneira de unificar as lutas com os/as trabalhadores/as da ativa. Deve-se fazer um trabalho sistemático de formação específica, a fim de fomentar o debate político e a consciência de classe, norteando a progressão dos trabalhos e secretarias regionais de aposentados/as.

10

É necessário que a APP-SINDICATO desenvolva campanhas pelo direito à saúde pública com assistência integral do/a idoso/a e do/a aposentado/a.

## COLETIVO ESTADUAL DE APOSENTADOS/AS:

11

Os trabalhadores em educação da rede pública estadual de educação, organizados através da Secretaria Estadual de Aposentados, aponta como eixos a ampliação da organização de base, integração dos/as

trabalhadores/as em educação aposentados/as nas lutas gerais e a Política Nacional do/a Idoso/a Aposentado/a buscando assegurar direitos, lutando por novas conquistas, e formação e intercâmbio permanente de informações aos/as aposentados/as, priorizando as seguintes ações:

1 - Ampliar a participação de todos os aposentados em mobilizações, lutas e instâncias da APP.

2 - Realizar uma Campanha Estadual contra a política de abono/gratificações, fortalecendo a luta pelo Piso Salarial Profissional Nacional incluindo os/as aposentados/as, além de garantir ações concretas na busca da garantia da paridade com integralidade.

3 - Lutar por uma política de saúde pública de qualidade para todos/as os/as trabalhadores/as, com assistência integral à saúde dos/as idosos/as e dos/as aposentados/as, com gestão paritária.

4 - Realizar atividades que busquem a garantia da implementação do Estatuto do Idoso e cobrar das autoridades competentes a ampliação da Política Nacional do Idoso.

5 - Lutar contra o retorno da contribuição previdenciária dos/as aposentados/as.

6 - Realizar formação sistemática e específica para aposentados/as, a fim de fomentar o debate político e a consciência de classe, norteando a progressão dos trabalhadores nos coletivos regionais e secretarias de aposentados, valorizando sua experiência e participação.

7 - Cobrar da SEED o cuidado na seleção e edição do livro didático, em especial no tocante as formas discriminatórias dos/as aposentados/as e idosos/as.

8 - Lutar contra todas as formas de discriminação com relação aos/as aposentados/as e idosos/as.

9 - Garantir nas publicações da APP matérias referentes aos/as aposentados/as e idosos/as.

10 - Realizar o Encontro Estadual de Aposentados/as nos anos pares e os Encontros Macro-regionais de Aposentados/as nos anos ímpares.

11 - Realizar semestralmente o Encontro do Coletivo Estadual de Aposentados/as.

12 - Promover intercâmbio permanente entre os Coletivos de Aposentados/as dos Núcleos Sindicais.

# Contra a opressão de Gênero e a Exploração de Classe

*A autoridade [por eduardo galeano]*

*Em épocas remotas, as mulheres se sentavam na proa das canoas  
e os homens na popa.  
As mulheres caçavam e pescavam.  
Elas saíam das aldeias e voltavam quando podiam ou queriam.  
Os homens montavam as choças, preparavam a comida,  
mantinham acesas as fogueiras contra o frio,  
cuidavam dos filhos e curtiam as peles de abrigo.  
Assim era a vida entre os índios onas e os yaganes, na Terra do Fogo,  
até que um dia os homens mataram todas as mulheres  
e puseram as máscaras que as mulheres tinham inventado para aterrorizá-los.  
Somente as meninas recém-nascidas se salvaram do extermínio.  
Enquanto elas cresciam,  
os assassinos lhes diziam e repetiam que servir aos homens era seu destino.  
Elas acreditaram.  
Também acreditaram suas filhas  
e as filhas de suas filhas.*

01

As mulheres do Brasil são as principais vítimas da pobreza, do salário mínimo de fome; da ausência de políticas públicas, tais como saúde, educação e moradia. Constituem a maioria dos/as desempregados/as; ocupam o mercado de trabalho em maior número nas últimas décadas, empurradas principalmente pelo desemprego dos companheiros e filhos, como mão-de-obra mais barata, mais facilmente adaptável à flexibilização sem a garantia de direitos essenciais, tais como creche, auxílio maternidade, etc. Geralmente, encontram-se em profissões “guetizadas”, discriminadas salarialmente e desvalorizadas socialmente, como o serviço doméstico, a educação, a saúde, etc.

02

Isto podemos comprovar nos dados de diversas fontes:

a) IBGE - 94,8% do ensino pré-escolar do Brasil é exercido por mulheres; no ensino fundamental, 92,6%, ao passo que no ensino superior somos mino-

ria: 40,8%.

b) Organização de Cooperação para o Desenvolvimento – OCDE/03: a professora constitui 83,1% da força de trabalho em educação.

03

A pesquisa Retrato da Escola 03, feita pela CNTE também revelou a predominância feminina na educação brasileira.

04

A maior participação da mulher num ou noutro nível de ensino está fortemente vinculada ao valor salarial e ao prestígio social, apesar da guetização atingir toda categoria. O sistema educacional continua sendo um nicho para as mulheres no mercado de trabalho, com salários cada vez mais arroxados. Por isso, a discussão de gênero deve se pautar nas relações de classe, gênero e etnia.

05

No Paraná, esta situação se exemplifica no fato de que as professoras e os professores trabalhadores

têm salário menor (56,94%) em relação às/aos servidores/as de outras secretarias em início de carreira para uma mesma exigência de formação. Com base nisso a APP-Sindicato lançou no Dia Internacional da Mulher - 08 de março de 2006 - a Campanha pela Equiparação Salarial.

06

Em relação às funcionárias das escolas o que afirmamos fica ainda mais explícito: o percentual de mulheres nos chamados serviços gerais e administrativos das escolas – merendeiras, trabalhadoras da limpeza, da biblioteca e secretaria – é muito maior na relação professor/professora, não são reconhecidas como educadoras pelo governo e sociedade por desenvolverem um trabalho análogo ao trabalho doméstico. Atuam sem formação profissional, não há na Educação o Plano de Carreira, demorou 25 anos para que tivesse concurso público. Nesse período as contratações eram feitas de forma precária.

07

As mulheres devem lutar não apenas contra a opressão patriarcal reivindicando igualdade entre os sexos, combatendo o sexismo, exigindo espaço social e político. Mas fundamentalmente combatendo o capitalismo que sobrevive e reproduz a fome e a pobreza de mais da metade da população mundial, reproduz a opressão, o racismo, o machismo, a homofobia e lesbofobia, a xenofobia e tantas outras formas de intolerância, no intuito de dividir para reinar.

08

Ao fazermos um corte étnico veremos que as mulheres negras são a parcela mais discriminada da população brasileira, estando nos setores mais precarizados, com os piores salários e ganhando a metade do que ganha uma mulher branca.

09

De forma geral os/as profissionais da educação enfrentam os problemas postos para toda a classe trabalhadora: não há política de creches, obrigando-os/as a delegar a terceiros, através de “jeitinhos domésticos”, os cuidados com seus filhos e filhas. Há ainda a violência que muitas sofrem no ambiente de trabalho, inclusive os casos de assédio moral e sexual.

10

Temos que pensar/praticar a educação associada à questão de gênero. Embora educadoras e educadores digam que não façam distinção entre os gêneros, as relações de poder, e neste caso o poder masculino, perpassam e são reproduzidos em toda a organização do trabalho pedagógico e na estrutura da escola. Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagens, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, lugares das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores e reprodutores.

11

A violência é um dos maiores problemas enfrentado pelas mulheres brasileiras, fruto de condições sociais, econômicas e culturais profundamente desiguais, de corrupção e de uma tradição de impunidade. Apesar dos avanços na legislação de proteção aos direitos humanos, os índices permanecem elevados e alguns deles cresceram na última década.

12

Pesquisa da Fundação Perseu Abramo junto a 2.500 mulheres - “A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado/2001” - revelou que uma em cada cinco mulheres declara ter sofrido algum tipo de violência perpetrada por alguém do sexo masculino. Outra pesquisa, publicada em 2004, pela mesma Fundação, demonstra que não houve redução deste índice, ao contrário. A análise dos dados apresentados indica que não há flutuação significativa na porcentagem de mulheres que já sofreram algum tipo de violência, considerando a renda familiar mensal, local de residência ou escolaridade das vítimas, permanecendo em torno de 40% das mulheres entrevistadas. Cabe ressaltar ainda que grande parte das agressões (acima de 50%, chegando a 70% em alguns casos) partem dos companheiros e maridos das mulheres que sofrem a violência.

13

A aprovação da Lei Maria da Penha - Lei N.º 11.340/06 - é uma conquista do movimento e uma resposta para a situação de violência, reconhecendo que é importante ter políticas específicas que façam realmente o seu enfrentamento.

14

É preciso que sejam criados os Juizados Especiais da Violência Doméstica e Familiar contra a mulher em todas as Comarcas. É necessário criar e/ou melhorar o atendimento nas Delegacias da Mulher; que sejam criadas as Casas Abrigo e os Centros de Referência. Os municípios devem efetivar a adesão ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres definido na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em agosto de 2007. Fundamental que se construa em cada município uma rede de atendimento às mulheres em situação de violência reunindo todos os órgãos e equipamentos públicos em conjunto com o movimento social e de mulheres.

15

Outro tema importante que precisamos discutir é o aborto. Segundo dados do Ministério da Saúde, o abortamento é um grave problema de saúde pública brasileira. Estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS) apontam que, no Brasil, 31% dos casos de gravidez terminam em aborto, sendo que, anualmente, ocorrem aproximadamente 1 milhão de abortamentos espontâneos e inseguros, com uma taxa de 3,7 abortos para 100 mulheres de 15 a 49 anos. Vale destacar que estes números consideram os abortos por razões médicas e legais, ou seja, aqueles permitidos pela Artigo 128 do Código Penal Brasileiro, que tratam de risco de morte para a mulher e de gravidez resultante de estupro. A gravidade da situação do abortamento se reflete no Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2006, 230 mil internações foram motivadas por curetagens pós-aborto, correspondentes aos casos de complicações decorrentes de abortamentos espontâneos e inseguros, ao custo de aproximadamente 33 milhões de reais.

16

Mesmo sendo considerado um crime pelas leis brasileiras, e condenado pelas religiões, o aborto é praticado no Brasil. As mulheres que podem pagar correm menos riscos, mas as mulheres pobres precisam utilizar meios inseguros que ameaçam a sua saúde e vida. São as mulheres pobres, negras e jovens as mais atingidas, enfrentando risco duplo: as penas da lei e as seqüelas graves e/ou a morte. No Brasil, o aborto é a quarta causa de morte de mulheres gestantes.

17

A maioria das mulheres vivencia o aborto em situação de solidão e sofrimento emocional porque não tem apoio do parceiro e da família na gravidez, não tem condições econômicas para criar seus filhos, ou, ainda, porque foram estupradas, correm risco de morte ou estão grávidas de fetos que não sobreviverão. Além disso, são criminalizadas e demoram a buscar assistência de saúde por terem medo de ser punidas e maltratadas.

18

A história da criminalização do aborto caminha junto com a opressão das mulheres, que são tratadas de forma desigual na sociedade e não têm direito de decidir sobre sua vida, e é mais uma das formas de controlar seu corpo e sua sexualidade. Ser mãe não pode ser uma obrigação. Precisa ser uma decisão da mulher, implica em muitas mudanças no aspecto físico e emocional, no projeto de vida naquele momento. Uma gravidez não pode ser uma imposição ou castigo. A legalização do aborto significa respeitar a autonomia das mulheres sobre o seu corpo, e proteger a vida das mais de 200 mil mulheres que sofrem algum tipo de mutilação, vítimas de atendimentos e práticas feitas na clandestinidade. A hipocrisia da sociedade brasileira tem custado a vida e a saúde de milhares de mulheres. Isso tem que mudar.

19

O movimento de mulheres luta para que o aborto deixe de ser crime e possa ser feito nos hospitais públicos, com toda segurança e respeito e que todas e todos possam ter acesso aos meios de evitar a gravidez, com orientação sexual na escola: meninos desde cedo devem aprender que evitar gravidez é também responsabilidade dos homens e que os/as adolescentes aprendam a viver sua sexualidade sem imposições, com prazer e responsabilidade.

20

Em nosso país a maioria das mulheres sequer conhece todos os métodos anticoncepcionais, muitas vezes não tem dinheiro para comprar ou ainda não tem como negociar com o companheiro o uso de preservativos.

21

A Comissão Tripartite composta por repre-

sentantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Organizações da Sociedade Civil, como o Movimento de Mulheres, recomendada pela I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004, foi criada para rever a legislação punitiva em relação ao aborto. A Comissão encerrou seus trabalhos, tendo como produto final um projeto de lei que deve ser enviado ao Congresso, tarefa que cabe ao Executivo, segundo as participantes da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2007.

22

Por tudo isto, a APP-Sindicato organiza o Coletivo Estadual de Gênero e Classe, que se justifica pelas questões de preconceito e pela desvalorização profissional existente em uma categoria composta majoritariamente (mais de 80%) por mulheres.

23

O Coletivo de Gênero e Classe é um espaço formulador de políticas para a APP-Sindicato. Temas como o enfrentamento à violência sexista e o empoderamento das mulheres foram destaque no último período. Em conjunto com mulheres de outras categorias e movimentos populares, o Coletivo organizou ações importantes como debates, conferências, audiências e atos públicos. Por iniciativa de professoras e funcionárias tivemos atuação definidora na formação de diversos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres.

24

O Sindicato integra e apóia a Marcha Mundial das Mulheres como possibilidade de reforçar na categoria debates permanentes sobre a questão de gênero e as lutas contra os principais fatores que assolam as mulheres no mundo todo: a miséria e a pobreza. As ações da Marcha encaminhadas pedagogicamente ampliam as denúncias históricas das mulheres contra a opressão, a qual somos submetidas pelo fato de sermos mulheres, para que a dominação, a exploração, o egoísmo e a busca desenfreada pelo lucro, que trazem injustiças, guerras e violências, tenham fim. Além disso, organiza e integra trabalhadoras e trabalhadores da escola nas lutas gerais das mulheres.

25

Para o enfrentamento à opressão e exploração que as mulheres sofrem, PROPOMOS:

1. potencializar a escola como espaço de transformação, rompendo com a lógica da reprodução capitalista e patriarcal e dos valores por ela impostos e reproduzidos, como o de uma educação sexista, racista e elitista;

2. que o Projeto Político-Pedagógico da Escola – PPP - tenha como pressuposto básico a ruptura com padrões conservadores, machistas, misóginos, sexistas, racistas, heterossexistas e elitistas, contra o patriarcado, o racismo e o capitalismo, explicitando o que será feito na escola para dar conta destas superações: no regimento da escola, na organização do trabalho pedagógico, na gestão da escola, na organização do espaço escolar e na construção curricular;

3. lutar para incluir no PPP palestras, debates e materiais didáticos sobre o feminismo nas áreas do conhecimento. Que o PPP contemple a História das mulheres e suas lutas, a necessidade do respeito e o reconhecimento do seu valor na sociedade;

4. dar visibilidade às lutas das mulheres na história, através de materiais específicos sobre suas lutas no combate à pobreza, às injustiças sociais e pela participação política nos espaços de poder, das representações de gênero e de suas lutas específicas, no passado e no presente. Dar ênfase à divulgação das lutas das mulheres latino-americanas;

5. criação de fóruns infanto-juvenis para trabalharem questões de gênero a fim de valorizarem a mulher dentro e fora da escola; possibilitando aos alunos e alunas a participação nos debates;

6. trabalhar nas escolas temas relacionados à saúde, aos direitos reprodutivos, à autonomia das mulheres sobre seus corpos, à mercantilização do corpo das mulheres, à sexualidade, à violência e toda discriminação, procurando refletir e propor formas de resistência e superação;

7. criar mecanismos para que a divisão de tarefas na escola não seja realizada com base na cultura historicamente construída de que a limpeza, a alimentação e os cuidados com alunos e alunas são tarefas exclusivamente femininas;

8. denunciar a discriminação e a segregação

que ocorrem nas escolas públicas estaduais quando da separação de turmas por sexo, por alunos/as indisciplinados/as, repetentes ou por condições de aprendizado, das filas de meninos e de meninas, etc.;

9. garantir, num programa de formação continuada realizado pela SEED, estudos sobre a natureza do trabalho contemplando os seguintes temas:

a) a dupla e tripla jornada de trabalho como uma experiência vivida por professoras, funcionárias e alunas, que não é contemplada nos livros didáticos utilizados;

b) a sobrecarga advinda da responsabilização das mulheres pelo trabalho de reprodução (parir, alimentar, vestir e cuidar de crianças e idosos/as), bem como manter a casa;

c) o significado histórico-político dos dados estatísticos que revelam que um terço dos lares brasileiros são chefiados por mulheres;

d) a luta das mulheres pela cidadania e a sua participação ativa na História;

e) inserir no calendário da semana pedagógica o tema Gênero na Educação;

f) realizar seminários, grupos de estudos, encontros e fóruns que contemplem a discussão de Gênero na Educação;

10. aprovar lei que puna administrativamente a prática do assédio moral no âmbito da administração pública, sabendo-se que tais práticas vitimizam principalmente as mulheres;

11. a garantia de que a produção de todo e qualquer material didático-pedagógico utilize a categoria gênero como instrumento de análise, e que não se utilize uma linguagem sexista e discriminatória quanto à raça/etnia e orientação sexual, bem como realizar constantemente a análise de livros didáticos e para-didáticos utilizados nas escolas – conteúdos e imagens dos materiais – para evitar todas as discriminações e, se necessário, que sejam reeditados;

12. lutar para que o 21 de junho – Dia Internacional da Educação Inclusiva e Não-Sexista, entre no calendário escolar, fazendo a reflexão com toda a comunidade através de debates, leitura de textos, proposição de atividades pedagógicas, filmes, etc;

13. que se garanta a incorporação, nas ativi-

dades pedagógicas, das ações propostas pelo Plano Nacional de Enfrentamento da Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres;

14. consolidar o Coletivo Estadual de Gênero e Classe, bem como a criação de Coletivos Regionais em todos os Núcleos Sindicais, garantindo-se as condições necessárias para tal, com encontros periódicos e ações que levem à construção do movimento feminista no Estado, orientado para as lutas das mulheres da classe trabalhadora, participando da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras da CUT e da Marcha Mundial das Mulheres, organizando grupos de trabalho e Coletivos de Gênero e Classe em todos os Núcleos Sindicais;

15. propor a criação de uma comissão composta pela APP-Sindicato e a Secretaria de Estado da Educação para em conjunto elaborar e acompanhar o desenvolvimento de uma proposta pedagógica que contemple a educação inclusiva e não-sexista em todas as escolas do Estado e para se organizar um amplo programa de formação continuada sobre o tema;

16. continuar efetuando publicações – Jornais 30 de Agosto Especiais, cadernos com subsídios para trabalhar o Dia 8 de Março e outras datas importantes;

17. protagonizar a luta pelo enfrentamento à violência sexista, divulgando a Lei nº 11.340 – Lei Maria da Penha - que coíbe a violência doméstica e familiar contra as mulheres, em todas as escolas, lutando pela sua plena efetivação, integrando e auxiliando na construção de Redes de Atenção às Mulheres em Situação de Violência, assumindo a luta por políticas públicas como casas abrigo e centros de referência;

18. realizar intercâmbio com IES públicas e organizações feministas, promovendo cursos de extensão universitária sobre gênero e feminismo para as/os trabalhadoras/es em Educação, que possibilitem o aprofundamento do estudo acerca da opressão, da exploração, proporcionando ações necessárias para a mudança da cultura que inferioriza as mulheres. Buscando fundamentação teórica com base em artigos, livros e reportagens;

19. proporcionar espaços para a integração das trabalhadoras em educação com a Marcha Mundial das Mulheres para troca de experiências e socialização dos estudos bem como participar de suas atividades, reforçando o movimento feminista nacional e internacional;

20. lutar pela aprovação da aposentadoria das donas de casa e inserir-se na defesa dos direitos das trabalhadoras domésticas;

21. propor e participar de atividades, junto com o movimento feminista e de mulheres, no sentido de assegurar os direitos sexuais e reprodutivos e a auto-

nomia das mulheres quanto ao seu corpo, com respeito às suas diversidades e especificidades;

22. participar da campanha pela revisão da legislação punitiva do aborto e pela garantia de assistência às mulheres que necessitem interromper a gravidez, como parte das ações do SUS;

23. realizar o combate à homofobia e lesbofobia.

## Relações Étnico-Raciais, Educação e Classe

01

Desde 1993, um grupo de educadores e educadoras, das várias regiões do Estado do Paraná, por meio do Coletivo Estadual da APP-Sindicato discute a necessidade da alteração da abordagem dada aos conteúdos relacionados à história e cultura dos negros na escola, a fim de contribuir com a construção de um país e um mundo pautado por relações sociais justas, igualitárias e livres de preconceitos.

02

Estes educadores têm refletido sobre a necessidade de superação de construções ideológicas presentes na escola e na sociedade de legitimação das desigualdades raciais e sociais presentes na sociedade brasileira. Em nosso país, a elite dominante produziu um conjunto de idéias com objetivo de justificar a escravidão e em seguida, a exclusão racial e social dos negros, a partir da constituição de novas relações sociais no país, pós-abolição. Construções ideológicas construídas também pela omissão de conteúdos históricos e culturais relativos à contribuição dos negros no processo civilizatório da humanidade, pre-

sentes ainda hoje no espaço escolar.

03

A educação pode trazer contribuições importantes para a superação do racismo presente na sociedade brasileira. Para tanto, é preciso perceber que o racismo é resultado de justificações e classificações ideológicas, com o objetivo de subjugação e exploração de força de trabalho. Constitui-se, enquanto forma de ideologia de dominação de uma classe sobre outra, dentro das relações de produção da vida material.

04

Para avançar na direção da constituição de relações sociais justas e igualitárias, a educação deve, necessariamente, desvelar as ideologias de dominação fundadoras da realidade brasileira. Assim, uma escola pública de qualidade, comprometida com os anseios dos trabalhadores deve ter como horizonte: o reconhecimento do problema racial como uma das formas de dominação de classe no Brasil; o respeito às origens históricas e manifestações culturais e religiosas

das etnias dos estudantes presentes no cotidiano escolar; o resgate da história de resistência dos povos historicamente discriminados na constituição da sociedade brasileira; a reflexão constante sobre o racismo no cotidiano escolar; a constituição de relações saudáveis entre negros e brancos repudiando todas as atitudes preconceituosas presentes no ambiente escolar.

05

E ainda: um ensino de história do Brasil que traga de forma crítica a participação de todas as etnias constituintes da sociedade brasileira; a superação dos estereótipos presentes especialmente em livros didáticos que levam a uma visão de inferioridade dos negros brasileiros; a história de resistência dos negros como constituintes da história de resistência do conjunto dos trabalhadores; um processo de formação continuada para professores e funcionários tendo em vista a necessidade de uma educação anti-racista e a valorização de todas as etnias presentes no ambiente escolar a fim de que os estudantes possam assumir com tranquilidade a sua identidade étnico-racial.

06

Neste sentido, o Coletivo Estadual e Regionais de Promoção da Igualdade Racial da APP-Sindicato tem priorizado em sua atuação a implementação da Lei N°. 10.639/03, do Parecer 03/04 do Conselho Nacional de Educação e da Deliberação N°. 04/06 do Conselho Estadual de Educação, que tratam da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar. A Lei N°. 10.639/03, sancionada pelo presidente Lula, em 09 de janeiro de 2003 alterou a LDB e tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira em todos os estabelecimentos de ensino da educação básica, nas redes públicas e particulares. A nova legislação incluiu também o dia 20 de novembro "Dia da Consciência Negra" no calendário escolar. Em março de 2004, o Conselho Nacional de Educação, através do Parecer N°. 03/04 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Em agosto de 2006, O Conselho Estadual aprovou através da Deliberação N°. 04/06 as Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações

Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

07

A reivindicação pela alteração da abordagem dada ao negro nos currículos escolares é uma antiga pauta dos movimentos sociais brasileiros, especialmente do movimento social negro. Já no processo constituinte da década de 80, militantes e educadores comprometidos com a temática reivindicavam a inclusão da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira no capítulo da Educação, na Constituição Brasileira. Esta reivindicação sempre esteve presente nas reflexões e atuação dos coletivos e nas deliberações dos Congressos da APP-Sindicato. É o que demonstra a citação abaixo extraída das RESOLUÇÕES DO VII CONGRESSO ESTADUAL DA APP-SINDICATO, realizado no ano de 1995, em Foz do Iguaçu:

"A construção da verdadeira história do povo negro no Brasil é uma árdua e gratificante tarefa para negros e brancos, para aqueles que se propõem a construí-la. Os (as) negros (as) têm uma caminhada de lutas e resistência, construindo uma das páginas mais dramáticas da nossa história. Objetivando combater a discriminação na escola e na sociedade, a APP-Sindicato insere como sua bandeira, a negritude. Reescreve a história do movimento sindical que sempre viu o trabalhador como massa hegemônica, integrada por homens e brancos, universalizando desta forma a suspeita democracia racial e de gênero"

08

Sendo assim, logo após a assinatura da Lei N°. 10639/03, o sindicato, através do Coletivo de Promoção da Igualdade Racial da APP-Sindicato realizou o II Encontro Estadual de Educadores e Educadoras no Combate ao Racismo, com o objetivo de debater a implementação da Lei N°. 10.639/03 na rede pública do Estado do Paraná. O Relatório do II Encontro traz uma série de propostas para a implementação da Lei. Ao todo são aprovadas oito reivindicações para o governo do Estado, entre elas, a necessidade da criação de uma Comissão Estadual composta por representantes do Coletivo da APP e por representantes da SEED para acompanhar a implementação da nova legislação.

## Propostas do Encontro:

09

a) Que a SEED crie uma Comissão estadual, composta pela própria Secretaria e pelo Coletivo Estadual da APP-Sindicato para acompanhar a implementação da Lei N°. 10.639;

b) Que a SEED inicie um programa de formação continuada para educadores do Paraná em relação ao Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, numa perspectiva crítica, superando o mito da democracia racial, desvelando o racismo presente nas relações sociais, que contemple as relações de gênero, etnia e classe, levando dessa forma a escola a contribuir na superação das desigualdades e de todas as formas de discriminação e opressão;

c) Que a SEED inclua na ficha de matrícula dos alunos e alunas o quesito cor;

d) Que seja aumentado o acervo de livros novos para as bibliotecas das escolas e o material didático específico sobre o negro do Paraná e sobre as relações raciais no Brasil;

e) Que haja incentivo e garantia de condições financeiras e pedagógicas para a inclusão nos currículos da rede estadual de ensino da História da África e dos Povos Negros e a História da População Negra no Brasil;

f) Que sejam criadas e desenvolvidas campanhas publicitárias de combate ao racismo e às discriminações de gênero nas práticas cotidianas escolares;

g) Que sejam utilizados na rede escolar somente livros didáticos que não reproduzam uma única visão cultural, mas que trabalhem a questão do pluriculturalismo, evidenciando de fato a participação de cada uma das etnias na formação econômica e social do Paraná e do Brasil;

h) Que no debate do Plano Estadual de Educação seja incluída a temática etnia, gênero e classe.

10

A Comissão reivindicada pela APP - Sindicato entrou em funcionamento no segundo semestre do ano de 2003, sendo oficializada, através Portaria N° 112/04 publicada em 19 de fevereiro de 2004. O Grupo de Trabalho é composto por 14 membros, sendo sete indicados pelo Coletivo Estadual da APP - Sin-

dicato e sete pela Secretaria de Estado da Educação. A partir daí iniciam-se algumas ações para a implementação da Lei no Estado do Paraná. Entre elas, a realização anual dos Simpósios de história e cultura afro-brasileira, em Faxinal do Céu, seminários de formação, aquisição de livros paradidáticos nas escolas e a confecção de dois cadernos temáticos sobre os conteúdos previstos na legislação. Na seqüência, o grupo de trabalho é ampliado com a participação de uma representante do movimento negro. Atualmente, a Comissão de Acompanhamento passa por um processo de remodelação.

11

No ano de 2005, o MEC iniciou a realização de Fóruns Estaduais da Diversidade para potencializar a implementação dos Artigos 26 e 27 da LDB (Lei 10639/03). No Paraná, o Fórum Estadual foi realizado de 27 a 29 de julho de 2005, em Curitiba. A APP foi uma das instituições organizadoras do evento. Como uma das deliberações do Fórum foi constituído pelas entidades presentes, o Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Estado do Paraná, composto por organizações do movimento social e poder público. O primeiro Encontro do Fórum aconteceu em Sarandi (09 à 11/12/05), o segundo em Piraquara (25 à 27/07/06). O terceiro em Marilena (09 à e 11/05/07). O quarto encontro aconteceu, de 24 a 26 de outubro deste ano, em Curitiba.

12

Além de acompanhar as ações desenvolvidas pelo governo, os Coletivos de Promoção da Igualdade Racial da APP- Sindicato têm realizado várias atividades em todo o Estado para a sensibilização de professores e funcionários para a importância do trabalho com os conteúdos ligados à questão étnico-racial. O rompimento de lacunas no ambiente escolar é fundamental para o combate ao racismo e as desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira. Segundo Marilena Chauí, "o silêncio ao ser falado, destrói o discurso que o silenciava".

13

Neste sentido, destaca-se a aprovação da Deliberação N°. 04/06 do Conselho Estadual de Educação do Paraná que instituiu mecanismos mais efetivos para a implementação da Lei N°. 10.639/03. Além de trazer a obrigatoriedade para os sistemas de ensino

de desenvolvimento de ações de formação continuada para os educadores, entre outras, a Deliberação normatizou a criação de equipes interdisciplinares nas escolas, nos núcleos de educação e nas secretarias de educação. Artigo 8º da Deliberação:

14

Cada unidade escolar/Instituição deverá compor equipe interdisciplinar que estará encarregada da supervisão e desenvolvimento de ações que dêem conta da aplicação efetiva das diretrizes estabelecidas por esta deliberação ao longo do período letivo e não apenas em datas festivas, pontuais, deslocadas do cotidiano da escola.

15

A Deliberação tem contribuído para a atuação do Coletivo da APP-sindicato. Porém, ainda há muito trabalho a ser feito para que a nova legislação seja de fato implementada em cada estabelecimento de ensino. Os desafios são muitos. Os conteúdos são novos para a maioria dos educadores - estes não tiveram em sua formação a abordagem necessária para o ensino destes conteúdos. Os materiais didáticos presentes nas escolas sobre a temática ainda são escassos. Há falta de compromisso de boa parte dos agentes públicos com a nova legislação. Além destes, um outro desafio é o de despertar a relevância da temática étnico-racial para os educadores, visto que ainda hoje somos afetados pelo mito da democracia racial. Apesar dos desafios pela frente, estamos avançando.

16

O trabalho realizado pela APP- Sindicato sobre o combate ao racismo e todas as formas de discriminação tem sido referência em nível nacional. A atuação dos Coletivos Estadual e Regionais de Promoção da Igualdade Racial contribui decisivamente para que o Paraná esteja à frente da maioria dos estados no processo de implementação da Lei N.º. 10639/03. Só neste ano, realizamos atividades (seminários, fóruns) com os educadores em vários núcleos sindicais: Arapongas, Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Francisco Beltrão, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Londrina, Maringá, Metropolitano Norte, Paranaíba, Pato Branco, Ponta Grossa, Toledo e Umuarama.

17

O Coletivo de Promoção da Igualdade Racial

da APP- Sindicato participa do Coletivo Nacional Anti-Racismo "Dalvani Lellis" da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e da Comissão Nacional Contra Discriminação Racial (CNCDR) da CUT. O reconhecimento do trabalho efetuado pela APP - Sindicato fez com que no último Encontro Nacional dos Sindicalistas Anti-Racismo da CUT (6º ENSAR) garantíssemos um representante na Comissão Nacional Contra a Discriminação Racial da CUT para o triênio 2007/2010.

18

Para o fortalecimento da intervenção de nosso sindicato na luta contra as desigualdades sociais e raciais, o trabalho do Coletivo de Promoção da Igualdade Racial da APP-Sindicato deverá continuar a ser potencializado. Neste sentido é necessário:

a) Fortalecer o debate das relações entre educação, raça e classe no interior da categoria com a criação de coletivos regionais nos núcleos que ainda não o organizaram;

b) Garantir no Plano Orçamentário Estadual e regionais da APP - Sindicato recursos específicos para a realização de seminários/reuniões/eventos, para a aquisição de livros e vídeos com o objetivo de fomentar o debate no interior da categoria;

c) Realizar no ano de 2008, o III Encontro Estadual de Educadores e Educadoras no Combate ao Racismo, a fim de:

– avaliar a trajetória e os próximos passos da atuação dos Coletivos Estadual e Regionais;

– envolver novas lideranças no debate da educação, da temática étnico-racial e do combate a todas as formas de preconceito;

– refletir e sistematizar as experiências realizadas pelos educadores e educadoras relacionadas à implementação da Lei N.º. 10.639/03;

– avaliar e propor políticas para o estado e os municípios;

– debater e aprovar encaminhamentos sobre a pauta do movimento social negro, como estatuto da igualdade racial, lei de cotas, quilombolas etc.

d) Participar de forma mais sistemática e propositiva dentro do Coletivo Nacional Anti-Racismo da CNTE "Dalvani Lellis"

e) Atuar junto à CUT-PR e os sindicatos para garantir a reativação da Comissão Estadual Contra a Discriminação Racial da CUT

f) Iniciar o debate nas instâncias do sindicato da necessidade da criação da secretaria/secretarias raça, gênero e classe como já presente em algumas organizações sindicais.

g) Intensificar a produção de materiais que resgatem as experiências positivas no trabalho com a temática étnico-racial realizadas pelos educadores e educadoras

h) Reforçar as seguintes reivindicações junto ao governo:

- a efetivação das comissões interdisciplinares em cada escola de educação básica;

- inclusão dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira nos currículos dos cursos de licenciatura das universidades públicas;

- cobrança e fiscalização da implementação da Lei 19630/03 e do Parecer 04/06 do CNE nos estabelecimentos de ensino da rede privada;

- Intensificação de atividades de formação para os professores e funcionários das escolas públicas do Paraná, independente de sua disciplina de atuação;

- Incentivo às pesquisas sobre as relações étnico-raciais e educação, bem como às pesquisas sobre a história e realidade do negro paranaense;

- Sistematização e divulgação de trabalhos e experiências realizados no interior das escolas relacionados à temática;

- Garantia nos Projetos Político Pedagógicos das escolas mecanismos para a implementação da Lei 10639/03;

- Realização de campanhas educativas e de valorização das etnias historicamente discriminadas;

- Estabelecimento de um diálogo permanente com as experiências e propostas do movimento social negro para a educação;

- Realização de diagnóstico da situação educacional da população negra no Estado do Paraná;

- Realização de campanha de conscientização sobre o Censo do INEP sobre a cor dos estudantes;

- Oferta, por parte das Instituições de Ensino Superior Públicas, de cursos de

- extensão, especializações, mestrado e doutorado sobre Relações Raciais no Brasil, História da África e Cultura Africana;

- Implementação de políticas de inclusão de negros/as nas IES públicas como políticas de cotas com critérios sócio-econômicos, tendo em vista que

a população negra é de 21% e apenas 1% entra no Ensino Superior (pior dado para o Brasil);

- Insenção de taxa para inscrição no vestibular, usando como critério o fato do aluno/a ter cursado a Educação Básica em escolas públicas, enquanto não se alterem os mecanismos excludentes do vestibular para acesso ao ensino superior;

- Possibilidade aos trabalhadores/as do Ensino Superior das IES públicas de

- qualificação adequada para trabalhar História da África e Cultura Africana nos diversos cursos que serão ofertados por essas universidades;

- Potencializar a escola, através de debates, como espaço de transformação,

- rompendo com a lógica da reprodução capitalista e dos valores por ela impostos e inculcados, inclusive racistas e elitistas;

- Garantir às escolas acervo bibliográfico referente às questões de gênero e de raça, para professores, alunos e comunidade, incluindo literatura de países africanos de língua portuguesa;

- Garantia de maior número de vagas para alunos das escolas públicas em

- universidades, com ampliação gradativa até atingir um universo real da população;

- Garantia de acesso à educação dentro da comunidade de quilombola, para que os mesmos não percam a sua origem e assegurem o conhecimento de sua história e formação de sua identidade.

# TRABALHADORES/AS EM EDUCAÇÃO COM DEFICIÊNCIA:

01

Analisando a história, podemos constatar que desde os primórdios da civilização humana as pessoas com deficiência sempre foram e continuam sendo discriminadas e excluídas da sociedade. A razão fundante da exclusão não é o preconceito existente no conjunto da sociedade, pois para que isto fosse verdadeiro teríamos de admitir que o preconceito tem explicação por si mesmo, ou seja, ele existe independente das determinações sociais.

02

O preconceito nada mais é do que o resultado da exclusão do trabalho produtivo das pessoas com deficiência, única forma pela qual os homens e as mulheres produzem a sua própria subsistência e podem levar uma vida minimamente digna. Então, em resumo, se o trabalho é por assim dizer, a atividade pela qual as pessoas se fizeram pessoas, como diz Engels, ela é também a atividade pela qual elas produzem a sua própria vida.

03

Excluídas da possibilidade de produzirem a sua própria vida através do seu próprio trabalho, as pessoas com deficiência sempre foram consideradas um “peso morto” para a sociedade. Aliás, foi com base neste argumento que os nazistas assassinaram aproximadamente duzentas mil pessoas com deficiência durante a Segunda Guerra Mundial.

04

Partindo deste pressuposto, a Constituição Federal de 1988 procurou corrigir, ao menos em parte, esta dívida histórica com essas pessoas, ao prever a reserva de vagas no setor público e privado, gerando o que no campo do direito passou a se chamar discriminação positiva.

05

Portanto, a partir daí as pessoas com deficiência têm direito garantido de 5% das vagas nos concursos públicos. Mas, entendemos que ainda temos muito a avançar e precisamos discutir coletivamente. E o fórum para este debate e formulações é o Coletivo Estadual de Trabalhadores/as em Educação da APP-Sindicato, bem como de maneira mais geral com os trabalhadores e as trabalhadoras do campo cutista.

## Iniciando o debate PROPOMOS:

06

1 - Organizar o Coletivo de Educadores/as com Deficiência, em âmbito estadual e regional.

2 - Lutar pela regulamentação da profissão/cargo de intérpretes de libras.

3 - Lutar por condições de trabalho e acessibilidade para as pessoas com deficiências nas escolas – educadores/as e alunos/as.

4 - Adequar os materiais da APP-Sindicato para que principalmente os cegos possa ter acesso.

5 - Discutir junto à SEED materiais que promovam a inclusão de alunos/as com deficiência.

6 - Incluir na pauta de reivindicações da APP-Sindicato questões relativas aos/às trabalhadores/as em educação com deficiência.

7 - Promover a interrelação do Coletivo Estadual de Trabalhadores/as em Educação com Deficiência da APP-Sindicato com os coletivos estaduais e nacionais da CUT.

# Sou Funcionária/o de Escola: Eu Também Educo!

01

Durante a greve nas escolas públicas estaduais em 1986, o governo se recusou a receber os funcionários de escolas para debater suas reivindicações. Assim, sob o comando de José Richa, o então governo investiu na divisão do movimento reivindicatório dos funcionários de escolas e dos professores.

02

Essa posição não desanimou os/as trabalhadores/as. Ao contrário: enquanto o governo fechava as portas do Palácio Iguazu, ali mesmo no Centro Cívico foi lançada a base para a fundação do sindicato que fizesse a representação dos funcionários e funcionárias das escolas públicas estaduais. A concretização dessa idéia se deu em 1987 quando é criada a primeira organização dos funcionários de escolas do Paraná, a ASSEP – Associação dos Servidores das Escolas Públicas do Paraná. Em 1989 é fundado o SINSEPAR – Sindicato dos Servidores dos Estabelecimentos Estaduais de Ensino do Paraná.

03

Em 1990 passou a ser chamado de SINTE/PR – Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Paraná. As adversidades eram muitas como o jogo de divisão imposto pelo Estado, a instabilidade no emprego, a terceirização, a falta de concurso público e de incentivo para estudo e qualificação.

04

Porém, o sindicato estruturou-se em várias regiões do Paraná driblando as artimanhas do Estado e das empresas que contratavam os funcionários que quase impossibilitavam a sindicalização e que se negavam a descontar a mensalidade sindical. Porém não usavam o mesmo critério para o outro sindicato – o Senalba (Sindicato de Empregados em Entidades Assistenciais e Culturais) – para o qual faziam o repasse sem qualquer objeção. Isto porque o Senalba não tinha uma atuação classista, de defesa dos direitos, de carreira profissional e salário dos/as trabalhadores/as.

05

Esse período foi marcado pelas contratações temporárias ao ponto de em 1994, dos 26.107 contratos 8.494 eram concursados, ou seja apenas 30%. Os demais, em regime CLT, com instabilidade no emprego e sem carreira. No processo de terceirização, um destaque deve ser feito às Adejas: associações de diretores de escolas autorizadas pelo governo Lerner (então PFL) a contratar funcionários e que foram consideradas ilegais pela Justiça. Jaime Lerner criou então, a Paranaeducação, uma empresa privada no seio do Estado, exclusivamente para contratar professores/as e funcionários/as.

06

1990 foi um ano importante pois as várias representações de trabalhadores/as em educação se unem em uma única Confederação, a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação). Em 95 a CNTE cria o DEFE (Departamento de Funcionários de Escolas) e realiza o I Encontro Nacional dos Funcionários de Escolas e a principal diretriz de luta era a profissionalização dos funcionários, item que passa a compor a pauta de reivindicações de todos os sindicatos da educação do Brasil.

07

Baseado no princípio de que os funcionários também são educadores, e pela unidade de todos os segmentos de trabalhadores/as que atuam no mesmo local de trabalho, a APP-Sindicato e o Sinte iniciam um trabalho efetivo pela unificação de sua luta em um único sindicato.

08

Em julho de 1995 o Sinte/PR promove o seminário “Trabalhadores em Educação: Uma Só Categoria”, como ponto de partida para a unificação, assumindo o desafio de aprofundar e repensar a concepção de escola e de educação. O tema da unificação, porém, já vinha sendo discutido há pelo menos 10 anos pelos dois sindicatos, ganhando força em 1996, no 7o. Congresso Estadual da APP-Sindicato quando essa tese foi eleita como prioridade.

09

Comissões de estudo foram formadas pelos dois sindicatos e debates foram feitos nas escolas envolvendo professores e funcionários. Nos dias 30 e 31 outubro de 1997 o Congresso Extraordinário, que reuniu a APP-Sindicato e o Sinte, aprovou o indicativo de unificação e remeteu a decisão final para assembléia em cada um dos segmentos dos educadores. Os funcionários referendaram a decisão do Congresso Extraordinário em uma Assembléia realizada no dia 07 de março de 1998. Os professores também fizeram Assembléia, dia 25 de abril do mesmo ano. A nova entidade passou a ser chamada APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná.

10

Depois de 10 anos desta data estamos agora a avaliar esse percurso realizado em conjunto e a podemos dizer que os avanços que tivemos são enormes, apesar de termos muito a avançar para que a categoria esteja realmente unificada.

11

Nos últimos anos a APP-Sindicato teve uma destacada atuação na luta pela valorização dos/as funcionários/as de escolas, no campo político-sindical, no educacional e também na questão da organização, mesmo enfrentando posições históricas que colocavam estes profissionais como meros agentes executores de medidas impostas para o cotidiano escolar.

12

A conjuntura nos inspira e nossa luta tem se pautado pela profissionalização, pelo reconhecimento e constituição da identidade profissional educativa, pela transformação do saber fazer da vivência dos funcionários em práticas educativas escolares voltadas para a construções de relações sociais mais humanizadas, pelo rompimento com o modelo que pressupõe hierarquias nas escolas para quem na prática executa funções diferentes, e pela construção de uma identificação com o Projeto Político-Pedagógico.

13

A APP-Sindicato sempre defendeu a proposta de um Plano de Carreira único, pois somos todos educadores, mas o governo aceitou negociar apenas um novo Plano de carreira para os professores, em 2003. A

categoria só acatou a posição do governo depois dele prometer abrir negociações para um Plano de Carreira dos Funcionários na Educação.

14

Em junho de 2004 a APP-Sindicato realizou o II Encontro Estadual de Funcionários, reunindo 2,5 mil funcionários de escolas e nesse mesmo dia, entregou a proposta de Plano de Carreira para a SEED. O debate avançou e o governo nomeou uma comissão formada pela SEED e a APP-Sindicato para fazer os estudos e elaborar o plano de carreira. Dia 10 de maio de 2005 a comissão concluiu seus trabalhos e entregou ao secretário de Educação o anteprojeto do Plano de Carreira que, apesar de ter se comprometido a defendê-lo e encaminhá-lo ao governador para aprovação da Assembléia Legislativa, o deixou na gaveta.

15

Na mobilização de 28 de março de 2006, a direção sindical levou um anteprojeto ao Palácio Iguazu. Apresentou-o também à Assembléia Legislativa, onde recebeu a assinatura de 23 deputados, de diferentes partidos. Na Assembléia Legislativa, o Projeto de Lei, que recebeu o no. 150/06 foi aprovado, seguiu para a apreciação do governador que o vetou. Na volta para a Assembléia Legislativa os deputados não derrubaram o veto.

16

Nosso Plano prevê a criação de 05 categorias de novos profissionais educadores na escola: a) Agente em Alimentação Escolar, b) Agente de Interação Escolar, c) Agente em Manutenção de Infra-estrutura Escolar, d) Agente em Gestão Escolar, e) Agente em Multimeios Didáticos. Hoje, com a retomada das negociações com governo e a nomeação de uma nova comissão para reelaborar o Plano de Carreira, está colocado o desafio da aprimoração da proposta original, rediscutindo-a em todas as regiões do Estado.

17

Outro viés importante de nossa luta é a profissionalização dos funcionários das escolas, não apenas com a formação, mas aliada a uma remuneração digna, uma carreira valorizada permanentemente e com reconhecimento social, uma menor jornada e condições adequadas de trabalho e a participação na gestão da escola.

18

Nesse sentido, comemoramos os avanços que o MEC trouxe quando, no início de 2005 propôs ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a criação da área profissional de Serviços de Apoio Escolar do nível médio. De acordo com o Parecer nº. 16/05 do CNE, cada habilitação profissional é composta por três blocos: o primeiro constitui-se de Estudos Pedagógicos, o segundo de Estudos Técnicos e o terceiro bloco, de Prática Profissional Supervisionada, somando no mínimo 1.200 horas.

19

A implantação do Profuncionário – Curso Técnico de Profissionalização dos Funcionários da Educação - representa o efetivo compromisso político e social do MEC, que se propõe, junto com as Secretarias de Estado da Educação, a oferecer um curso de nível médio, mesmo que à distância, para um maior número possível de funcionários, com escolaridade mínima de ensino fundamental, e assim receber formação adequada e habilitar-se profissionalmente.

20

O Profuncionário visa saldar uma dívida histórica com o segmento dos funcionários de escola, que assim poderão exercer as funções educadoras como sujeitos portadores de conhecimentos, saberes, princípios e valores que os credenciam para tal.

21

São muitas as lutas que ainda devemos travar para a plena participação dos funcionários das escolas como educadores. E, para tanto PROPOMOS:

## Pauta Nacional:

22

1 - Aprovação do projeto de lei 6.206/2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide – PT/RO, que visa alterar o artigo 61 da LDB para reconhecer os funcionários/as de escola como profissionais da educação, a fim de que também se credenciem a perceber o PSPN – Piso Salarial Profissional Nacional.

2 - Aprovação do projeto de lei 1.592/2003, de autoria do deputado federal Carlos Abicalil – PT/MT, que estabelece os princípios e as diretrizes nacionais dos Planos de Carreira para os profissionais da educação básica

pública.

3 - Aprovação do PSPN - Piso Salarial Profissional Nacional.

4 - Criação da Secretaria de Funcionários/as de Escolas na CNTE.

## Pauta Estadual

23

1 - Lutar pela aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Funcionários da Educação;

2 - Lutar pela garantia de ampliação do chamado “porte das escolas” sem redução dos trabalhadores em educação, ao contrário, luta constante para o aumento desses profissionais visando o melhor atendimento e qualidade da educação, assim como pela preservação da saúde desse profissional, levando em consideração não somente o número de alunos, mas questões como: área construída, tipo de piso, tamanho do pátio, se tem quadra de esportes, localização (rua com asfalto ou não, segurança), área rural ou urbana, número de turmas e de turnos.

3 - Lutar pela derrubada do veto do Governo ao projeto de lei que define o número de alunos por turma: a) 20 alunos para a Educação Infantil e 1a. Série; b) 25 alunos para 2a. a 4a. séries, c) 30 para 5a. a 8a. Séries; d) 35 para o Ensino Médio.

4 - Garantir a substituição do/a funcionário/a que se afastar das atividades escolares por licenças (médicas, maternidade, especial, sem vencimento), férias...

5 - Lutar pela melhoria das condições de trabalho, adequando o ambiente escolar de acordo com as Normas Regulamentadoras do Trabalho (NRs), pela oferta de EPIs - Equipamentos de Proteção Individual aos trabalhadores (botas, luvas, máscaras, óculos...) e os EPCs – Equipamentos de Proteção Coletivos (campanas, lava-olhos...), e ainda, a implantação com urgência do benefício de insalubridade para todos(as) os(as) trabalhadores(as) em educação.

6 - Exigir que a escola preencha a CAT – Comuni-

cado de Acidentes de Trabalho em todos os casos de acidentes e doenças do trabalho.

7 - Priorizar o trabalho de prevenção de acidentes e doenças do trabalho e a implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, fazendo a devida pressão junto ao governo para que assuma sua responsabilidade em relação a estes projetos.

8 - Lutar pela garantia da aposentadoria para o funcionário com doenças graves e invalidez.

9 - Discutir com o Governo a entrega do leite nas escolas que tem acarretado uma sobrecarga de trabalho para os/as funcionários/as, inclusive nos feriados, recessos e férias.

10 - Propor projeto de lei que regulamente a remoção de funcionários/as de escolas.

11 - Lutar pela equiparação do valor do vale-alimentação com o valor da Cesta Básica do DIEESE = R\$ 167,85;

12 - Lutar pelo pagamento do vale-transporte no contracheque e de acordo com o período de trabalho.

13 - Reivindicar a ampliação das vagas do Concurso Público para Agente de Execução (2005) e para Agente de Apoio (2006).

14 - Lutar pela profissionalização dos/as funcionários/as de escolas – Profissionais e Curso Presencial.

15 - Lutar pela efetivação e pagamento das promoções e progressões para funcionários/as de escolas.

16 - Propor a alteração dos critérios previstos no QPPE para a progressão e promoção, a fim de que o avanço seja mais rápido.

17 - Implementação urgente da reposição salarial para funcionários/as de escolas: desde maio deste ano, quando saiu o anúncio da reposição para os servidores do Estado, os funcionários e funcionárias de escola esperam o pagamento do índice aprovado em lei, de 3,34%.

18 - Buscar o engajamento cada vez maior dos funcionários das escolas na construção do processo

pedagógico e da gestão escolar, cobrando da SEED a participação de todos os funcionários e funcionárias de escola na semana pedagógica e nas demais atividades de formação e capacitação organizadas pela Secretaria da Educação.

19 - Lutar pela oferta e condições de escolarização mínima do Ensino Médio para todos os funcionários de escolas, pelo Projeto de Profissionalização e pelo Programa de Especialização voltado para funcionários de escolas junto às universidades e faculdades públicas do Paraná.

20 - Lutar pela realização periódica de concurso público para funcionários de escolas defendendo critérios justos como: classificação de candidatos que não zerarem na prova, contagem de tempo de serviço e de títulos, intervalo de 3 meses entre a publicação do edital e a realização da prova e que as provas para cada cargo sejam em turnos diferentes.

21 - Preparar os/as funcionários/as de escolas para os concursos públicos, sempre que houver, organizando grupos de estudos em todos os municípios, buscando a solidariedade, como classe trabalhadora, dos professores.

22 - Lutar pela abertura de demanda, de acordo com a oferta escolar, para a função de inspetor de alunos, até a aprovação da carreira dos funcionários de escolas.

23 - Lutar pela democratização das relações de trabalho no serviço público e no local de trabalho, aprofundando a discussão do assédio moral e pressionando para que a punição de tal prática seja regulamentada em lei estadual.

24 - Lutar pela unificação de fato entre professores e funcionários intensificando os debates e trabalhos em conjunto, superando as diferenças e preconceitos existentes, com unificação da carreira.

25 - Lutar por uma política de formação continuada de qualidade juntamente com as universidades públicas do Estado, beneficiando todos os trabalhadores e trabalhadoras em educação.

26 - Lutar pela extinção da Paranaeducação

e de toda forma de privatização e terceirização dos serviços públicos.

27 - Cobrar a dívida do Governo para com os funcionários e funcionárias em relação aos valores atrasados do enquadramento no QPPE.

28 - Consolidar o Coletivo Estadual de Funcionários/as de Escolas e em cada Núcleo Sindical, garantindo a eles as condições de funcionamento.

29 - Viabilizar a liberação do funcionário de escola dirigente sindical.

30 - Aumentar a participação dos funcionários de escola e professores municipais em todas as instâncias de deliberação da APP-Sindicato.

31 - Realizar campanha estadual de sindicalização de funcionários de escolas, com material específico, visando um aumento de 20% no número de sindicalizados.

32 - Implementar e aprofundar o trabalho de base e a organização nos locais de trabalho, buscando a representação sindical de funcionários em cada escola.

## Saúde dos/as Trabalhadores/as em Educação

01

É cada vez maior a quantidade de trabalhadores em educação afastados do trabalho por problemas de saúde. Os sindicatos estão em alerta, buscando intensificar ações de orientação e prevenção para que os educadores possam realizar seu trabalho com qualidade, saúde e prazer.

02

Na pauta de reivindicações propostas pelos sindicatos de trabalhadores estão o reajuste salarial compatível, diminuição da carga horária, melhoria das condições de trabalho e uma reforma no ensino brasileiro. Por traz destas medidas não se encontra somente o discurso da classe, mas a possibilidade de modificar a situação e do adoecimento que vem acometendo um número cada vez maior de profissionais da educação. Quando o tema é saúde dos educadores, o primeiro passo é conhecer a realidade enfrentada para que o quadro seja revertido.

03

Pesquisas realizadas em todos os estados do Brasil explicitam essa situação e auxiliam na busca do melhor meio de combate. A orientação e a prevenção assumem papel importante nessa bandeira, mas tam-

bém médicos, técnicos e especialistas em segurança e saúde do trabalhador deverão estar a postos para o enfrentamento deste grave problema. As queixas são infinitas: dores musculares, passando por alterações vocais e distúrbios mentais. Esta é a realidade comum vivenciada pelos educadores, tanto na educação básica quanto nas escolas de ensino superior, tanto nas escolas públicas quanto nas privadas. Não há educação de qualidade enquanto o educador não tiver saúde.

04

Uma pesquisa levantada em São Paulo pelo Dieese, 2004, mostrou que 38% dos entrevistados já haviam se afastado do ambiente de trabalho por motivo de doença. Um dos fatores que contribui é a superlotação das salas de aula, situação apontada por 73% dos alunos. Entre os sintomas mais frequentes estão : cansaço 80%, nervosismo 61%, problemas de disfonia 57%.

05

Nossa luta para que os problemas não aumentem ainda mais, e que os trabalhadores não precisem se afastar de suas funções. A mudança só será sentida quando todos os educadores estiverem

conscientes de que as doenças estão relacionadas ao trabalho. Os distúrbios de ordem vocal por exemplo, não são reconhecidos como doenças ocupacionais, é preciso fazer esta abordagem com os educadores, envolvendo os profissionais da área de saúde.

06

Passados cinco anos do governo Requião, o tratamento da Saúde dos Servidores continua praticamente o mesmo. E, no entanto, este foi um dos pontos amplamente debatidos na campanha eleitoral de 2002. O então candidato Roberto Requião assumiu como programa, por exemplo, o retorno do IPE-Saúde. Apesar dos esforços da APP-Sindicato e do Fórum dos Servidores, com debates e Audiências Públicas, este ponto não avançou. Continua vigente o princípio da lógica neo-liberal de pagamento aos hospitais, independentemente da qualidade e do atendimento.

07

As licenças saúde para professores e funcionários de escolas não têm sido garantidas, embora os intensos debates acerca da não-obrigatoriedade de reposição das aulas quando das licenças médicas. Outro problema é o descaso com que, de maneira geral, são tratados os servidores que passam pela Perícia Médica, acima citada. A falta de informação é outro problema. Documentos básicos como o CAT – Comunicado de Acidentes de Trabalho – não são preenchidos, seja por desconhecimento ou mesmo por serem recusados ao/à trabalhador/a.

08

A Assembléia Legislativa aprovou três projetos de lei propostos pela APP-Sindicato que tratam da saúde dos/as educadores/as:

1- LEI DA SAÚDE VOCAL - Lei 14939/05, que estabelece a criação do Programa Estadual de Saúde Vocal Preventiva para professores da rede pública estadual.

2 - SAÚDE MENTAL - Lei 14992/06, que institui o Programa de Saúde Mental Preventiva para professores da rede pública estadual. Falta ainda promulgação pelo governo do Estado.

3 - REDUÇÃO DE JORNADA PARA RESPONSÁVEL DE PORTADORES/AS DE DEFICIÊNCIAS – Foi também aprovada a Lei 15000/06 que beneficia servidoras, mães ou responsáveis de portadores de deficiência. Metade da carga horária semanal pode ser dedicada

ao acompanhamento do deficiente, sem prejuízo da remuneração. Também se enquadram servidores que tenham esposas ou dependentes na mesma situação. É mais uma lei proposta pela APP-Sindicato.

09

É pensando em contemplar o atendimento, a orientação e a prevenção que o projeto de Saúde Ocupacional de nossos educadores está em andamento, que começou a ser discutido a partir da constatação de numerosas e prolongadas licenças médicas entre os/as profissionais da educação.

10

Está em debate no Fórum dos Servidores Públicos do Paraná, ao qual a APP-Sindicato faz parte, a formulação de um Projeto de Lei que assegure uma Política Estadual de Atenção Integral à Saúde dos/as Trabalhadores/as da Administração Pública. Os princípios norteadores desta proposta são:

a) universalidade - inclui nos planos, programas e ações, todos os trabalhadores estatutários, celetistas, de contratos administrativos ou tercerizados, bem como os aposentados;

b) promoção da saúde - opção pela estratégia da promoção da saúde, como resultado de um conjunto de ações que vão desde o controle de riscos à prevenção de agravos, recuperação de danos e reabilitação;

c) integralidade da atenção - garantia da articulação das ações de assistência e recuperação dos agravos com ações de prevenção e intervenção sobre seus fatores determinantes e de promoção da saúde. Articulando ações individuais/curativas com ações coletivas, de vigilância sobre os ambientes e processos de trabalho, considerando-se que os agravos à saúde do trabalhador são potencialmente previsíveis e preveníveis;

d) garantia do direito à atenção aos trabalhadores vítimas de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, incluindo, além de outras, o tratamento, a recuperação e a reabilitação física, psicossocial e profissional;

e) regionalização - as ações e serviços de atenção à saúde dos trabalhadores serão organizados regionalmente, considerando a distribuição espacial e o perfil epidemiológico dos trabalhadores da Administração Pública do Estado do Paraná;

f) garantia do direito à informação aos trabalhadores e suas entidades representativas sobre os riscos existentes nos ambientes e processos de trabalho e suas conseqüências sobre a saúde;

g) - garantia da participação dos trabalhadores e sua entidades representativas no planejamento, execução e avaliação da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde dos Trabalhadores da Administração Pública do Estado do Paraná.

11

Ao Sindicato cabe fazer o debate junto à categoria e cobrar do Estado as políticas para a prevenção das doenças e acidentes, promovendo a melhoria das condições de trabalho e propondo uma NR específica para os trabalhadores na educação pública.

## Para tanto PROPOMOS:

12

1 - Aprovação e implementação do Projeto de Atenção Integral à Saúde dos/as Trabalhadores/as em Educação, referente à prevenção e assistência. Ampliação do atendimento em todos os municípios; ampliação do atendimento às especialidades e controle social por parte dos/as trabalhadores/as.

2 - Garantia de atendimento à saúde com assistência médica, hospitalar e laboratorial às várias especialidades, incluindo atendimentos odontológico e psicológico em todos os municípios do Paraná.

3 - Garantia de participação dos/as Trabalhadores /as na gestão administrativa e dos recursos.

4 - Garantia de que os laudos dos/as médicos/as especialistas sejam aprovados sem alteração dos/as médicos/as da perícia do Estado.

5 - Descentralização do atendimento da perícia médica.

6 - Ampliar o credenciamento de hospitais e laboratórios para atendimento à saúde dos/as Trabalhadores/as em educação.

7 - Efetivação das leis 14992/04 (Saúde Vocal),

14939/05 (Saúde Mental) e 15000/06 (redução de jornada para responsável de portadores/as de deficiências).

8 - Programas de prevenção à saúde para todos os/as Trabalhadores/as em Educação.

9 - Atendimento à saúde para todas as formas de contratação pelo estado (incluir CLT e PSS).

10 - Exames de laboratório e médico nos municípios, evitando longas viagens.

11 - Garantia de seis (06) meses de licença-maternidade.

12 - Garantia de atendimento integral a todos/as os/as Trabalhadores /as em Educação e à sua família.

13 - Integrar-se e debater o Programa DST/AIDS – Brasil, a ser desenvolvido em parceria com os Ministérios da Educação e da Saúde, objetivando a formação de dirigentes sindicais para a atuação como multiplicadores/as de conhecimento para envolver os/as trabalhadores/as em educação no trabalho de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis nas escolas públicas.

# X CONGRESSO ESTADUAL DA APP -SINDICATO

## PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

### 1. Alteração Art. 24

#### TEXTO ATUAL:

Art. 24. O Congresso Ordinário deverá reunir-se bianualmente, nos anos pares, no segundo semestre, devendo ser publicado edital de convocação com antecedência mínima de 90 (noventa) dias e máxima de 120 (cento e vinte) dias.

#### PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

Art. 24. O Congresso Ordinário deverá reunir-se a cada três anos, no segundo semestre, devendo ser publicado edital de convocação com antecedência mínima de 90 (noventa) dias e máxima de 120 (cento e vinte) dias.

### 2. Alteração Art. 25

#### TEXTO ATUAL:

Art. 25. No segundo semestre dos anos ímpares será realizada a Conferência Estadual de Educação, com a livre participação dos sindicalizados, organizada segundo a infra-estrutura avaliada pelo Conselho Estadual.

§ 4º. Nada obsta que os Núcleos Sindicais realizem Conferências Regionais de Educação.

#### PROPOSTA DE ALTERAÇÃO:

Art. 25. A Conferência Estadual de Educação acontecerá a cada três anos, em ano diferente da realização do Congresso Estadual e com a livre participação dos sindicalizados, organizada segundo a infra-estrutura avaliada pelo Conselho Estadual.

§ 4º. Cabe aos núcleos sindicais a realização de Conferências Regionais de Educação preparatórias a Conferência Estadual de Educação.

### 3. Alteração do & 1º do Art. 33

#### TEXTO ATUAL:

Art. 33.

§ 1º. As Assembléias Regionais que elegerão os Representantes de Base deverão ser:

III - realizadas na primeira quinzena do mês de dezembro de cada ano.

#### PROPOSTA DE ALTERAÇÃO:

III - realizadas no período de 01 de novembro a 15 de dezembro de cada ano.

### 4. Alteração Art. 50

#### TEXTO ATUAL:

Art. 50. São atribuições do Secretário dos Municipais:

II - propor a criação e a organização dos Departamentos dos Professores da Rede Municipal do Estado do Paraná, após deliberação do Conselho Estadual, e propor planos de ação;

#### PROPOSTA DE ALTERAÇÃO:

II - propor a criação e organização de Comissões Municipais de Negociação devidamente eleita em assembléias municipais convocadas de acordo as normas deste Estatuto;

### 5. Alteração Art. 65

#### TEXTO ATUAL:

Art. 65. As Assembléias Regionais deverão ter caráter ordinário ou extraordinário.

§ 4º. As Assembléias Regionais Extraordinárias deverão ser realizadas:

c) para eleger os Representantes de Base no Conselho Estadual, os Delegados ao Congresso Estadual e a Comissão Eleitoral Regional do Núcleo Sindical;

#### PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

c) para eleger os Representantes de Base no Conselho Estadual, os Delegados ao Congresso Estadual, a Comissão Eleitoral Regional do Núcleo Sindical e delegados a congressos da CUT e da CNTE, desde que definidos os critérios de eleição em Assembléia Estadual da categoria.

## 6. Alteração Art. 67

#### TEXTO ATUAL:

Art. 67. Compete ao Congresso Regional:

#### PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

Acrescentar Inciso Novo:

IV – eleger delegados ao Congresso da CNTE, desde que definidos os critérios de eleição em Assembléia Estadual da categoria.

## 7. Alteração Art. 72

#### TEXTO ATUAL:

Art. 72. As Diretorias Regionais serão eleitas em processo eleitoral único, simultaneamente com a Diretoria Estadual e o Conselho Fiscal, para um mandato de 3 (três) anos, e constituídas de, no mínimo, 7 (sete) e no máximo 15 (quinze), entre os seguintes cargos eletivos:

- I – Presidente;
- II- Secretário Geral;
- III - Secretário de Finanças;
- IV - Secretário de Administração e Patrimônio;
- V - Secretário de Organização;
- VI - Secretário de Aposentados;
- VII - Secretário de Municipais;
- VIII - Secretário Educacional;
- IX - Secretário de Formação Sindical;
- X - Secretário de Imprensa e Divulgação;
- XI - Secretário de Sindicalizados;
- XII - Secretário de Assuntos Jurídicos;
- XIII - Secretário de Políticas Sindicais;
- XIV - Secretário de Políticas Sociais; e
- XV - Secretário de Funcionários.

Parágrafo único. São obrigatórios entre os 7 (sete) cargos mínimos exigidos, os previstos nos incisos I, III, V, VIII, IX, XV e a Secretaria de Políticas Sindicais e Sociais, tanto para o funcionamento do Núcleo Sindical, como para inscrição de chapa, assim como o número de 7 (sete), no caso da chapa vir a inscrever maior número de cargos do que os previstos nos incisos deste artigo .

#### PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

Art. 72. As Diretorias Regionais da APP-Sindicato serão eleitas em processo eleitoral único, simultaneamente com a Diretoria Estadual e o Conselho Fiscal, para um mandato de 3 (três) anos e será composta de 15 (quinze) cargos, eleitos na forma deste Estatuto.

- I – Presidente;
- II- Secretário Geral;
- III - Secretário de Finanças;
- IV - Secretário de Administração e Patrimônio;
- V - Secretário de Organização;
- VI - Secretário de Aposentados;
- VII - Secretário de Municipais;
- VIII - Secretário Educacional ;
- IX - Secretário de Formação Sindical;
- X - Secretário de Imprensa e Divulgação;
- XI - Secretário de Sindicalizados;
- XII - Secretário de Assuntos Jurídicos;
- XIII - Secretário de Políticas Sindicais;
- XIV - Secretário de Políticas Sociais; e
- XV - Secretário de Funcionários.

#### PARÁGRAFO ÚNICO:

Substituir todo o parágrafo por: As chapas que concorrem às eleições da APP-Sindicato para as Diretorias Regionais deverão conter obrigatoriamente professores e funcionários.

## 8. Alteração Art. 91

#### TEXTO ATUAL:

Art. 91. Os recursos das mensalidades, da contribuição sindical e da reversão salarial deverão ser distribuídos nas seguintes proporções:

- I - 70% (setenta por cento) do total das mensalidades serão administrados pela Diretoria Estadual e 30% (trinta por cento) pelas Diretorias Regionais, conforme o número de sindicalizados jurisdicionados;
- II - 30% (trinta por cento) do total da contri-

buição sindical e da reversão salarial serão administrados pela Diretoria Estadual e 70% (setenta por cento) pelas Diretoria Regionais, conforme o número de sindicalizados jurisdicionados.

#### PROPOSTA DE ALTERAÇÃO:

Art.91. Os recursos das mensalidades, da contribuição sindical e da contribuição assistencial deverão ser distribuídos nas seguintes proporções:

II - 50% (cinquenta por cento) do total da contribuição sindical e da contribuição assistencial serão administrados pela Diretoria Estadual e 50% (cinquenta por cento) pelas Diretoria Regionais, conforme o número de sindicalizados jurisdicionados.

## 9. Alteração Art. 92

#### TEXTO ATUAL:

Art. 92. Os recursos da contribuição sindical e reversão salarial deverão ter uso prioritariamente para a formação política e sindical, fundo de greve e para a mobilização da categoria.

#### PROPOSTA DE ALTERAÇÃO:

Art. 92. Os recursos da contribuição sindical e da contribuição assistencial deverão ter uso para a formação política e sindical, fundo de greve, investimento no patrimônio, e especialmente para a mobilização da categoria.

## 10. Alteração Art. 132

#### TEXTO ATUAL:

Art. 132. O registro de candidaturas ao Conselho Fiscal e a Representantes dos Municípios será individual.

#### PROPOSTA DE ALTERAÇÃO:

Incluir Parágrafo Único: Não serão admitidas inscrições de candidatos a representantes dos municípios sede dos núcleos sindicais.

## 11. Alteração Art. 135

#### TEXTO ATUAL:

Art. 135. Será recusado o registro de chapa que não apresentar candidatos a, no mínimo, 2/3 (dois ter-

ços) dos cargos à instância para qual a chapa está inscrita e a cota de gênero prevista no artigo 187 deste Estatuto.

#### PROPOSTA DE ALTERAÇÃO:

Art. 135. Será recusado o registro de chapa que não apresentar candidatos a todos os cargos previstos nos artigos 37 e 72, e a cota de gênero prevista no artigo 191 deste Estatuto.

## 12. Alteração Art. 138

#### TEXTO ATUAL:

Art. 138. Ocorrendo renúncia formal de candidato antes do encerramento do prazo de inscrição de chapas, será facultada a substituição do renunciante.

§ 1º. Se a renúncia de candidato ocorrer após o encerramento do prazo de inscrição de chapas, não será possibilitada a sua substituição.

§2º. A chapa da qual fizer parte o renunciante poderá concorrer desde que mantenha candidatos a 2/3 (dois terços) dos cargos à instância para a qual a chapa estiver inscrita..

§ 3º. A Comissão Eleitoral afixará cópia do documento de renúncia em quadro de aviso da APP-Sindicato e dos Núcleos Sindicais e notificará o(s) representante(s) da(s) chapa(s) na Comissão Eleitoral ou o encabeçador de cada chapa.

#### PROPOSTA DE ALTERAÇÃO:

Art. 138. Ocorrendo renúncia formal de candidato antes do encerramento do prazo de inscrição de chapas, será facultada a substituição do renunciante.

§ 1º. Se a renúncia de candidato ocorrer após o encerramento do prazo de inscrição de chapas, a substituição do candidato poderá ser realizada no prazo máximo de 48 horas.

#### §2º SUPRIMIR

§ 3º. A Comissão Eleitoral afixará cópia do documento de renúncia em quadro de aviso da APP-Sindicato e dos Núcleos Sindicais e notificará o(s) representante(s) da(s) chapa(s) na Comissão Eleitoral ou a integrantes de cada chapa.

#### 13. Alteração Art. 147

#### TEXTO ATUAL:

Art. 147. Decidindo pelo acolhimento da impug-

nação, a Comissão Eleitoral Estadual providenciará no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:

§ 2º. A chapa da qual fizer parte o impugnado poderá concorrer às eleições desde que mantenha número de candidatos a 2/3 (dois terços) dos cargos à instância para qual a chapa estiver inscrita.

#### PROPOSTA DE ALTERAÇÃO:

Art. 147. Decidindo pelo acolhimento da impugnação, a Comissão Eleitoral Estadual providenciará no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:

§ 2º. A chapa da qual fizer parte o impugnado poderá concorrer às eleições desde que mantenha o número de 12 candidatos dentre os cargos estabelecidos nos artigos 37 e 72, e obedeça a cota de gênero prevista no artigo 191 deste Estatuto.

## 14. Novo artigo após o art. 150

Art. (x). O processo de votação poderá ser realizado através de voto eletrônico, desde que normatizado pelo regimento eleitoral.

## 15. Alteração Art. 154

#### TEXTO ATUAL:

Art. 154. Faculta-se às chapas concorrentes e às Diretorias dos Núcleos Sindicais a indicação de sindicalistas de outras categorias como mesários ou fiscais.

#### PROPOSTA DE ALTERAÇÃO:

Art. 154. Faculta-se às chapas concorrentes e às Diretorias dos Núcleos Sindicais a indicação de sindicalistas de outras categorias como mesários, garantindo-se a função de fiscais somente para integrantes da categoria sindicalizados à APP-Sindicato

## 16. Alteração Art. 156

#### TEXTO ATUAL:

Art. 156. As chapas inscritas poderão indicar um fiscal por mesa para acompanhar os trabalhos de coleta de votos e transporte das urnas, devendo ser credenciado até 5 (cinco) dias antes das eleições e substituído sempre que necessário.

#### PROPOSTA DE ALTERAÇÃO:

Art. 156. As chapas inscritas poderão indicar um fiscal por mesa para acompanhar os trabalhos de coleta de votos e transporte das urnas, devendo ser credenciado até 5 (cinco) dias antes das eleições e substituído sempre que necessário, desde que integrantes da categoria representada pela APP-Sindicato.

## 17. Alteração Art. 157

#### TEXTO ATUAL:

Art. 157. O espaço eleitoral deverá ser organizado pelo coordenador da mesa coletora, assegurando-se as condições de voto previstas neste Estatuto.

Parágrafo único. A critério do coordenador e dos mesários será previsto local para propaganda e boca de urna, devendo-se para tanto separar o espaço eleitoral do local de propaganda, a fim de garantir a democratização e a lisura do pleito.

#### PROPOSTA DE ALTERAÇÃO:

Parágrafo único. Será previsto local para propaganda e boca de urna, devendo-se para tanto separar o espaço eleitoral do local de propaganda, a fim de garantir a democratização e a lisura do pleito.